

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE LETRAS



**O lugar dos arquivos no museu
– traços de uma relação –**

Teresa de Nóbrega Serrão Estevéns Lança Ruivo

Dissertação orientada pelo Prof. Doutor Carlos Guardado da Silva
e coorientada pelo Prof. Doutor Jorge Revez, especialmente
elaborada para a obtenção do grau de Mestre em Ciências da
Documentação e Informação

(2019)

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE LETRAS



**O lugar dos arquivos no museu
– traços de uma relação –**

Teresa de Nóbrega Serrão Estevéns Lança Ruivo

Dissertação orientada pelo Prof. Doutor Carlos Guardado da Silva
e coorientada pelo Prof. Doutor Jorge Revez, especialmente
elaborada para a obtenção do grau de Mestre em Ciências da
Documentação e Informação

(2019)

FICHA TÉCNICA

Modalidade de trabalho	Dissertação de mestrado
Título	O lugar dos arquivos no museu – traços de uma relação
Autor	Teresa de Nóbrega Serrão Estevéns Lança Ruivo
Orientador	Professor Doutor Carlos Guardado da Silva
Coorientador	Professor Doutor Jorge Rias Revez
Identificação do curso	Mestrado em Ciências da Documentação e Informação
Instituição	Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
Ano	2019
Nº de páginas	134

RESUMO

A presente dissertação analisa os traços da relação que se estabelece entre o museu e os arquivos custodiados por si, bem como, o “lugar” que estes ocupam no museu. A investigação decorrente desta pesquisa assenta no objetivo geral de realizar um levantamento dos arquivos, definitivos ou estruturados, existentes nas entidades museológicas nacionais pertencentes à Rede Portuguesa de Museus.

Para compreender os conceitos operatórios de museu e de arquivo e estabelecer o lugar que os arquivos ocupam no museu, baseámo-nos em literatura científica de referência que tem vindo a refletir sobre o posicionamento dos arquivos no museu.

O alcance do objetivo principal e dos secundários decorreu da construção de um quadro metodológico, que teve como métodos a investigação documental e o estudo de caso. O primeiro método permitiu a leitura, a análise e a interpretação crítica das fontes de investigação, e o segundo, possibilitou o exame da amostra constituída por 38 entidades museológicas da Rede Portuguesa de Museus circunscritas à área da Grande Lisboa (NUTS II).

Os resultados obtidos pela aplicação de um inquérito por questionário, respondido por 14 entidades museológicas, permitiram-nos obter informações qualitativas e quantitativas que posicionaram os arquivos como tendo um “lugar” de importância no desenvolvimento das atividades museológicas e de afirmação dos museus como produtores de conhecimento, bem como, possibilitar a futura construção de um guia dos arquivos existentes nos museus.

PALAVRAS-CHAVE

Arquivo; Ciência da Informação; Museu

ABSTRACT

This dissertation analyzes the traces of the relationship established between the museums and the archives, in their custody, as well as the "place" they occupy in the museum. The research resulting from this investigation is based on the general objective of conducting a survey of the archives existing in the national museum entities belonging to the Portuguese Museum Network.

To understand the museum and archive operative concepts and to establish the place that the archives occupy in the museum, we relied on institutional definitions, PhD theses and reference authors who have been reflecting on the positioning of archives in the museum.

The achievement of the main and secondary objectives resulted from the construction of a methodological framework, which had as its methods the documentary investigation and the case study. The first method allowed reading, analysis and critical interpretation of research sources, and the second, allowed the examination of the sample consisting of 38 museum entities of the Portuguese Network of Museums circumscribed to the Greater Lisbon area (NUTS II).

The results obtained by the data collection technique by applying a questionnaire survey, provided by 14 museums, allowed us to obtain qualitative and quantitative information that positioned the archives as having a "place" of importance in the development of museum's activities and affirming museums as producers of knowledge, as well as enabling the future construction of a guide to the existing archives in museums.

KEYWORDS

Archive; Information Science; Museum

DEDICATÓRIA

Ditosa voava solitária na noite de Hamburgo. Afastava-se batendo as asas energicamente até se elevar sobre as gruas do porto, sobre os mastros dos barcos, e depois regressava planando,

*voando uma e outra vez em
torno do campanário da igreja.*

*- Estou a voar! Zorbas! Sei voar! – grasnava ela, eufórica, lá da
vastidão do céu cinzento.*

O humano acariciou o lombo do gato.

- Bem, gato, conseguimos – disse suspirando.

- Sim, à beira do vazio compreendeu o mais importante – miou Zorbas.

- Ah, sim? E o que é que ela compreendeu? – perguntou o humano.

- Que só voa quem se atreve fazê-lo – miou Zorbas.

Sepúlveda, L. (2001). *História de uma gaivota e do gato que a ensinou a voar*. Porto, Portugal: ASA.

Para ti, mãe

Para ti, pai

AGRADECIMENTOS

Ao longo destes dois anos, pude contar com diversas demonstrações de apoio, incentivo e amizade não só nos momentos mais felizes, como também nos menos inspirados e mais esforçados.

Assim, não posso deixar de agradecer aos meus colegas de mestrado, que me acompanharam e celebraram neste percurso. No entanto, tenho de destacar a Teresa Matos e o João Horta, elementos do “Gabinete de Apoio de CDI”, que com a sua amizade, alento, gargalhadas e incondicional cooperação me auxiliaram no decorrer desta investigação.

De igual forma, saliento a inexcusável disponibilidade do meu orientador, Professor Doutor Carlos Guardado da Silva, que com os seus conselhos, orientações e inspirações, me ajudou a desbravar esta área menos conhecida por mim. Também ao Prof. Doutor Jorge Revez, coorientador, pela disponibilidade e observações que me desafiavam a refletir e a melhorar o meu desempenho.

Aos colegas conservadores, arquivistas e bibliotecários, que se disponibilizaram a responder ao questionário, os meus profundos agradecimentos. Sem as vossas respostas, a investigação realizada não teria sido concretizada.

Também agradeço à minha equipa de colegas do Serviço de Conservação de Coleções da Biblioteca Nacional de Portugal pela compreensão demonstrada e apoio incondicional. Não posso deixar de destacar a Paula Ferreira, que me acompanhou nesta etapa da minha vida, e em muitas mais, sempre com amizade, alegria e alento.

Por último, não posso deixar de referir a minha família: Tiago, Beatriz e Francisco. Como sempre, uma equipa fantástica! Mãe e “manos”: a vossa confiança nas minhas capacidades é insuperável.

SUMÁRIO

RESUMO	i
<i>ABSTRACT</i>	<i>iii</i>
DEDICATÓRIA	v
AGRADECIMENTOS	vii
LISTA DE SIGLAS, ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS	xi
ÍNDICE DE GRÁFICOS	xiii
ÍNDICE DE TABELAS	xv
INTRODUÇÃO	17
2. O LUGAR DOS ARQUIVOS NO MUSEU: OBJETIVOS DA INVESTIGAÇÃO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	41
2.1. Objeto de estudo	42
2.2. Desenho do Estudo	46
2.3. Instrumentos de Recolha de Dados	48
2.3.1. Amostra	48
2.3.2. Inquérito por questionário	51
2.3.3. Inquérito por entrevista	55
3. O LUGAR DOS ARQUIVOS NO MUSEU: RESULTADOS E DISCUSSÃO	56
3.1. Caracterização da amostra: os museus	57
3.1.1. Museus: tutela e tipo	57
3.1.2. Museus: sites e arquivos	59
3.2. Traços e lugar	63
3.4. Limitações e obstáculos respeitantes à investigação	78
CONCLUSÃO	81
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	87
APÊNDICES	96
Apêndice 1 – Distribuição geográfica das entidades museológicas que constituem a amostra da dissertação	96
Apêndice 2 – Questionário (Google Forms) enviado às 38 entidades museológicas	97
Apêndice 3 – Lista dos museus contactados com data de envio/ receção do questionário e respetivos endereços eletrónicos.	102
Apêndice 4 – Quadro–resumo das respostas obtidas	105

Apêndice 4.1 – Respostas obtidas no Bloco 1 do questionário – Identificação do museu.....	105
Apêndice 4.2 – Respostas obtidas no Bloco 2 do questionário – Identificação do responsável pelo preenchimento do questionário.....	106
Apêndice 4.3 – Respostas obtidas no bloco 3 do questionário.....	107
Apêndice 4.3.1. – Respostas ao bloco 3.1. do questionário – Identificação do Arquivo/ Fundo	107
Apêndice 4.3.2. – Respostas aos blocos 3.2.e 3.3. do questionário – Modo de Aquisição; e Conteúdo e Organização da Informação	117
Apêndice 4.3.3. – Respostas ao bloco 3.4. do questionário – Total de bens arquivísticos.....	120
Apêndice 4.3.4. – Respostas ao bloco 3.5. do questionário – Acesso e difusão da Informação.....	123
Apêndice 4.3.5. – Respostas ao bloco 3.6. do questionário – Tipologia de suportes documentais.....	125
Apêndice 4.3.6. – Respostas ao bloco 3.7. do questionário – Estado de conservação	127
Apêndice 4.3.7. – Respostas ao bloco 3.8. do questionário – Justificação da existência do fundo/ coleção arquivística.....	129
Apêndice 4.3.8. – Respostas ao bloco 4. do questionário – Observações.....	132
Apêndice 4.3.9. – Respostas ao bloco 5. do questionário – Disponível para entrevista?.....	134

LISTA DE SIGLAS, ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS

AIM	Association of Independent Museums
ANCIB	Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
ASA	American Society of Archivists
BAD	Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas
BNP	Biblioteca Nacional de Portugal
CIDOC	International Committee for Documentation
CMLC	Casa – Museu Leal da Câmara
DGPC	Direção-Geral do Património Cultural
FASVS	Fundação Arpad Szénes – Vieira da Silva
GT-SIM	Grupo de Trabalho Sistemas de Informação em Museus
ICA	International Council on Archives
ICOM	International Council of Museums
LAM	<i>Libraries, archives and museums</i>
LQMP	Lei Quadro dos Museus Portugueses
MA	Museu da Água
MAC	Museu Arqueológico do Carmo
MAT	Museu Anjos Teixeira
MC	Museu das Comunicações
MCS	Museu de Cerâmica de Sacavém
MFC	Museu Ferreira de Castro
MM	Museu da Marioneta
MML	Museu Municipal de Loures
MMP	Museu da Música Portuguesa – Casa Verdades Faria
MNA/ MN Arqueologia	Museu Nacional de Arqueologia
MN Azulejo	Museu Nacional do Azulejo

MNAA	Museu Nacional de Arte Antiga
MNAC	Museu Nacional de Arte Contemporânea do Chiado
MNE	Museu Nacional de Etnologia
MNHNC	Museu Nacional de História Natural e da Ciência
MNM	Museu Nacional de Música
MPN	Museu da Pólvora Negra
MMVFX	Museu Municipal de Vila Franca de Xira
NP	Norma Portuguesa
PNA	Palácio Nacional da Ajuda
PNM	Palácio Nacional de Mafra
PNP	Palácio Nacional da Pena
PNQ	Palácio Nacional de Queluz
PNS	Palácio Nacional de Sintra
RPM	Rede Portuguesa de Museus
SAA	Society of American Archivists
UE	União Europeia

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1. N.º de instituições que responderam ao questionário agrupadas por tipo (n=14), (Apêndice 3)	66
Gráfico 2. Habilitações académicas dos responsáveis pelo preenchimento do questionário (n=14).	67
Gráfico 3. Designações dos conjuntos documentais nas entidades museológicas respondentes (n=14).	68
Gráfico 4. Formas de aquisição de arquivos pelas entidades museológicas respondentes (n=14).	69
Gráfico 5. Valores percentuais relativos às formas de organização e tratamento dos bens arquivísticos.	71
Gráfico 6. Tipologias de suportes documentais que constituem os arquivos custodiados (n=27).	72
Gráfico 7. Estado de conservação dos arquivos custodiados (n=27)	73
Gráfico 8. Acesso e difusão dos arquivos custodiados (n=27).	74
Gráfico 9. Justificação da existência do arquivo (n=27).	76

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Listagem dos museus pertencentes à RPM situados na região da Grande Lisboa (NUTS II) selecionados para esta análise (março, 2019)	49
Tabela 2. Estrutura do questionário (resumo).....	54
Tabela 3. Museus da amostra segundo tutela e tipo.	58
Tabela 4. Quadro resumo dos museus cujos sítios eletrónicos mencionam arquivos custodiados.	62
Tabela 5. Distribuição de arquivos por entidades e suas dimensões.	70

INTRODUÇÃO

O museu é uma instituição, que tem como objetivo investigar, conservar e disponibilizar ao público as suas coleções. Os arquivos, enquanto conjuntos documentais, podem ser encontrados nos museus, quer como integrantes das coleções museológicas, quer como arquivo definitivo, quer como arquivo decorrente das atividades museológicas, incluindo o ciclo de vida completo da informação da instituição museológica. Os museus e os arquivos regem-se por normas diferentes, têm sistemas de organização de conhecimento distintos e, possivelmente, objetivos convergentes. No museu, os objetos de tipologia variada são estudados, analisados e expostos para fruição e educação dos seus públicos. No arquivo, os documentos que o constituem também são investigados, examinados e apresentados, sobretudo, com o fito particular de constituírem prova ou informação sobre um determinado evento.

Mas o que acontece quando o museu custodia um arquivo? As formas de organização e de recuperação de informação divergem, uma vez que são constructos sociais distintos, com objetivos e classes profissionais divergentes? Qual a importância destes conjuntos documentais para o museu que o custodia? Estas questões conduziram-nos à pergunta de partida desta investigação:

Qual o “lugar” dos arquivos no museu e quais os traços que caracterizam essa relação?

A pergunta de partida decompõe-se em dois eixos principais de pesquisa: o “lugar” (importância e relevância) e os traços da relação. Para o primeiro eixo, a investigação levou-nos à constatação de que o “lugar” dos arquivos nos museus é, ainda, um tópico pouco abordado na literatura e, quando surge, é no contexto da convergência dos sistemas de informação formados por bibliotecas, arquivos e museus (*Libraries, Archives and Museums – LAM*) ou nas áreas da museologia e da arquivística, separadamente.

No entanto, para a elaboração da revisão de literatura, pudemo-nos socorrer de estudos como os de Pereira (2018), de Štefanac (2017), de C.G. da Silva (2016), de Silva (2016) e de Hannesch e Granato (2013), que abordam o “lugar”, tanto material como imaterial, que os arquivos ocupam na entidade museológica, mas na perspetiva arquivística e com o objetivo de verificar as formas como se recupera a informação contida nesses conjuntos documentais.

O segundo eixo da investigação tem como objetivo os traços da relação que se estabelece entre os arquivos e o museu custodiante, ou seja, quais os pontos em comum e divergentes que existem entre estas duas unidades de informação. Para esta análise recorreremos à leitura de teses como a de Pereira (2018), de Štefanac (2017) e de relatórios como o do Grupo de Trabalho – Sistemas de Informação em Museus (2017) e publicações como *O panorama museológico português* (Neves, 2013).

Desenhada a questão de partida, surgiram outras questões secundárias como: *Que tipologias de arquivos existem nos museus? Qual a forma de integração dos arquivos nos museus (compra, permuta, depósito, oferta e doação)? Qual o principal material constituinte desses conjuntos arquivísticos? Como é gerida a informação nesses arquivos (integram a base de dados dos museus)? Qual o estado de conservação desses arquivos? Qual a razão da sua integração no museu?*

A resposta a estas questões levou-nos ao estabelecimento do principal objetivo desta investigação: realizar um levantamento dos arquivos existentes nos museus nacionais e perceber o “lugar” que estes ocupam no museu que os custodia, bem como verificar de que forma se estabelece a relação entre o museu e o arquivo.

Em consequência, para obtermos o maior número de informações e dados possíveis, de forma a responder não só à questão de partida, mas também aos objetivos, desenvolvemos uma metodologia de abordagem mista com recolha de dados aplicando um inquérito por questionário.

O método de investigação documental (C.G da Silva, no prelo) permitiu a construção do quadro teórico para a formulação das diversas questões que se mantêm presentes ao longo desta investigação, não só através da definição de critérios para a sua realização, como por ser um método eficiente e eficaz na utilização de fontes. O estudo de caso possibilitou a análise da amostra utilizada nesta investigação.

Para a concretização deste projeto, estabelecemos uma amostra cujo universo é constituído por trinta e oito entidades museológicas pertencentes à Rede Portuguesa de Museus, na área da Grande Lisboa (NUTS II), em março de 2019.

A originalidade desta investigação em relação a levantamentos desta tipologia, anteriormente realizados, assenta na intenção de quele dar origem a um recenseamento

com a possibilidade da construção de um guia de arquivos existentes nos museus nacionais. Esta pesquisa pretende, também, averiguar qual a percepção que os museus custodiantes têm acerca dos arquivos à sua guarda. As respostas obtidas neste nível, embora sejam subjetivas, permitem compreender qual o “lugar” que o arquivo ocupa no museu.

De forma idêntica, as perguntas de resposta quantitativa também exprimem a relação que existe entre a entidade museológica com o conjunto documental arquivístico, ou seja, os traços que existem entre estas duas unidades de informação.

A pertinência deste estudo assenta na verificação de que a maioria dos artigos, monografias, dissertações e teses (nacionais e internacionais) são acerca da representação da informação dos arquivos nos museus e de que em Portugal não registamos a realização de levantamentos exaustivos acerca dos arquivos existentes nos museus.

A escolha deste tema prende-se com o nosso percurso profissional, que mantém um contacto frequente com os museus e com muitos dos seus interlocutores. A exploração do conceito de arquivo foi uma oportunidade de complementar a nossa formação académica. Desta forma, conjugámos dois gostos: a museologia e o desejo de “sair da área de conforto”.

O presente trabalho estrutura-se em três capítulos. Assim, no primeiro capítulo, intitulado “O lugar dos arquivos no museu: traços de uma relação”, apresentamos a contextualização da problemática e a definição dos conceitos operatórios de museu e de arquivo, bem como a definição de “lugar” preenchido pelos arquivos no museu.

No segundo capítulo, “O lugar dos arquivos no museu: objetivos da investigação e procedimentos metodológicos”, estabelecemos a abordagem metodológica utilizada nesta investigação. Também definimos e descrevemos os instrumentos de recolha de dados que utilizámos para os resultados obtidos.

No capítulo terceiro, “O lugar dos arquivos no museu: resultados e discussão”, caracterizamos a amostra selecionada para este estudo e expomos uma apresentação detalhada dos resultados obtidos com recurso a tabelas e gráficos. Com base nos dados recolhidos conseguimos analisar os resultados procurando responder às questões enunciadas.

1. O LUGAR DOS ARQUIVOS NO MUSEU: TRAÇOS DE UMA RELAÇÃO

Os museus, os arquivos e as bibliotecas, sítios de memória coletiva, são constituídos por coleções e acervos de documentos e de objetos que, muitas vezes, no contexto social onde se inserem, são considerados património cultural e artístico.

A definição de “sítio de memória” surge com Pierre Nora, em 1997 (*International Coalition of Sites of Conscience*, 2018, p. 11), nos seus estudos sobre o caso francês relativo à memória coletiva e suas formas de expressão. O conceito “sítio de memória” foi aceite internacionalmente e transpôs a limitação de contexto nacional dado pelo seu autor, sendo utilizado, atualmente, para designar museus, arquivos e bibliotecas, entre outros lugares de memória material e imaterial.

A par de Nora, Petrucci classifica o património escrito sobrevivente a cada fase da história de uma sociedade que o conserva, o ordena, o contextualiza e o estuda como «memória escrita» (Petrucci, 1999, p. 4). O mesmo autor considera que os arquivos, os museus, as bibliotecas e todos os organismos vinculados ao poder central se constituem como “sítios de memória”, à semelhança de Nora. São nestas instituições que se encontram os “memorizadores sociais” (p. 5) responsáveis pela conservação e ordenação dos documentos que, mais tarde, constituirão a memória escrita.

A separação dos “sítios de memória” – bibliotecas, museus e arquivos – tem início durante o século XIX e início do século XX quando a abordagem analítica e classificativa das ciências naturais é utilizada noutras áreas museológicas fronteiras à da coleção principal. A.M. da Silva (2015, p. 109) refere que “do arquivo ao museu, ressalta uma diferença fenoménica indelével: continente e conteúdo combinam, mas são objetos de estudo diferentes”, que, reforçado pela ideia de Jones (2018, p. 6) em que se constata que na década de 70 do século XX surge o movimento “museum-archives movement” nos Estados Unidos da América que se reflete nas décadas de 80 e 90, no Reino Unido e na Austrália, respetivamente. Este movimento traz aspetos positivos e negativos em matéria das coleções arquivísticas existentes nos museus: observa-se o crescimento do número de arquivos de museus e de arquivistas com especialização em museus, permitindo uma maior recuperação e difusão da informação contida nesta documentação. Mas também se verifica que este movimento contribuiu para a maior

separação entre o museu e o arquivo, perdendo-se, muitas vezes, a ligação entre estas unidades de informação (Jones, 2018).

Também, em Portugal se verifica a especialização funcional e institucional das bibliotecas, arquivos e museus em simultâneo com a especialização dos profissionais em “bibliotecologia” (A.M. da Silva, 2015, p. 120), em arquivística e em museologia, criando espaços próprios para cada uma dessas áreas e procedimentos distintos no que se refere ao tratamento dos documentos e objetos musealizados.

No entanto, apesar de assistirmos a uma tendência recente, nos panoramas internacional e nacional, para uma convergência entre as bibliotecas, os arquivos e os museus como sistemas de informação únicos, integrados, continuamos a observar que cada um deles opera de forma distinta dos restantes no tocante à forma como recupera e difunde a informação. Esta disposição entende-se na génese de cada sistema que se organiza de forma distinta das restantes. Mas como se organizam os sistemas de informação quando se relacionam numa estrutura organizacional única? Qual a tipologia da sua relação? Qual o posicionamento de ambos os sistemas?

Com o objetivo de melhor compreender a dinâmica que se estabelece entre um museu e um arquivo sentimos a necessidade de definir os conceitos de museu, de arquivo e de aclararmos as suas formas possíveis de relação.

1.1. Museu

Segundo a Academia das Ciências de Lisboa, na sua publicação *Dicionário da língua portuguesa contemporânea* (2001), o museu é um “estabelecimento público que funciona como local de preservação e de exposição de objetos de valor histórico e cultural nos domínios artístico, científico, técnico profissional, etnográfico” (p. 2555) e uma “instituição encarregada de reunir, conservar e expor documentos de valor” (p. 2556).

Apesar desta definição, verificamos que o conceito «museu» tem-se revelado uma definição com diversas alterações ao longo da história da Humanidade. Para a nossa investigação, interessa-nos, sobretudo, as definições concebidas a partir da segunda metade do século XX, que são trazidas pelo International Council of Museums (ICOM), que, em 1946, na sua *Carta de Constituição*, define museu como uma

instituição que abrange todas as coleções abertas ao público constituídas por material arqueológico, técnico, científico, histórico e artístico, incluindo jardins botânicos e zoológicos, mas excluindo bibliotecas, exceto se estas mantiverem salas de exposição permanente.

George Henri Rivière surge como figura destacada na transformação da definição do conceito de museu através do seu desempenho como museólogo e diretor do ICOM¹ (Lapa, 2011, p. 92). Rivière introduz, em 1951, os conceitos de preservação, de estudo e de realce dos objetos de valor cultural para fruição e ensino dos diversos públicos. Nos *Estatutos do ICOM*, aprovados em julho de 1951, as bibliotecas e os arquivos públicos passam a ser considerados museus sempre que mantiverem salas de exposição permanente.

No entanto, em 1961, o ICOM reduz a aceção de museu a determinada instituição que exponha e conserve, com o objetivo de estudo, educação e usufruto, coleções de objetos com significado cultural e científico. A partir desta data, tanto arquivos como bibliotecas, mesmo que disponham de salas de exposição permanentes, deixam de ser consideradas como museus a par de monumentos históricos, sítios arqueológicos, sítios naturais, jardins zoológicos, aquários e reservas naturais.

A cisão entre museus, arquivos e bibliotecas mantém-se até à atualidade, como podemos verificar nos *Estatutos do ICOM* alterados e adotados em 9 de junho de 2017, em que no artigo n.º 3 se define museu como sendo:

una institución permanente sin fines de lucro al servicio de la sociedad y de su desarrollo, abierta al público, que adquiere, conserva, investiga, transmite y expone el patrimonio tangible e intangible de la humanidad y de su entorno para la educación, el estudio y el deleite. (ICOM, 2017, p. 3)

Apesar de esta definição ser aceite internacionalmente, não se adequa a todos os tipos de museus, uma vez que alguns deles são museus que pertencem a instituições privadas com fins lucrativos ou correspondem a museus locais cujo significado só é representativo para as comunidades que os suportam (eulacmuseums.net). Exemplo de uma definição mais ampla e menos assertiva é a assumida pela American Alliance of Museums em que não se assume uma definição, mas revela-se a importância das diversas tipologias de museus para a sociedade norte americana. Em comum com a

¹ Período entre 1948 e 1966, tendo sido conselheiro permanente até 1985, ano da sua morte.

definição do ICOM mantém-se que o museu é uma organização “that possess objects, art, or artifacts to collect, preserve, and provide as educational material for the public” (Torres, 2016, p. 21).

Os museus nacionais também partilham da definição do ICOM. O Comité Nacional Português do ICOM, que existe desde a década de cinquenta do século passado, define museu como:

uma instituição permanente sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, investiga, comunica e expõe o património material e imaterial da humanidade e do seu meio envolvente com fins de educação, estudo e deleite. (ICOM- Portugal)

Esta definição que não é mais do que uma tradução da definição do ICOM, já aqui apresentada, é complementada pela Lei n.º 47/ 2004, de 19 de agosto, conhecida como *Lei Quadro dos Museus Portugueses* (LQMP), em que o conceito de museu é definido como sendo:

1 – Uma instituição de carácter permanente, com ou sem personalidade jurídica, sem fins lucrativos, dotada de uma estrutura organizacional que lhe permite:

a) Garantir um destino unitário a um conjunto de bens culturais e valorizá-los através da investigação, incorporação, inventário, documentação, conservação, interpretação, exposição e divulgação, com objectivos científicos, educativos e lúdicos;

b) Facultar acesso regular ao público e fomentar a democratização da cultura, a promoção da pessoa e o desenvolvimento da sociedade.

2 – Consideram-se museus as instituições, com diferentes designações, que apresentem as características e cumpram as funções museológicas previstas na presente lei para o museu, ainda que o respectivo acervo integre espécies vivas, tanto botânicas como zoológicas, testemunhos resultantes da materialização de ideias, representações de realidades existentes ou virtuais, assim como bens de património cultural imóvel, ambiental e paisagístico. (p. 5379)

No conceito de museu adotado pela legislação portuguesa, surge a noção de unidade do conjunto de bens culturais num museu e a sua valorização. Esta linha conceptual interessa para a nossa investigação pela verificação do posicionamento dos arquivos nos museus, quer como unidades de informação quer como parte integrante do acervo museológico.

Neste sentido, Faria e Pericão (1999) consideram que museu é uma “coleção de documentos com interesse científico ou cultural conservada de forma permanente e que pode estar patente ao público; organismo encarregado de reunir, conservar e expor documentos de valor; edifício destinado a esse fim” (p. 418).

Para Marques (2010), o museu atual apresenta-se como uma estrutura organizacional que evoluiu de um antecedente de saber enciclopédico para uma estrutura que pretende comunicar através das suas coleções, tendo sempre como objetivo maior o serviço público. Para a mesma autora, o museu deixou os “princípios de unicidade e raridade dos objetos, para o seu potencial informativo e comunicativo” (p. 3).

Moura e Borges (2015) acrescentam que o museu, em Portugal, se tornou num espaço político, que permite a “apropriação do património” (p. 21) não só pelo governo como por outras entidades sociais, desempenhando um papel de intermediário entre a sociedade e a sua herança cultural.

Assim, os museus tornam-se produtores e difusores de conhecimento, por excelência, devido à organização da informação contida nas suas coleções.

1.2. Arquivo

Na definição de arquivo, interessa-nos recolher as diversas formulações deste conceito realizadas por diversos autores e instituições de referência na área da arquivística. Estas diversas aceções do conceito em estudo permitir-nos-ão posicionar o “arquivo” no museu e, assim, compreender o “lugar” que ocupa nesse sistema de informação.

No artigo 4.º do decreto-lei n.º 16/93, de 23 de janeiro, o arquivo é definido como:

1- Um conjunto de documentos, qualquer que seja a sua data ou suporte material, reunidos no exercício da sua actividade por uma entidade, pública ou privada, e conservados, respeitando a organização original, tendo em vista objectivos de gestão administrativa, de prova ou de informação, ao serviço das entidades que os detêm, dos investigadores e dos cidadãos em geral.

2- Arquivo é, também, uma instituição cultural ou unidade administrativa onde se recolhe, conserva, trata e difunde a documentação arquivística. (p. 264)

Em 1999, Faria e Pericão acrescentam à definição legal de arquivo de 1993, os seguintes condicionantes: “conservados de forma permanente ou durante um período de tempo determinado, a título de prova ou informação, qualquer que seja a data, a forma ou o suporte material; estes documentos são elaborados ou recebidos por uma pessoa, organismo público ou privado, em função da sua actividade” (p. 39). Desta forma, o conceito de permanência é incorporado na definição de arquivo, introduzindo-nos, de novo, na conceção mais ampla de arquivo como sítio de memória e que deve ser mantido ou recebido por organizações em função da sua atividade que, no caso em estudo, é a atividade museológica.

A definição apresentada por Pearce-Moses no Glossário de terminologia editado pela Society of American Archivists (SAA), em 2005, segue esta linha de pensamento, mas coloca as questões pertinentes sobre se todos os arquivos devem ser conservados e que muito do que se considera arquivo não são senão coleções de documentos históricos, embora reconheça que esta tipologia de documentação é importante e que complementa a informação produzida pelos arquivos.

No mesmo ano da publicação do Glossário norte-americano, é editada a Norma Portuguesa, *Informação e Documentação: Terminologia arquivística – conceitos básicos*», cujo objetivo é a fixação de termos e conceitos uniformizados para facilitar a sua utilização e comunicação entre a comunidade profissional de arquivistas e entre eles e o público. A norma teve como base o documento produzido pelo International Council on Archives (ICA) em 1984, o *Dicionário de Terminologia Arquivística*», editado em 1993 pelo Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, e as orientações básicas da regulamentação portuguesa acerca deste assunto.

Na NP 4041:2005, considera-se que arquivo é “um conjunto orgânico de documentos” com as características já mencionadas no Decreto-Lei n.º 16/93, mas que se designa como “a mais ampla unidade arquivística” e que a “cada proveniência corresponde um arquivo” (p. 379).

No mesmo ano, o *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* (2005, p. 27) identifica o conceito de arquivo como sendo:

- 1- Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho das suas atividades, independentemente da natureza do suporte. Ver também fundo.
- 2- Instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso a documentos.
- 3- Instalações onde funcionam arquivos.
- 4- Móvel destinado à guarda de documentos.

À semelhança do Decreto-Lei n.º 16/93, a definição brasileira apresenta o arquivo como um conjunto de documentos e, também o refere, como um lugar onde a documentação arquivística é recolhida, tratada, conservada e difundida. A definição de arquivo enquanto “lugar” é explorada por autores como C.G da Silva (2016), Torres (2016), Štefanac (2017), entre outros, como iremos abordar nos capítulos seguintes.

O termo arquivo pode ser definido de três formas diferentes, segundo Morris (2006, p. 2) e que é muito semelhante à definição brasileira:

- 1) the records, regardless of format, created or received by a person or organization during the conduct of affairs and preserved because they contain information of continuing value. Within a museum, the term “archives” refers specifically to the noncurrent records of the institution, or those records required less than once every two to three months by staff to do their jobs, that document the growth, activities, and accomplishments of the museum;
- 2) the building or part of a building where archival materials are located (archival repository);
- 3) the agency or program responsible for selecting, acquiring, preserving, and making available archival materials.

No primeiro ponto da sua definição, Morris introduz a relação entre o museu e o arquivo, cuja documentação constituinte não se condiciona ao valor historicista e patrimonial, que muitas vezes condiciona a classificação de conjuntos de documentos existentes nos museus. A relação mencionada por Morris surge como uma pista que o arquivo nos museus pode não se limitar a ser, apenas, custodiado, mas, também, a desempenhar outras funções.

Herrera Heredia (2011, p. 45) define arquivo em cinco eixos: instituição, lugar físico, conteúdo, sistema e registo de informação no computador. Para cada vertente dá exemplos e desenvolve um pouco mais as aceções de sistema e de instituição, podendo ser utilizados ambos os termos para a descrição de arquivo. Apesar de esta definição não ser assertiva nem trazer novidade, consideramos que esta obra é importante, uma vez que apresenta linguagem normalizada a ser utilizada pela comunidade arquivística, que utiliza o idioma castelhano como forma de expressão.

Na investigação em Ciência da Informação, é também introduzido o pensamento sistémico, inspirado na Teoria Geral dos Sistemas, de Ludwig von Bertalanffy, aplicado a museus e arquivos (A.M. da Silva, 2015). Nessa perspetiva, o arquivo começa a ser visto como um sistema dinâmico e interativo e pode ter a seguinte nomeação “sistema de informação-arquivo” (A.M. da Silva, 2015, p. 118).

Na *Encyclopedia of Archival Science* (Duranti & Franks, 2015), considera-se arquivo como o conjunto de documentos feitos ou recebidos por uma pessoa física ou jurídica no decurso de uma atividade, mantidos para uma ação futura ou para referência do próprio ou dos seus sucessores legais. Os documentos originados pela prática dessa atividade estão, reciprocamente, ligados ao seu criador e o seu vínculo varia consoante a natureza, a ordem ou a função da documentação. A este vínculo as autoras denominam “archival bond” (p. 96), retomando um artigo anterior de Luciana Duranti, de 1997, denominado *The Archival Bond*. Esta ligação, entre a documentação e o seu produtor, interessa-nos para o nosso estudo porque parte da documentação existente nos museus é considerada como arquivo da própria instituição e a outra parte arquivos cujo produtor se encontra, de alguma forma, associado à própria instituição. As tipologias de arquivos existentes nos museus serão ainda abordadas nesta revisão de leitura.

Em 2017, a Association of Independent Museums (AIM) define arquivo como um termo que “can refer to a collection, a place where archives are kept or an organization caring for and providing access to an archive” (p. 3). Esta definição sumariza as várias definições que até agora apresentámos.

No entanto, será esta definição de arquivo suficiente para caracterizar os arquivos existentes nos museus?

1.3. Os arquivos e o museu: Em busca do “lugar”

O objeto do nosso estudo é compreender a relação existente entre o museu e o arquivo, a forma como esta unidade de informação se posiciona em relação ao primeiro e qual o seu lugar.

Para responder a estas questões, já revimos as definições dos conceitos operatórios – museu e arquivo – e seguiremos observando outros conceitos que nos parecem importantes abordar: lugar e a relação existente entre o museu e o arquivo.

Cook (1997), na sua retrospectiva acerca do discurso arquivístico, que percorre o período desde 1898 até 1997, considera que, durante o século XX, assistiu-se a uma mudança de paradigma em relação à arquivística como ciência da informação.

A primeira alteração diz respeito à razão pela qual os arquivos existem em que deixa de haver uma justificação administrativa, judicial e estatal para a razão da sua existência se dever a um contexto sociocultural, que permite a sua utilização por parte do grande público, ignorando, porém, que este também ali adquiriu relevância.

A segunda mudança é relativa ao conceito de proveniência e de evidência da documentação original, uma vez que os documentos digitais colocam outras questões relacionadas com a sua originalidade.

O terceiro aspeto relaciona-se com a alteração da teoria arquivística cujos principais princípios se baseavam na análise diplomática de documentos ou na descrição de grupos ou séries provenientes de instituições estáveis, para uma teoria que se inspira na análise de processos de criação de registos.

A quarta transformação emerge com o novo papel desempenhado pelo arquivista, que deixa uma postura profissional passiva para um papel ativo na construção da memória coletiva ou, como Cook refere, “archivists have become in this way very active builders of their own «house builders»” (p. 46). E a quinta mudança de paradigma relaciona-se com a reinvenção do conceito de arquivo, que reflete, de forma consciente ou inconsciente, o discurso social no seu tempo e no seu lugar.

No seu artigo *Archive as a place*, Duranti (2007) considera, igualmente, que o lugar do arquivo é onde a documentação se encontra depositada, mas refere que os depósitos físicos dos arquivos devem estar no centro das cidades para que a

proximidade entre os arquivos como lugar e a sociedade que deles se serve seja uma realidade.

O “lugar” dos arquivos, para C.G da Silva (2016), é considerado como “elemento essencial para a formação do conceito de arquivo, de formação clássica mais recente” (p. 4). Para o autor, o lugar ocupado pelos arquivos era onde se conservava a documentação que certificava direitos e outras garantias cujo valor probatório era considerado um “lugar especial” (p. 4), mantendo-se esta noção desde a Idade Média até ao período moderno. O autor considera, ainda, que a partir do século XIX o arquivo centra-se na custódia dos documentos em “desfavor do lugar de conservação” (p. 6) e que esta modificação ocorreu quando os arquivos se autonomizaram, recebendo e conservando documentos produzidos por outras entidades, ao invés de pertencerem a outras instituições.

Silva (2016) associa lugar à preservação da informação custodiada pelo arquivo. Para a autora, o:

sentido de custódia para as entidades de preservação significa que, ao receberem os documentos de diferentes organizações produtoras, a instituição assume a custódia desses documentos e, portanto, a responsabilidade de manter as características originais dos documentos, como a autenticidade e o vínculo arquivístico, a fim de garantir o acesso e a disponibilidade dos documentos sob sua guarda. (p. 57)

Através desta perspectiva, colocamos a hipótese de que o lugar do arquivo no museu é o de material custodiado, assumindo-se o museu como instituição custodiante no sentido de ser o “lugar” físico onde a documentação arquivística se encontra depositada e conservada. Para reforçar o papel desempenhado pelo museu em relação ao arquivo, socorremo-nos da definição feita pelo ICA, que considera custódia como a “responsabilidade pela tutela de documentos arquivísticos, que consiste na sua posse física, e não necessariamente em sua posse legal” (*Multilingual Archival Terminology*, 2015).

A ideia de custódia remete-nos para outro conceito – *archival bond* (vínculo arquivístico) – que surge com frequência nos artigos e teses consultadas. Duranti (1997), e Duranti e Franks (2015) consideram que o vínculo que se estabelece entre a documentação arquivística e a instituição custodiante ultrapassa a visão da diplomática da arquivística em que o registo ou documento é um elemento probatório e jurídico de um facto representativo para a sociedade. As autoras observam que o conceito “archival

bond” se encontra no centro da ciência arquivística, uma vez que este vínculo é a rede de relações que se estabelece entre cada documento e os restantes que pertencem à mesma unidade de informação. A relação entre documentos surge quando um documento é associado a outros documentos do mesmo criador e assim sequentemente. A ligação que surge, a que as autoras chamam de “archival bond”, é determinada pela natureza e pelas atividades do seu criador e é representada pela ordem física ou intelectual dos próprios documentos. Duranti (1997, p. 217) chega a afirmar que “the archival bond determines the meaning of the record”.

No seguimento desta linha de pensamento, quando pesquisamos acerca da relação entre o museu e o arquivo e qual o “lugar” deste naquela organização verificamos que os arquivos nos museus são mais de que uma unidade de informação organizada. O arquivo constituído pela documentação produzida pelo museu proporciona a possibilidade de conservar a identidade do museu e de compreender as bases do pensamento que criou aquele museu (Torres, 2016, p. 4).

De igual forma, a expressão “museum archives” que surge tantas vezes mencionada na literatura em revisão tendo como exemplos Morris (2006) e a SAA com a edição do documento *Museums Archives Section* (2018), entre outros, remete-nos para uma colaboração entre dois tipos diferentes de organização de informação. No entanto, quando um arquivo se situa num museu e é formado por documentação museológica, a sua presença é subordinada ao funcionamento e modo de disponibilização da informação pelo museu.

O contexto em que se encontra o arquivo é determinante para a perceção mais alargada de quem o criou e qual a razão da sua criação, bem como quais as ligações com outros arquivos museológicos. Os arquivos mantidos ou conservados pelos museus estão, diretamente, ligados à missão da entidade custodiante. No caso em estudo, o museu é o contexto para percebermos melhor o “lugar” que os arquivos ocupam nesta estrutura produtora e disseminadora do conhecimento. A SAA, em 2004, estabelece que a característica comum dos vários museus, disseminados por todo o mundo, é o objeto, quer seja uma obra de arte, um espécime científico, um artefacto ou um documento (p. 9). Mas o que é um documento na perspetiva arquivística museológica? Pearce-Moses, em 2005, refere que:

Document is traditionally considered to mean text fixed on paper. However, document includes all media and formats. Photographs, drawings, sound

recordings, and videos, as well as word processing files, spreadsheets, web pages, and database reports, are now generally considered to be documents. (p. 126)

Anos antes, Fuster Ruiz (1999) já colocara a mesma questão, mas delimitando-a ao conceito de documento de arquivo porque a noção de documento varia consoante a área de conhecimento que o produz. O autor afirma que a “matéria prima dos arquivos são os documentos” (p. 104), mas que para estes serem considerados como arquivo é essencial a sua relação com a entidade produtora, ou seja, o “vínculo arquivístico” (“archival bond”) estabelecido entre o produtor a documentação já referenciado por Duranti, em 1997. Fuster Ruiz também caracteriza os documentos de arquivo como testemunhos jurídicos ou informativos; como documentos autênticos e originais; e como fazendo sempre parte de um conjunto orgânico.

Duranti e Franks (2005) também consideram documentos como sínteses feitas a partir da combinação de vários elementos, que nos permitem organizar, navegar e perceber a informação. Para as autoras, e como temos vindo a observar, cada área do saber define documento – a sua forma ou função – consoante as suas especificidades (p. 185). Neste sentido, a SAA (2004, p. 11) considera que os arquivos (conjuntos documentais) nos museus têm a dupla função de serem um recurso para a administração e equipas dos museus como para a comunidade de investigadores.

A.M. da Silva (2015) apresenta documento na sua definição mais “geral, simples e natural” como “informação num suporte” (p. 110) e observa que nos arquivos, bibliotecas e museus existe a necessidade imperiosa de “ordenar fisicamente os documentos num determinado espaço, descrevê-los e classificá-los, para que pudessem ser localizados e disponibilizados para consulta pública” (p. 111). O autor realça, ainda, que o processo de comunicação de informação se centra nos objetos custodiados e que é realizado de forma avulsa pelos vários públicos que acedem aos museus. Inseridos no grupo de objetos à guarda do museu encontram-se os arquivos, que são constituídos por conjuntos documentais.

Štefanac (2017, p. 33), baseada no artigo de Buckland, *What is a “document?”*, de 1997, também refere que, apesar de, em arquivística, todos os documentos poderem constituir evidência quer sejam, ou não, registos oficiais, o termo “documento” é igualmente utilizado para referir tipos específicos de registo. A autora menciona que na

área da Ciência da Informação, o termo “documento” é utilizado de forma mais abrangente, perdendo a característica específica da arquivística.

Lester (2018) acrescenta que os documentos arquivísticos são, inegavelmente, fontes de informação, mas que constituem, em si, objetos com características físicas tangíveis bem como especificidades como contexto, conteúdo e forma.

Neste sentido, Štefanac (2017, p. 36) considera que a documentação existente no arquivo do museu pode ser classificada em duas tipologias: documentos originados pelas atividades administrativas e decorrentes do funcionamento do museu; e documentos que fazem parte do acervo museológico.

A autora regista, ainda, que muitos dos conjuntos documentais conservados nos museus e mantidos nos arquivos se encontram desvinculados das suas ligações quer com os seus criadores quer com os restantes documentos pertencentes à sua unidade de informação. A perda do “archival bond” faz com que o seu valor documental seja diminuído ou que sejam caracterizados como arquivos dispersos.

Também a AIM publicou, em 2017, um guia para a gestão de arquivos em museus. Neste guia, considera-se que a característica mais importante dos documentos de arquivos nos museus é a origem que o conjunto partilha, tornando-os em arquivos estruturados, uma vez que o vínculo não é resultado do acaso. A mesma associação coloca uma questão semelhante à que já colocámos anteriormente: quando podemos classificar conjuntos de documentos como arquivos?

Pearce-Moses menciona, no seu Glossário (2005), que nem sempre as coleções de documentos em papel existentes nos museus podem ser consideradas como arquivos e, também, a NP 4041:2005 através da sua definição de arquivo levanta a questão se nos museus teremos conjuntos documentais que podem ser considerados como “a mais ampla unidade arquivística” (p. 379).

A AIM refere que muitos museus descrevem partes das suas coleções de documentos gráficos como arquivos apesar de estes não poderem ser considerados arquivos estruturados. São vários os fatores que podem influenciar a classificação dos conjuntos documentais como arquivos estruturados: a dimensão do arquivo em termos físicos, a sua complexidade (objetos singulares ou conjuntos documentais em que se verifique a aplicação do conceito de “archival bond”), o seu conteúdo, o formato e o seu significado. Os arquivos estruturados são conservados permanentemente como um

registo da atividade de uma pessoa singular ou coletiva ou de uma família. A documentação selecionada para formar o arquivo é conservada porque fornece evidências e provas de como a atividade foi realizada e porque se trata de uma informação considerada útil para a investigação no futuro.

À definição de arquivo estruturado da AIM corresponde a definição de arquivo estabelecida no artigo 4.º do Decreto-lei n.º 16/93, de 23 de janeiro, em que arquivo é “um conjunto de documentos, qualquer que seja a sua data ou suporte material, reunidos no exercício da sua actividade por uma entidade, pública ou privada, e conservados, respeitando a organização original (...)” (p. 264).

De igual forma, a SAA (2003) posiciona os arquivos nos museus como entidades subordinadas administrativamente e custodiadas pela instituição em que se encontram e cuja missão é identificar, preservar e administrar registos com valor financeiro, legal e de investigação que não sejam de uso corrente. Os arquivos nos museus podem incluir documentos produzidos pelo museu (administrativos e decorrentes da atividade museológica), isto é, documentos de valor probatório e de curadoria, e documentos relacionados com aquisições, doações e depósitos de arquivos que, pelo seu valor intrínseco e intelectual, suportam as atividades e coleções do museu.

Marques (2016) considera que a condição necessária para um conjunto de documentos ser considerado arquivo é a sua organicidade. A autora considera que “não existe um arquivo sem organização” (p. 25) e que sem esta característica torna-se quase impossível conhecer a entidade produtora do conjunto documental, não possibilitando a difusão, o acesso e a recuperação tanto da documentação como da informação.

Uma outra característica que se observa nos arquivos dos museus é a que a sua principal função se divide em duas vertentes: a recolha e a coleção. A recolha é feita ao nível da função de arquivo institucional da organização museológica e a coleção em termos da conservação de arquivos adquiridos, doados ou oferecidos de “acordo com a política de aquisição institucional” (Mello e Silva, 2013, p. 39).

A classificação dos arquivos como “lugar” nos museus está estreitamente relacionada com a atividade destas organizações, como já aqui pudemos observar. Para reforçar esta constatação, Hannesch e Granato, em 2013, apresentam duas tipologias de arquivos: os “arquivos de museus” e os “arquivos em museus” (p. 7 e p. 9). No primeiro grupo encontram-se os conjuntos documentais produzidos durante a atividade

museológica (divulgação, exposição, conservação, curadoria, mediação cultural, entre outros) e a produção documental afeta a toda a gestão financeira e de recursos necessários para o funcionamento do museu. No segundo grupo, inclui-se a documentação complementar às atividades de investigação e que suportam, muitas vezes, a missão do museu, bem como os arquivos custodiados e colecionados que auxiliam na interpretação do acervo museológico.

A importância dos conjuntos documentais nos museus portugueses classificados como arquivos tem vindo a ser “progressivamente reconhecida”. Este reconhecimento tem permitido aos museus adotarem normas e partilharem “recursos de difusão de informação sobre os seus acervos” (Pereira, 2018, p. 275). Para as conclusões do seu estudo, Pereira realizou um levantamento sobre arquivos pessoais existentes em Portugal. Para a obtenção de resultados a autora identificou “376 entidades em Portugal detentoras que se considerou possuírem documentação integrada no universo dos arquivos pessoais” (p. 240) que no seu total “detêm ou fornecem informação sobre um universo de 3850 arquivos” (p. 240). A maioria das entidades detentoras é de tutela pública, constituindo 80% do universo consultado (Pereira, 2018, p. 240).

Gradualmente, tem-se reconhecido a importância dos arquivos nos museus e o surgimento de vários grupos de trabalho que estudam esta tendência são o comprovativo que atesta a relevância da relação entre dois tipos de produtores de conhecimento.

A publicação, *O panorama museológico em Portugal – os museus e a rede portuguesa de museus na primeira década do século XXI*, editada em 2013, pela Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) e coordenado por José Soares Neves, traz-nos um retrato das realidades da Rede Portuguesa de Museus (RPM) na primeira década da sua existência. Neste âmbito, também se incluiu um levantamento das tipologias de acervos existentes nos museus, em que se incluem os acervos bibliográficos e arquivísticos. Estes acervos, no ano de 2009, constituíam 50,8% dos acervos dos museus com a quantidade de 8,5 milhões de objetos com inventariação sumária e 9,6% dos acervos museológicos com registo fotográfico (p. 64-67). Apesar de nos trazer informação quantitativa acerca da existência de esta tipologia de acervos e de esta ser um dos principais conjuntos de objetos museológicos portugueses, não conseguimos apurar qual a verdadeira dimensão dos arquivos existentes nos museus da RPM devido à omissão dessa informação neste relatório.

Em 2017, em Portugal, divulga-se um relatório de diagnóstico relativo aos sistemas de informação nos museus, realizado pelo Grupo de Trabalho Sistemas de Informação em Museus (GT-SIM), da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (BAD). A constituição do GT-SIM, em 2012, pretende responder às preocupações relativas à gestão eficiente da informação no contexto museológico. Serôdio (2018), uma das autoras do relatório, considera que é essencial a sensibilização da comunidade museológica portuguesa para a normalização de procedimentos e métodos de trabalho para que a recuperação da informação contida nos acervos documentais ou nas unidades de informação seja eficaz.

Neste relatório, o GT-SIM constata que apenas 37% dos museus refere que possui acervos arquivísticos (p. 69). O mesmo grupo de trabalho avança com a hipótese de esta situação se dever à falta de autonomia dos museus cuja documentação produzida, classificada como arquivo do museu, “ser encaminhada para outros serviços ou equipamentos” (p. 69). A predominância do suporte da documentação existente é o papel (90%), seguindo-se os suportes eletrónicos e especiais (53% e 57%, respetivamente) e, por fim, o suporte em pergaminho (21%) e outros suportes (5%). As formas de incorporação dos bens arquivísticos nos museus são, predominantemente, por doação (74,7%), por depósito (42,2%), por recolha (34,9%), por oferta (31,3%), por transferência (24,1%) e por compra (10,8%).

O relatório ainda indica que a maioria da documentação se encontra inventariada sendo esta a forma preferencial de registo dos bens arquivísticos na qual se descreve a série e se referem e enumeram as unidades de instalação. Cerca de 71% dos museus que responderam ao inquérito refere que utiliza o quadro normativo das normas internacionais *General International Standard Archival Description* (ISAD-G) para a gestão dos seus documentos ou para a descrição dos arquivos (p. 78).

Também no Brasil, encontramos um grupo de trabalho denominado «Grupo de Trabalho Arquivos de Museus e Pesquisa», liderado por Ana Gonçalves e Magalhães, que tem vindo a debater a importância dos arquivos nos museus como fontes de informação e a realizar levantamentos para quantificar e qualificar os acervos documentais existentes em museus e em arquivos.

O «GT-9 – Museu, Patrimônio e Informação» é um grupo de trabalho brasileiro que pertence à estrutura de grupos de trabalho da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB), cujo objetivo é debater a pesquisa

e o desenvolvimento da Ciência da Informação no Brasil, particularmente, a relação entre a documentação patrimonial arquivística, museológica e biblioteconómica e as organizações onde se encontram inseridas (ANCIB, 2018).

Já em 2018, a Archives and Records Association edita um número especial da sua publicação semestral, *Archives and Records*, cujo tema central debate a relação entre os museus e os arquivos. Este número apresenta cinco artigos que exploram a relação entre os arquivistas e os curadores; entre a coleção museológica e o arquivo no museu; e entre as formas de acesso e de difusão dos arquivos utilizadas pelos museus (Berry, 2018).

A SAA também se representa no debate da relação museu – arquivo com a «Museum Archives Section», que inclui os profissionais responsáveis pela organização e conservação dos conjuntos documentais arquivísticos. Esta secção pretende debater a aplicação de normas respeitantes aos arquivos e museus bem como o papel do arquivista no museu.

O ICOM apresenta um grupo de trabalho que debate a informação produzida pelos museus e que considera a vertente documental como essencial para as atividades museológicas: o International Committee for Documentation (CIDOC, 2010). Este comité fornece conselhos sobre boas práticas e desenvolvimento na área da documentação em museus à comunidade museológica. Tal como o GT-SIM, um dos principais objetivos do CIDOC é a elaboração de normas relativas à descrição documental e à recuperação da informação para que esta seja realizada e difundida pela comunidade internacional.

A União Europeia (UE) tem vindo a desenvolver projetos que asseguram a conservação e a difusão da memória pelos seus cidadãos. Partindo da premissa que é necessário perceber o passado para garantir a compreensão de um futuro sustentável numa época de grandes alterações no panorama social e nos contextos político e económico, a UE tem apostado em programas para a difusão contida nos arquivos dos vários países que compõem a UE. Exemplos como o RAMA², que esteve vigente desde 1992 a 1994, o ARCOMEM³, realizado entre 2011 e 2013, e o projeto APEx⁴, entre

² RAMA: *Remote Access to Museum Archives*. Este projeto permite aos museus europeus organizar os seus arquivos eletronicamente. In RAMA. (1994). Disponível em: https://cordis.europa.eu/project/rcn/14406_en.html. Consultado em: 25-11-2018.

³ ARCOMEM: *Archive Communities from Collect-all Archives to Community Memories – in leveraging the Wisdom of the Crowd for intelligent Preservation*. Este projeto auxilia a transformação dos arquivos

2012 e 2015, atestam a importância dos arquivos como produtores de conhecimento e o reconhecimento das potencialidades dos arquivos nos museus.

Atualmente, o projeto *Europeana Collections* corresponde à ambição da UE de permitir o acesso global ao património cultural dos países que a constituem. Através da digitalização de documentos de arquivos, bibliotecas e museus, a Europeana constitui-se num espaço virtual de fruição, de conhecimento e de investigação.

A construção deste capítulo revelou-se um processo longo devido à insuficiência de fontes que revelam que o “lugar” dos arquivos no museu e os traços em que se estabelecem entre o elemento custodiado e a entidade custodiante são ainda muito dependentes da tutela dos museus, dos programas museológicos e dos profissionais que têm a seu cargo a documentação que constitui o arquivo do museu ou no museu.

No entanto, durante o decurso da revisão de literatura realizada, para o tema em investigação, deparámo-nos com diversos conceitos e termos que surgiam recorrentemente para designar os arquivos e o seu “lugar” nos museus.

Um conceito que nos obrigou a reflexão foi o de caracterizar o arquivo “de” e “em” museu e o museu que o custodia como sistemas de informação. Fernández Marcial, Gomes, e Marques (2015, p. 7) consideram que:

Todos os SI estão, pois, e desde sempre, dinamicamente dependentes do universo orgânico que lhes dá origem, com a complexidade que naturalmente se vai gerando, e é esta realidade que deve ser reconhecida, numa evolução dinâmica diacrónica, como aquela que serviu e serve de contexto sistémico envolvente.

Nesta conceção, encontramos o “lugar” do arquivo “de” museu (Hannesch & Granato, 2013) em que os conjuntos documentais constituintes são gerados pelo museu através das suas atividades de gestão, administrativas, curadoria e expositivas, evidenciando a sua relação com o museu como um subsistema dessa organização que funcionará como um sistema de informação na perspetiva da análise sistémica que tem como base a Teoria Geral de Sistemas (Fernández Marcial, Gomes & Marques, 2015).

em memórias coletivas através da Social Web. In ARCOMEM. (2017). Disponível em: https://cordis.europa.eu/project/rcn/97303_en.html. Consultado em: 25-11-2018.

⁴ APEX: *Archives Portal Europe network of excellence*. Projeto que tem como missão a expansão, o enriquecimento e a sustentabilidade do Archival Portal Europe. In APEX (2015). Disponível em: <http://www.apex-project.eu/index.php/en/>. Consultado em: 28-11-2018.

No entanto, os arquivos custodiados pelo museu, ou “em” museu, podem ser considerados como unidades de informação ou conjuntos de documentação, uma vez que no nosso trabalho procuramos fazer uma análise dos conjuntos documentais, considerados como arquivos pelos museus, sem considerações acerca do contexto externo, contexto interno, políticas de aquisição ou de tratamento documental subjacente ou com a organização dos fluxos informacionais que caracterizam os sistemas de informação.

O nosso objetivo é a materialização da informação sob forma de documento que aqui já foi definido como “informação num suporte” (A.M. da Silva, 2015, p. 110) e o levantamento dos conjuntos documentais nos museus, classificados como arquivos, e a relação que se estabelece entre os dois.

Vários dos autores aqui mencionados, como Fuster Ruiz (1999), consideram que para o documento de arquivo é essencial a sua relação com a entidade produtora, a sua finalidade e forma de chegada ao arquivo (p. 104). Esta ligação única com a entidade produtora e demais condicionantes remete-nos para o conceito de “archival bond” onde se evidencia a afinidade forte e vinculativa que se estabelece entre o museu e os arquivos produzidos e custodiados pela entidade museológica.

Também observamos que são várias as tipologias de arquivo encontrada no museu: o arquivo estruturado decorrente da atividade do museu; e o arquivo com origem em depósito, aquisição, oferta, compra e permuta que sustenta, muitas vezes, o conhecimento da coleção museológica e que tem relação direta com a constituição do museu.

Atualmente, também se verifica um novo ambiente de colaboração entre bibliotecas, arquivos e museus, cuja tendência é a de esbater as fronteiras criadas entre estes três “sítios de memória” produtores de documentação. A convergência destas entidades através da digitalização dos seus documentos e objetos, provavelmente, alterará a relação estabelecida entre os três, conduzindo à seguinte questão: Deixará o arquivo o “lugar” ocupado no museu devido à desmaterialização do seu suporte físico ou manter-se-á na posição de arquivo custodiado?

Entretanto, e enquanto a mudança de paradigma não se verifica, confirmamos que uma relação estreita e fundamentada entre o museu e os arquivos custodiados reflete-se em benefício para o museu e para a sociedade, através da valorização das suas

coleções e na disponibilização de conhecimento atual e futuro, demonstrando que o “lugar” do arquivo no museu ultrapassa a limitação física de depósito e de objeto custodiado para estabelecer uma relação intelectual e social que promove o museu como produtor de conhecimento.

2. O LUGAR DOS ARQUIVOS NO MUSEU: OBJETIVOS DA INVESTIGAÇÃO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os museus e os arquivos são ambos sítios de memória, unidades de informação e produtores de conhecimento. Quando ambas entidades estabelecem uma relação entre si, de entidade custodiante (museu) com entidade custodiada (arquivo), como a que pretendemos observar, torna-se importante conhecer a sua realidade para poder compreender o “lugar” que os arquivos ocupam nos museus. Em consequência desta necessidade, propomo-nos a realizar um estudo exploratório sobre a realidade museológica nacional limitada ao contexto geográfico da Grande Lisboa e à existência temporal da dissertação e como objetivo posterior efetuar um levantamento que conduza à produção de um guia dos arquivos existentes nos museus nacionais.

Durante o percurso da investigação realizada, percorremos várias etapas para reunir informação relativa ao tema, para contextualizá-la e para desenhar uma metodologia adequada que incorpore instrumentos de pesquisa que permitam a recolha de resultados e, assim, atingir o objetivo a que nos propomos, delineando numa primeira fase um projeto de pesquisa que, segundo Yin (2001, p. 41), “é muito mais do que um plano de trabalho cujo propósito principal de um projeto é ajudar a evitar a situação em que as evidências obtidas não remetem às questões iniciais da pesquisa.”

Neste sentido, foi necessário estabelecer um quadro metodológico para pesquisar e analisar as fontes e os dados recolhidos. O modelo metodológico que seguimos foi o método circular em que a teoria e a observação interagem através da retroação que se torna o elemento fulcral da investigação e que, em simultâneo, assegura a “eficácia da ação” (Freixo, 2010, p. 76). Assim, adotamos o modelo que é uma exposição das etapas que realizámos para o desenvolvimento do trabalho, com a identificação dos métodos e das técnicas que foram usadas (Lundin, 2016, p. 39), também considerado por Yin (2011, p. 102) como “protocolo”. Como metodologia preferencial socorremo-nos da abordagem mista, qualitativa e quantitativa, que “emprega estratégias de investigação que envolvem coleta de dados simultânea ou sequencial para melhor entender os problemas de pesquisa” (Creswell, 2007, p. 35) e como métodos de procedimento, a investigação documental (C.G da Silva, no prelo) e o estudo de caso (Yin, 2010). As técnicas de recolha de dados utilizada foi a construção de um inquérito por questionário

cujas informações e respostas recolhidas, respetivamente, permitiram a análise e discussão dos resultados. Estes dados possibilitaram a elaboração de um estudo de natureza quantitativa e qualitativa que viabilizou a realização de uma análise cujos resultados permitirão, posteriormente, selecionar as informações necessárias para realizar um guia dos arquivos nos museus tendo como base o seu levantamento.

Os resultados recolhidos foram tratados de forma quantitativa, com a aplicação de métodos estatísticos, e de forma qualitativa. A sua discussão e observação permitiu-nos apreender qual a relação que os museus constituintes da amostra estabelecem com os arquivos por si custodiados e atingir o objetivo de levantamento que, desde o início desta investigação, nos propomos atingir.

2.1. Objeto de estudo

Uma das etapas determinantes para o sucesso da investigação é a formulação da questão de partida. A questão inicial elucida-nos acerca da problemática em estudo e indica-nos o processo metodológico mais correto a utilizar para a responder.

Uma questão inicial bem desenhada permite minimizar “o risco de o investigador acabar por se ver confrontado com a montanha de dados, para cuja interpretação se sentirá extremamente desamparado” (Flick, 2013, p. 47).

Da questão de partida podem ser enunciadas outras questões que deverão responder aos objetivos específicos que se pretendem atingir como resultado do trabalho (Lundin, 2016). Do conjunto de questões realizadas resulta a formulação dos conceitos a explorar na investigação ou pesquisa documental, a seleção do grupo ou amostra que se pretende estudar, a escolha dos métodos e do plano de pesquisa que mais se adequam, a avaliação e possível reformulação das questões da investigação, a recolha de dados, uma nova avaliação das questões, a análise de dados, avaliação da análise e sua discussão e a compreensão dos dados obtidos (Flick, 2013, p. 48).

Também Quivy e Campenhoudt (2008) referem que a pergunta de partida enuncia o projeto de investigação sendo o “primeiro fio condutor da investigação” e deve “apresentar qualidades de clareza, de exequibilidade e de pertinência” (p. 44).

Na nossa investigação, a pergunta de partida formulada é: «Qual o lugar dos arquivos no museu?» que corresponde aos três princípios de clareza, exequibilidade e pertinência indicados por Quivy e Campenhoudt (2008) como essenciais para a

construção da pergunta inicial. Associadas a esta questão surgiram as questões específicas de pesquisa: 1) *Existe uma relação entre o museu e o arquivo?* 2) *No caso de a relação existir qual o seu vínculo?* 3) *Consideram o conjunto documental custodiado como um arquivo⁵ ou como uma coleção?* 4) *Quais as tipologias de arquivo existentes no museu?* e 5) *Quais as formas de incorporação dos arquivos no museu?*, que nos permitiram desenhar o objetivo principal e objetivos secundários que pretendemos alcançar no final da nossa dissertação.

A questão de partida também permite desenhar o objetivo principal da investigação realizada bem como enunciar os que surgem em sequência dessa formulação.

Uma vez que já tínhamos estabelecido a nossa pergunta de partida, instituímos como objetivo principal a análise dos arquivos existentes nos museus que fizeram parte da nossa amostra. Os objetivos específicos têm como premissa responder às questões secundárias elaboradas e complementar o conhecimento obtido através da análise, permitindo:

- Identificar o Museu e o conjunto documental ou arquivo;
- Forma de aquisição e informação custodial e arquivística;
- Conteúdo e organização da informação;
- Formas de acesso e de difusão da informação; e
- Estado de conservação dos arquivos.

Ao estipularmos como propósito desta investigação o “estudo científico de uma população de pessoas, instituições ou objetos físicos com o propósito de adquirir conhecimentos, observando todos os seus elementos, e fazer juízos quantitativos acerca de características importantes dessa população” (Graça Martins, 2014) aplicado ao universo museológico, procurámos contribuir para o conhecimento acerca dos arquivos existentes nos museus, a relação que se estabelece entre a entidade custodiante e os conjuntos documentais custodiados e o lugar que estes ocupam no museu.

Os estudos e investigações realizados até à data circunscrevem-se a levantamentos sobre o número de arquivos pessoais e familiares existentes em museus,

⁵ Como já referimos, consideramos arquivo como o que se encontra definido na alínea 1 do 4º artigo do Decreto-lei n.º 16/93, de 23 de janeiro.

à forma de representação da informação arquivística no sistema informacional museológico, à caracterização dos arquivos e a sua ligação à documentação museológica (arquivos estruturais e arquivos custodiados) e à forma como os arquivos são percebidos pelas equipas de curadores que os classificam muitas vezes como parte integrante das coleções museológicas.

Para identificação destes estudos e dos conceitos operacionais existentes na pergunta de partida – museu, arquivo e lugar – bem como atingirmos os resultados, adiante apresentados, e respondermos às questões e aos objetivos a que nos propomos, explorámos um universo específico de fontes de informação que incluem reflexões teóricas e práticas acerca do tema em estudo.

Para a análise documental realizada para a nossa investigação escolhemos a abordagem “orientada para o problema” (Bell, 2010, p. 102) que incide no que já foi escrito acerca do assunto e orientar a investigação para responder às questões previamente realizadas. De igual forma, socorremo-nos do método de investigação documental (C.G da Silva, no prelo) que permitiu elaborar a revisão de literatura desta investigação através da seleção das fontes primárias e terciárias utilizadas para a definição dos termos operatórios e para estabelecer o conceito de “lugar” do arquivo no museu.

Através da utilização do método da investigação documental alcançámos a definição do tema, do problema e formulámos as hipóteses o que nos permitiu definir o objetivo principal e secundários bem como “selecionar o(s) método(s) e técnicas de pesquisa que melhor se adaptem às suas necessidades.” (C.G da Silva, no prelo).

Para o exercício crítico de revisão literária definimos como baliza temporal o período entre os anos 2013 e 2018 para a recolha da maioria dos artigos científicos por ser o intervalo que abarcava maior atualidade acerca do tema em estudo e, assim, podermos compará-los entre si. No entanto, apercebemo-nos de que alguns artigos e monografias de autores de relevância como Cook, Durante e C.G da Silva, entre outros, na área dos sistemas de informação museológica e arquivística eram anteriores a este período e, por isso, também foram incluídos nas leituras.

Também pesquisámos dissertações de mestrado e teses de doutoramento destas áreas do conhecimento sendo a mais recuada do ano de 2010.

De igual forma, socorremo-nos de definições legais e de normas para os conceitos museus e arquivos, bem como, de publicações de organizações e associações internacionais como as do International Council of Museums (ICOM) e as da Society of American Archivists (SAA), órgãos de referência internacional em museologia e arquivística, respetivamente, entre outros.

As combinações de termos utilizados para a pesquisa foram em língua portuguesa: arquivos, museus, arquivos em museus, o lugar dos arquivos nos museus, sistemas de informação arquivística em museus, sistemas de informação e gestão da informação em museus. E em idioma inglês os termos utilizados foram os seguintes: *archives, museums, archives in museums, the place of archives in museums, archival information system, information system e museum information management*.

Em ambos os idiomas, foram utilizados operadores booleanos de interseção, união, parenteses e de expressão exata aplicados aos termos, anteriormente, mencionados em:

- Bases de dados de conhecimento científico – Biblioteca do Conhecimento on-Line (B-on), *Web of Science* (WOS), *Library and Information Science Abstracts* (LISA), *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Elsevier e Repositórios Científicos de Acesso Aberto em Portugal (RCAAP);
- Rede social na área da ciência – *Researchgate*;
- Gestor de referências – *Mendeley*;
- Base de dados de referência - *Google Scholar*.

Os resultados obtidos permitiram-nos a seleção de diversos artigos científicos, periódicos, monografias, dissertações de mestrado, teses de doutoramento e normativos, entre os quais, dicionários de ciência da informação. Muitos destes documentos ainda nos conduziram a outros textos e a outros autores que eram repetidamente referenciados e citados na bibliografia encontrada através da estratégia de pesquisa usada.

Para caracterização da missão dos museus, que constituem a amostra selecionada, recorreremos aos sítios eletrónicos de cada um para podermos observar qual o lugar ocupado pelo arquivo em cada sistema museológico.

2.2. Desenho do Estudo

Antes de avançarmos para os resultados obtidos e sua discussão tivemos de delinear uma estratégia de estudo que concorresse para atingir os objetivos iniciais a que nos tínhamos proposto: quantos arquivos custodiados pelos museus que compõem a amostra (dados quantitativos) e qual a relação que estabelecem com museu que os detêm, bem como, qual a percepção que os recursos humanos dos museus têm acerca da importância destes arquivos (dados qualitativos).

O método de estudo de caso pareceu-nos, pelas suas características intrínsecas e pela metodologia de abordagem que segue, como o método mais adequado para esta investigação. De facto, o estudo de caso como Bell (2010, p. 23) refere presta-se ao aprofundamento do problema ou questão, num período limitado temporalmente, permitindo a identificação e percepção das suas diferentes variáveis através da descrição e interação de fatores.

Na nossa investigação, o estudo de caso constitui-se na exploração de uma unidade de estudo que, na investigação em curso, é formada pela relação estabelecida entre os arquivos e o museu que os detêm.

Lundin (2016, p. 140) considera que o método de estudo de caso, ou monográfico, “parte do princípio de que um (qualquer) caso, estudado com profundidade, pode ser representativo de muitos outros casos, ou até de todos os casos iguais ou semelhantes (...) com o objetivo de obter generalizações”. Ellet (2018, p. 17) considera que a “realidade” representada pelo estudo de caso deve obedecer a quatro características essenciais sem as quais não é possível estabelecer um estudo de caso: tratar de um problema ou problemas significativos, existir informação suficiente para basear as conclusões acerca dos problemas existentes, não existir uma resposta correta implícita e apresentar-se de forma não-linear, ou seja, construi-se à medida que as respostas forem obtidas.

Já Neuman (2014) considera que, formalmente, pode considerar-se como caso uma observação ou uma unidade que está diretamente ligada ou delimitada no tempo e no espaço. Esta unidade pode ser um indivíduo ou uma nação consoante o objetivo da investigação. O estudo de caso é elaborado quando a nossa unidade faz parte de um grupo cuja investigação acresce conhecimento recolhido na comparação entre as diferenças e semelhanças desse mesmo conjunto.

O método do estudo de caso tem como principal missão a análise de diversas ou múltiplas características de um pequeno grupo de casos e a sua utilização adequa-se a situações em que se pretendam respostas às questões como e porquê, em que não haja necessidade de controlo sobre ocorrências comportamentais e cuja circunscrição dos acontecimentos seja contemporânea. (Yin, 2001)

Neuman (2014) refere que o estudo de caso permite “to link micro level, or the actions of individuals, to the macro level, or large-scale structures and processes” (p. 42) e, à semelhança de Yin, também considera as muitas vantagens do método de pesquisa de estudo de caso. A primeira vantagem baseia-se no conhecimento profundo dos casos em estudo, o que nos permite criar novas ou reformular teorias em casos de maior complexidade; a segunda vantagem advém da maior visibilidade de detalhes nas relações de causa-efeito; e o terceiro benefício relaciona-se com a possibilidade de desenvolvermos explicações mais detalhadas e completas capazes de apreender a complexidade das relações estabelecidas no nosso objeto de estudo.

Yin (2010) refere que para a construção de um estudo de caso eficaz na resposta às questões elaboradas e na resposta aos objetivos gerais e específicos da investigação deve incidir em seis fontes de evidências (documentação, registos em arquivos, entrevistas, observações diretas, observações participantes e artefactos físicos) e em três princípios de recolha de dados (uso de múltiplas fontes de evidências, criação de uma base de dados do estudo de caso e a manutenção e a sequência de evidências). A recolha de dados pode ser quantitativa e qualitativa, tornando a abordagem metodológica mista. O autor também refere que a seleção, a análise e a interpretação dos dados devem ser considerados na concretização dos objetivos da investigação.

A noção de que a recolha de dados pode ser quantitativa e qualitativa é igualmente reforçada por Flick (2012), que considera que um estudo pode incluir essas abordagens em diferentes fases do processo de pesquisa e que a sua triangulação resulta na complementaridade dos resultados e das informações.

No estudo em realização, a recolha de dados incide sobre uma amostra não probabilística por seleção racional (Freixo, 2010) à qual se aplicou um inquérito por questionário com combinação de perguntas abertas e fechadas (Hill & Hill, 1998) para se poder realizar um levantamento dos arquivos existentes em museus e para podermos compreender as relações que se estabelecem entre esses conjuntos documentais e a instituição que os detém.

2.3. Instrumentos de Recolha de Dados

Na nossa investigação, foram utilizados, fundamentalmente, dois instrumentos de recolha de dados: a investigação documental que permitiu a seleção de fontes para caracterizar os conceitos operatórios base – museu e arquivo – e enquadrar a problemática levantada pela nossa questão de partida, como já referimos anteriormente; e a distribuição de um inquérito por questionário, cujas respostas obtidas permitiram trazer à colação informação de cariz qualitativo e quantitativo.

2.3.1. Amostra

Antes de abordarmos a amostra selecionada, para o nosso caso em estudo, importa definir o conceito. Segundo Lundin (2016, p. 332), considera-se amostra:

o conjunto, mais pequeno, de elementos extraídos de um conjunto maior chamado população. Trata-se de um conjunto constituído de indivíduos (famílias ou outras organizações), acontecimentos ou outros objetos de estudo que o investigador pretende descrever e/ou analisar, ou para os quais pretende generalizar as suas conclusões ou resultados.

Para Flick (2013, p. 74), as estratégias utilizadas para a construção da amostra em que recairá o estudo de caso servem para descobrir a área de estudo que pretendemos analisar. A decisão de definir *a priori* a amostra deve decorrer da questão de partida e dos graus de generalização de estudo que se pretende. Igualmente, a seleção da amostra também depende da documentação trazida pelo exercício da seleção das fontes utilizadas para a revisão de literatura (Freixo, 2010).

Em síntese, a amostra é uma representação da população-alvo limitada aos condicionantes eleitos pelo investigador.

Com esse propósito, realizámos uma seleção de um grupo de museus nacionais que consideramos representativos do estudo, que pretendemos realizar, e que podem ser o grupo inicial do estudo de caso, em análise. A amostra selecionada caracteriza-se por ser uma amostra não probabilística por seleção racional porque o nosso objetivo não é generalizar os resultados obtidos ao restante panorama museológica nacional, mas, sim, efetuar um levantamento com elementos da população escolhidos “por causa da

correspondência entre as suas características e os objetivos do estudo” (Freixo, 2010, p. 185).

A realidade que pretendemos estudar compreende trinta e oito museus e monumentos distribuídos pela extinta região da Grande Lisboa que é, atualmente, parte integrante da Área Metropolitana de Lisboa e região estatística portuguesa (NUTS II). O seu território ocupava uma área de área de 1381 km² e abrangia uma população de 2.042.326 habitantes (censos de 2011). A Grande Lisboa era constituída por oito concelhos: Amadora, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Odivelas, Oeiras, Sintra e Vila Franca de Xira (Nos cidadãos, 2014) e é a região com maior concentração de museus da Rede Portuguesa de Museus (RPM)⁶. (Apêndice 1)

Este conjunto de museus e monumentos constitui uma amostra de 25,16% dos 151 museus e monumentos integrados na RPM, em março de 2019⁷. Esta rede é um sistema integrado de museus e monumentos nacionais cujo principal objetivo é a “a descentralização, a mediação, a qualificação e a cooperação entre museus” (Direção Geral de Património Cultural [DGPC], 2018) e consideramo-lo suficientemente representativo para o estudo da relação que se estabelece entre os museus e os seus arquivos, objeto central da nossa investigação, e para a realização de uma análise que conduza à produção de um guia.

Os pressupostos em que nos baseamos para a dimensão da população-alvo é a da sua homogeneidade (Freixo, 2010) que neste caso se traduz em serem museus ou espaços musealizados, todos pertencentes à RPM e ao cumprimento de requisitos de uniformidade de vocabulário e de caracterização das suas coleções ou acervos.

Tabela 1.

Listagem dos museus pertencentes à RPM situados na região da Grande Lisboa (NUTS II) selecionados para esta análise (março, 2019)

Grande Lisboa	
Concelho	Museu
Cascais	Museu da Música Portuguesa – Casa Verdades Faria
	Museu do Mar Rei D. Carlos

⁶ Ver: Ministério da Cultura, Despacho Normativo 3/2006. Publicado no *Diário da República, I- Série B*, 25 de Janeiro de 2006. Acedido em: 27- 11- 2018. Disponível em: http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/museus_e_monumentos/credenciacao_de_museus/despacho_norm_3_2006_formularios_de_acreditacao_o_museus.pdf

⁷ Em Junho de 2019, a RPM integra 156 museus. Acedido em: 03-06-2019. Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/museus-e-monumentos/rede-portuguesa/>

Grande Lisboa	
Concelho	Museu
	Museu- Biblioteca Condes Castro Guimarães
Lisboa	Museu Nacional da Música
	Museu Nacional do Teatro e da Dança
	Museu Nacional do Traje
	Museu Calouste Gulbenkian
	Casa Museu Anastácio Gonçalves
	Museu Nacional de Etnologia
	Museu Nacional de Arqueologia
	Museu Nacional dos Coches
	Palácio Nacional da Ajuda
	Museu da Carris
	Museu Nacional de Arte Antiga
	Museu da Fundação Arpad Szenes- Vieira da Silva
	Museu Geológico
	Museu Nacional de História Natural e da Ciência
	Museu de São Roque
	Museu Arqueológico do Carmo
	Museu Nacional de Arte Contemporânea do Chiado
	Museu das Comunicações
	Museu Nacional do Azulejo
Museu da Água	
Museu da Marioneta	
Loures	Museu de Cerâmica de Sacavém
	Museu Municipal de Loures
Mafra	Palácio Nacional de Mafra
Oeiras	Museu da Pólvora Negra
Sintra	Palácio Nacional de Queluz
	Museu de História Natural de Sintra (Coleção Miguel Barbosa)
	Palácio Nacional de Sintra
	Museu Anjos Teixeira
	Museu Ferreira de Castro
	Palácio Nacional da Pena
	Museu do Ar
	Casa Museu Leal da Câmara
	Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas
Vila Franca de Xira	Museu Municipal de Vila Franca de Xira

Grande Lisboa	
Concelho	Museu
Total de entidades	38

Fonte: Elaboração da autora

2.3.2. Inquérito por questionário

Para obtermos as informações necessárias para a recolha de dados, sua discussão e elaboração de conclusões, socorremo-nos do instrumento inquérito por questionário. Yin (2011) considera que o inquérito se insere numa das quatro categorias de reunião de dados num estudo de ordem qualitativa – a entrevista – apesar desta poder ser baseada num questionário.

De facto, na nossa investigação, elaborámos um questionário que responde aos objetivos específicos e ao objetivo principal, e que nos auxilia não só a replicar ao objetivo central que é um levantamento dos arquivos custodiados pelos museus constituintes da nossa amostra como, também, respondeu à nossa questão de partida que consiste no entendimento da relação entre os museus e os seus arquivos, no caso de esta existir, perceber o lugar que estes ocupam na organização custodiante e, também, compreender o vínculo existente entre o arquivo ou arquivos com o museu.

O questionário também é considerado como um instrumento de medida que permite confirmar ou inferir algumas conclusões retiradas da sua leitura, uma vez que alguns dos seus resultados podem ser mensuráveis.

Bell (2010) considera que a construção do inquérito deve ser feita para que as respostas nos deem a informação necessária, a que seja aceite pelos indivíduos e que não cause dúvidas no processamento das respostas. Para a construção de um questionário, Hill e Hill (1998) consideram que existem quatro fundamentos-base sem os quais o questionário não terá sucesso e nem permitirá inferir de forma correta os resultados obtidos.

Assim, seguindo o seu método, observámos que a formulação do nosso inquérito só poderia ser feita após especificarmos em detalhe o principal objetivo da investigação, os métodos para analisar dados, as seções do questionário que pretendem responder aos objetivos específicos já aqui referidos, às perguntas específicas do questionário cujas

respostas permitirão alcançar a resposta para a questão de partida que estabeleceu a metodologia seguida.

Através das questões formuladas no questionário podem ser obtidas informações acerca do que ocorre na atualidade dos museus em relação aos arquivos por si custodiados não só de forma qualitativa como também quantitativa, como referem Tuckman e Harper (2012, p. 244) pela “counting the number of respondents who give a particular response, which generates frequency data”.

As perguntas feitas no questionário devem corresponder, o mais possível, às habilitações literárias e ao vocabulário utilizado pelas pessoas que o vão responder. No nosso caso, prevemos que as respostas sejam dadas pelos profissionais de informação que colaborem com os museus ou pelos curadores responsáveis pelas unidades de informação arquivística existentes nos museus. Mas, apesar de serem questões dirigidas a profissionais conhecedores desses arquivos, as questões devem ser claras, pouco extensas, adequadas e relevantes para os inquiridos, contextualizadas e evitem a dubiedade na resposta (Freixo, 2010). De igual forma, Lundin também refere que “as questões formuladas devem ser claras e específicas, considerando que devem facilitar as respostas para que o investigador possa alcançar os objetivos preconizados e validar as hipóteses formuladas para o desenvolvimento do tema” (2016, p. 163).

O nosso questionário seguirá uma formulação idêntica ao desenhado por Zélia Pereira, em 2018, para a sua tese intitulada *O universo dos arquivos pessoais em Portugal: identificação e valorização* e de forma idêntica vamos utilizar a modalidade de perguntas abertas, uma vez que nos interessa obter o máximo de informação e a mais detalhada possível acerca dos arquivos existentes nos museus. No entanto, também formulamos perguntas fechadas que nos possibilitam aplicar análises estatísticas no tratamento das respostas, porque um dos objetivos principais desta investigação é saber quantos arquivos existem nos museus formados pela amostra em estudo (Hill & Hill, 1998).

A elaboração do questionário de Pereira (2018) apresenta campos de preenchimento que seguem a norma ISAD-G para a descrição arquivística e que permitiram à autora recolher os dados necessários para o levantamento dos arquivos pessoais no panorama nacional. No entanto, os moldes do futuro levantamento que pretendemos efetuar são distintos dos de Pereira porque procuramos responder a questão de qual a relação ou relações que se estabelecem entre o museu, entidade

custodiante, e os arquivos à sua guarda bem como efetuar um guia que nos permita caracterizar o universo referente à nossa amostra selecionada. Assim, também, recorreremos ao questionário elaborado pelo GT-SIM para a composição do seu relatório publicado em 2017 que se destinava a verificar a situação atual dos sistemas de informação nos museus e que contempla o acervo arquivístico dos museus, designadamente, os arquivos históricos ou definitivos produzidos e conservados pelos museus até 2015.

O questionário elaborado está estruturado em quatro grupos principais que perfazem um total de 31 perguntas.

O primeiro conjunto é respeitante à identificação do museu ou monumento musealizado consultado. Para além da designação da entidade e da sua tutela, são solicitados dados acerca do *site* institucional e correio eletrónico de contato. O segundo agrupamento de questões deve ser preenchido por quem responde ao questionário permitindo fazer um retrato das habilitações e funções de quem é responsável pelo arquivo ou arquivos existentes no museu ou monumento. O terceiro campo é relativo ao arquivo a que correspondem os dados. Neste campo solicitamos a identificação e designação do arquivo porque como já constatámos nem sempre o termo arquivo é utilizado para designar os conjuntos documentais custodiados pelo museu. Nas descrições podem surgir designações como espólios são “arquivos que correspondem ao conjunto de documentos, manuscritos e similares, produzidos e colecionados por um autor. Mantêm, em princípio, a unidade estabelecida pela personalidade que lhes dá o nome” (Biblioteca Nacional de Portugal [BNP], 2008, p. 71); como coleções que são consideradas “ núcleos de documentação, relativos a uma ou mais personalidades e reunidos por esta(s) ou por terceiro(s), que não correspondem à totalidade da produção intelectual do(s) autor(es) em causa ou não mantêm a unidade inicial” (BNP, 2008, p. 71); como acervo documental que são “a totalidade dos documentos sob custódia de um arquivo ou outra entidade” (BNP & Instituto Português da Qualidade, 2010, p. 378); e como fundo cuja definição é idêntica à de arquivo. Neste terceiro campo de preenchimento também são solicitadas informações referentes à identificação e conteúdo do arquivo, acerca da sua forma de entrada no museu (doação, compra, oferta, etc.), quantidades (número de documentos ou de metros lineares que a documentação ocupa), se os documentos se encontram inventariados, descritos e classificados, sobre a forma de difusão dos conjuntos documentais, sobre a tipologia dos suportes e do seu

estado de conservação e acerca da percepção da importância e da razão da existência do arquivo ou arquivos para a instituição custodiante. Este ponto reveste-se de enorme importância para o nosso estudo pois permite-nos qualificar a relação e justificar a presença de determinado arquivo num museu. O quarto campo permite a inscrição de observações por parte do responsável pelo preenchimento do questionário e o quinto campo inquirir o responsável pelo preenchimento se este está disponível para entrevista. (ver Apêndice 2)

Como já se referiu, recorreremos tanto às perguntas abertas (17) que permitiram que os inquiridos pudessem acrescentar informações e observações que considerassem complementares e pertinentes; e às respostas fechadas (14) com o intuito de facilitar o preenchimento dos questionários e que possibilitaram realizar o tratamento estatístico das mesmas. As perguntas realizadas permitiram recolher informação de cariz tanto qualitativo como quantitativo.

Tabela 2.

Estrutura do questionário (resumo).

Grupos de questões	Objetivos
1. Identificação do Museu	Nome da instituição Concelho Tutela do Museu Correio Eletrónico Página WEB
2. Identificação do responsável pelo preenchimento do questionário	Nome Cargo/ Função Formação
3. Acervo Arquivístico	Identificação do Arquivo/ Fundo Modo de Aquisição Conteúdo e organização da Documentação Total de bens Arquivísticos Acesso e Difusão da Informação Tipologia de Suportes Documentais Estado de Conservação Justificação da Existência do Fundo/ Coleção Arquivística
4. Observações	Campo de preenchimento livre
5. Disponibilidade para entrevista	Sim/ Não

Fonte: Elaboração da autora

O questionário foi enviado através do *software* «Google Forms»⁸ onde foi construído para que o seu preenchimento fosse mais fácil e imediato para os

⁸ Nota da autora: Aplicação informática do Google para a criação de formulários. Disponível em: <https://www.google.com/intl/pt-PT/forms/about/>. Consultado em: 20- 03-2019.

representantes das entidades contactadas e para que a recolha da informação obtida se organizasse por forma a permitir a sua análise e recuperação. (Apêndice 2)

Para poder enviar o questionário por correio eletrónico realizámos um levantamento de todos os endereços eletrónicos das 38 entidades museológicas que constituem a amostra, e os questionários foram enviados a 26 de março de 2019. (Apêndice 3)

Inicialmente, solicitamos que as respostas fossem enviadas até ao dia 15 de maio do corrente ano mas esse período foi prolongado até 30 de Junho de 2019 porque quando os representantes dos museus foram contactados por via telefónica, alguns deles, solicitaram uma prorrogação de prazo.

2.3.3. Inquérito por entrevista

No caso de não obtermos as respostas suficientes ao nosso questionário recorreremos às entrevistas telefónicas para que possamos obter o máximo de informações no período de tempo disponível e, assim, elaborar um retrato mais aprofundado acerca da relação que os museus constituem com os arquivos por si custodiados. As entrevistas por telefone implicam a impossibilidade de interagir com o entrevistado uma vez que impedem a perceção das reações físicas e faciais daqueles (Coutinho, 2015) mas escolhemos este método de recolha de informação porque quando contactámos alguns dos possíveis entrevistados, a sua maioria acusou indisponibilidade para nos receber.

O guião da entrevista adota as questões do questionário que foi estruturado com questões abertas e fechadas permitindo seguir o “curso natural dos acontecimentos” (Coutinho, 2015, p. 141).

3. O LUGAR DOS ARQUIVOS NO MUSEU: RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo, abordamos o posicionamento dos arquivos no museu que os custodia. Para obtermos os “traços” da sua relação socorremo-nos de uma amostra cujo universo é constituído por 38 museus da RPM situados, geograficamente, na área da Grande Lisboa (NUTS II) à qual aplicámos um inquérito por questionário, como já referimos no capítulo anterior. A fonte utilizada para a determinação da amostra foi o *site* da DGPC⁹ que, na página eletrónica relativa à RPM, permite verificar quais são os museus que integravam esta rede nacional à data de referência da obtenção de dados, que corresponde ao mês de março de 2019.

Para a caracterização dos museus selecionados, recorreremos a diversas fontes de informação, nomeadamente, a páginas eletrónicas das diversas entidades museológicas e inventários, catálogos e guias de fundo disponibilizados para pesquisas *on-line*. Também para essa descrição foram analisados aspetos como o tipo de tutela, pública ou privada, distribuição territorial pela área geográfica selecionada, o número de fundos ou coleções arquivísticas pelos quais os museus são responsáveis, formas de recuperação da informação contida nesses fundos bem como a sua disponibilização aos diversos públicos, o principal material constituinte, o seu estado de conservação, e outros dados considerados pertinentes neste levantamento como os produtores da documentação e o conteúdo daquela.

Uma vez que pretendemos, igualmente, obter informação acerca da perceção que o museu tem em relação aos arquivos à sua guarda, a análise do conteúdo das páginas eletrónicas dos museus e as respostas ao questionário contribuirão para a compreensão e o estabelecimento de quais os “traços” da relação existente entre o museu e os arquivos por si custodiados.

A importância desta análise reside na possibilidade de distinguir os arquivos “de” museu dos arquivos “em” museu, como já referimos no capítulo da revisão de literatura, designação trazida por Hannesch, & Granato, em 2013, ou arquivos estruturados, conjuntos de documentação arquivística que são indissociáveis, dos

⁹ Rede Portuguesa de Museus. <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/museus-e-monumentos/rede-portuguesa/> Consultado em: 13-05-2019

arquivos como são, muitas vezes, denominadas partes de coleções de museus formadas por documentos gráficos¹⁰ como é evidenciado pela AIM, em 2017.

3.1. Caracterização da amostra: os museus

3.1.1. Museus: tutela e tipo

Para a caracterização dos museus, que constituem a amostra em análise, optámos por identificar o município, a sua tutela e o seu tipo, seguindo o modelo de caracterização dos museus utilizado pelo GT-SIM no seu relatório de 2017.

Os 38 museus estudados são, maioritariamente, de tutela pública, constituindo estes uma percentagem de 76,32% da nossa amostra, de cuja parcela 42,10% pertence à Administração Central (16) e 34,22% é dependente dos municípios (13). Os museus privados representam uma percentagem de 23,68% da amostra.

Do conjunto tutelado pela Administração Central, o maior número de museus pertence ao Ministério da Cultura (13), dependendo os demais do Ministério da Tecnologia e Ensino Superior (1), do Ministério do Ambiente e Transição Energética (1); do Ministério da Defesa (1) e da Empresa Portuguesa de Águas Livres, S.A. (1).

Relativamente aos museus privados, 44% é gerida por uma empresa privada (Parques de Sintra-Monte da Lua, S.A.), 33% pertence a fundações (Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação Arpad Szenes – Vieira da Silva e Fundação Portuguesa das Comunicações) e 22% diz respeito a museus pertencentes a uma associação profissional e científica (Associação dos Arqueólogos Portugueses) e a uma organização secular católica (Santa Casa da Misericórdia de Lisboa).

Na análise quanto ao tipo de museu, os 38 museus distribuem-se pelas categorias de museus Especializados (12), Arte (6), Monumentos Musealizados (5), Casa- Museu (4), de Arqueologia (3), Ciências Naturais e de História Natural (3), Ciência e Técnica (2), Mistos e Pluridisciplinares (1), de Etnografia e Antropologia (1) e de História (1) (Neves, 2013, p. 54). Para esta distribuição da amostra, considerámos museus especializados como museus dedicados “à investigação e exposição de todos os aspetos relativos a um tema ou assunto em particular” (Neves, 2013, p. 211); museus de arte

¹⁰ Nota da autora: Consideramos documentos gráficos todas as obras de arte cujo suporte seja em papel, papiro e pergaminho, incluindo documentos de biblioteca e de arquivo.

cujo principal objetivo é exibir obras de arte quer sejam pintura, escultura ou outros objetos artísticos com origem nas artes aplicadas e nas artes performativas; monumentos musealizados como “museus cujas coleções são indissociáveis de um determinado monumento” (Neves, 2013, p. 211); museus de arqueologia que, como o nome indica, a sua atividade incide no conhecimento e na interpretação de culturas e sociedades do passado através de vestígios materiais deixados como prova da sua vivência; museus de ciências naturais e de história natural, cujo interesse reside no estudo do mundo natural; casas–museu como sendo um “espaço doméstico convertido em equipamento público, posto ao serviço deste com vista a celebrar e evocar a história de um homem, de um país, de um grupo ou um acontecimento, que, por estar diretamente relacionada com a casa, se consegue apreender nesse espaço” (Ponte, 2013, p. 30); museus mistos e pluridisciplinares como museus que custodiam diversas coleções que abrangem diversas áreas do saber; museus de ciência e técnica cujas coleções representam o interesse pelo desenvolvimento e aplicação de ideias científicas e instrumentação; museus de etnografia e antropologia cujo programa museológico incide no estudo material resultante de uma cultura; e museus de história como um museu cuja coleção incide “num determinado tema, personalidade, ou monumento” (Neves, 2013, p. 211).

Tabela 3.

Museus da amostra segundo tutela e tipo.

Variáveis	Museus	
	Número	%
	38	100,00
Tutela		
Administração Central	16	42,10
Administração local	13	34,22
Privados	9	23,68
Tipo		
Especializados	12	31,58
Arte	6	15,79
Monumentos musealizados	5	13,16
Casas – museu	4	10,53
Arqueologia	3	7,89
Ciências Naturais e de História Natural	3	7,89
Ciência e Técnica	2	5,26
Mistos e Pluridisciplinares	1	2,63
Etnografia e Antropologia	1	2,63

Variáveis	Museus	
	Número	%
	38	100,00
História	1	2,63

Fonte: Elaboração da autora

3.1.2. Museus: sites e arquivos

Uma outra variável, que consideramos pertinente para a perceção da relação que os museus estabelecem com os arquivos custodiados, é a referência nos *sites*¹¹ das organizações.

Para compreender esta relação - museu e arquivo - consultámos as páginas dos sítios eletrónicos dos museus, que constituem a amostra do estudo.

Em relação ao Município de Cascais, só o *Museu da Música Portuguesa – Casa Verdades Faria*¹² (MMP) faz referência aos arquivos de Michel Giacometti, Fernando Lopes-Graça e Álvaro Cassuto e, cuja génese do programa museológico desenvolvido incide na investigação destes três arquivos.

O município de Lisboa é o município que contempla mais museus pertencentes à RPM, em março de 2019, no que concerne ao universo em estudo. Dos 21 museus, 15 são tutelados pela DGPC e 6 são de gestão privada.

A maioria dos museus e espaços musealizados, neste município, faz referência aos seus arquivos em páginas dos *sites* dos museus. Destacamos o *Museu Arqueológico do Carmo*¹³ (MAC), o *Museu Nacional de História Natural e da Ciência*¹⁴ (MNHNC) e o *Museu das Comunicações* (MC), que apresentam a dimensão que os arquivos ocupam nessas instituições, quer em unidades de instalação, quer em metros lineares. Outros

¹¹ Optámos pela utilização da expressão *site* para designar “página ou conjunto de páginas disponível na Internet e acessível através de um computador ou de outro dispositivo electrónico”. In Flip: dá a volta ao texto. Dúvida linguística. Disponível em: <https://www.flip.pt/Duvidas-Linguisticas/Duvida-Linguistica/DID/2609>. Consultado em: 12-08-2019

¹² In Câmara Municipal de Cascais. (2019). *Museu da Música Portuguesa – Casa Verdades Faria*. Disponível em: <https://www.cascais.pt/equipamento/museu-da-musica-portuguesa-casa-verdades-de-faria>. Consultado em: 28-05-2019.

¹³ O *Museu Arqueológico do Carmo* detém 297 unidades de instalação. In Museu Arqueológico do Carmo. (2016). *Arquivo*. Disponível em: <https://www.museuarqueologicodocarmo.pt/arquivo.html>. Consultado em: 28-05-2019.

¹⁴ No *Museu Nacional de História Natural e da Ciência* os arquivos pessoais e institucionais ocupam 350 metros lineares. In Museu Nacional de História Natural e da Ciência. (2015). *Arquivo Histórico*. Disponível em: <https://museus.ulisboa.pt/pt-pt/colecao-arquivo-historico>. Consultado em: 28-05-2018.

museus como o *Museu Nacional de Etnologia*¹⁵ (MNE), o *Museu Nacional de Arqueologia*¹⁶ (MNA), o *Museu Nacional de Arte Antiga*¹⁷ (MNAA), o *Museu Nacional de Música*¹⁸ (MNM), o *Museu Nacional de Arte Contemporânea do Chiado*¹⁹ (MNAC) e o *Museu da Água*²⁰ (MA) apresentam alguns arquivos custodiados pela instituição, nos seus *sites*, através das páginas eletrónicas “coleções”, “centros de documentação”, “biblioteca” ou “arquivo histórico”.

Como já referimos no capítulo 2, os museus situados no município de Loures e pertencentes à RPM, no mês de março de 2019, são 2. Ambos os museus, *Museu de Cerâmica de Sacavém* (MCS) e *Museu Municipal de Loures* (MML), são de tutela pública e de administração local. A existência de arquivos custodiados por ambas instituições é mencionada no *site* da Câmara Municipal de Loures, na página eletrónica “museus”, que apresenta uma listagem de estruturas culturais do município entre as quais se inserem os “Centros de Documentação de Loures”. Através destes, temos acesso ao Centro Documentação do Museu Municipal de Loures - Arquivo e Biblioteca e ao Centro Documentação do Museu de Cerâmica de Sacavém - Arquivo e Biblioteca.

O município de Mafra encontra-se representado pelo monumento musealizado *Palácio Nacional de Mafra* (PNM) e no seu *site* não é referida a existência de arquivos custodiados pela instituição.

¹⁵ Este museu remete-nos para o Arquivo Sonoro de Michel Giacometti na página eletrónica «Biblioteca e Mediateca» do seu *site*. In Museu Nacional de Etnologia. *Arquivo sonoro de Michel Giacometti no MNE*. Disponível em: <https://mnetnologia.wordpress.com/biblioteca-e-mediateca/arquivo-sonoro-de-michel-giacometti-no-mne/>. Consultado em: 28-05-2019.

¹⁶ O Museu Nacional de Arqueologia estabelece a ligação eletrónica ao seu arquivo histórico através da página eletrónica “serviço de documentação”. In Museu Nacional de Arqueologia. (2018). *Arquivo Histórico*. Disponível em: <http://www.museunacionalarqueologia.gov.pt/?p=3300>. Consultado em: 28-05-2019.

¹⁷ O Museu Nacional de Arte Antiga remete-nos para a *site* da *Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas para o acesso à documentação do arquivo do museu*. In Museu Nacional de Arte Antiga. *Biblioteca*. Disponível em: <http://www.museudearteantiga.pt/investigacao/biblioteca>. Consultado em: 28-05-2019.

¹⁸ A referência a alguns dos arquivos custodiados pelo Museu Nacional da Música é feita na página eletrónica «Documentos Gráficos» que se encontra inserido na página eletrónica «Coleções». In Museu Nacional da Música. *Documentos Gráficos*. Disponível em: http://www.museunacionaldamusica.gov.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=50&Itemid=89&lang=pt. Consultado em: 28-05-2019.

¹⁹ O Museu Nacional de Arte Contemporânea do Chiado menciona algumas doações documentais na página eletrónica “Centro de Documentação”. In Museu Nacional de Arte Contemporânea do Chiado. *Centro de Documentação*. Disponível em: <http://www.museuartecontemporanea.gov.pt/pt/museu/centro-de-documentacao>. Consultado em: 28-05-2019.

²⁰ Uma visão generalista dos arquivos custodiados pelo Museu de Água é apresentada na sua página eletrónica «Arquivo Histórico». In Museu de Água. (2019). *Arquivo Histórico*. Disponível em: <https://www.epal.pt/EPAL/menu/museu-da-%C3%A1gua/arquivo-hist%C3%B3rico>. Consultado em: 28-05-2019.

Também o município de Oeiras é caracterizado, nesta amostra, por um museu: *Museu da Pólvora Negra* (MPN). A página eletrónica deste museu é da responsabilidade da Câmara Municipal de Oeiras e, na apresentação sumária da estrutura museológica e da sua programação, não há qualquer referência à existência de arquivos.

A RPM, em março de 2019, inclui nove museus do município de Sintra na sua rede. Três destes museus são monumentos musealizados (*Palácio Nacional de Queluz*, *Palácio Nacional de Sintra* e *Palácio Nacional da Pena*), dois são casas-museu (*Museu Anjos Teixeira* e *Casa e Museu Leal da Câmara*), é um museu de arqueologia (*Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas*) e em igual número encontramos um museu histórico (*Museu Ferreira de Castro*), um museu de ciências naturais e de história natural (*Museu de História Natural de Sintra, Coleção Miguel Barbosa*) e um museu especializado (*Museu do Ar, Pólo Sintra*).

Dos quatro museus de administração local só dois referem, nos seus sítios eletrónicos, a existência de arquivos nas suas coleções: a *Casa – Museu Leal da Câmara* (CMLC), que diz possuir um “arquivo fotográfico e de correspondência e documentação”²¹ relativa a Leal da Câmara, e o *Museu Ferreira de Castro* (MFC), cujo *site* refere que o espólio documental do escritor se encontra nesse local e que é “constituído por mais de 20 mil documentos de epistolografia, periódicos, manuscritos, fotografias, estando acessível a investigadores”²².

Quanto aos monumentos musealizados tutelados pela entidade privada Parques de Sintra-Monte da Lua, S.A., que correspondem ao *Palácio Nacional de Queluz* (PNQ), ao *Palácio Nacional de Sintra* (PNS) e ao *Palácio Nacional da Pena* (PNP), nenhum menciona a existência de arquivos custodiados nas suas coleções nos seus sítios eletrónicos.

Por último, surge o município de Vila Franca de Xira com o *Museu Municipal de Vila Franca de Xira* (MMVFX), que faz parte da RPM e cujo *site* não faz menção a arquivos custodiados pela instituição, mas menciona a existência de um arquivo histórico.

²¹ In Câmara Municipal de Sintra. (2018). *Casa – Museu Leal da Câmara: Historial*. Disponível em: <https://cm-sintra.pt/atuabilidade/cultura/museus-municipais-de-sintra/casa-museu-de-leal-da-camara>. Consultado em: 06-06-2019.

²² In Câmara Municipal de Sintra. (2018). *Museu Ferreira de Castro: Breve Historial*. Disponível em: <https://cm-sintra.pt/atuabilidade/cultura/museus-municipais-de-sintra/museu-ferreira-de-castro>. Consultado em: 06-06-2019.

Tabela 4.

Quadro resumo dos museus cujos sites mencionam arquivos custodiados.

Grande Lisboa			
Município	Museu	Menção em site	
		Sim	Não
Cascais	Museu da Música Portuguesa – Casa Verdades Faria	✓	
	Museu do Mar Rei D. Carlos		✓
	Museu- Biblioteca Condes Castro Guimarães		✓
Lisboa	Museu Nacional da Música	✓	
	Museu Nacional do Teatro e da Dança		✓
	Museu Nacional do Traje		✓
	Museu Calouste Gulbenkian		✓
	Casa Museu Anastácio Gonçalves		✓
	Museu Nacional de Etnologia	✓	
	Museu Nacional de Arqueologia	✓	
	Museu Nacional dos Coches		✓
	Palácio Nacional da Ajuda		✓
	Museu da Carris		✓
	Museu Nacional de Arte Antiga	✓	
	Museu da Fundação Arpad Szenes- Vieira da Silva	✓	
	Museu Geológico		✓
	Museu Nacional de História Natural e da Ciência	✓	
	Museu de São Roque		✓
	Museu Arqueológico do Carmo	✓	
	Museu Nacional de Arte Contemporânea do Chiado	✓	
	Museu das Comunicações	✓	
	Museu Nacional do Azulejo		✓
Museu da Água	✓		
Museu da Marioneta		✓	
Loures	Museu de Cerâmica de Sacavém	✓	
	Museu Municipal de Loures	✓	
Mafra	Palácio Nacional de Mafra		✓
Oeiras	Museu da Pólvora Negra		✓
Sintra	Palácio Nacional de Queluz		✓
	Museu de História Natural de Sintra (Coleção Miguel Barbosa)		✓
	Palácio Nacional de Sintra		✓
	Museu Anjos Teixeira		✓

Grande Lisboa			
Município	Museu	Menção em <i>site</i>	
		Sim	Não
	Museu Ferreira de Castro	✓	
	Palácio Nacional da Pena		✓
	Museu do Ar		✓
	Casa Museu Leal da Câmara	✓	
	Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas		✓
Vila Franca de Xira	Museu Municipal de Vila Franca de Xira		✓
Variáveis			
Relação museu – arquivos e <i>site</i>		Número de casos	%
		38	100
Museus que contemplam os arquivos no <i>site</i>		15	39,47
Museus que não contemplam os arquivos no <i>site</i>		23	60,53

Fonte: Elaboração da autora

3.2. Traços e lugar

Para compreender os resultados obtidos é relevante regressar à definição de arquivo “no” museu e a relação que se estabelece entre esta unidade de informação e o museu que o tem à sua guarda ou custódia. É através desta relação que podemos determinar alguns traços da relação entre arquivo e museu e definir, assim, o seu “lugar”.

A definição de arquivo “no” museu ou “em” museu, como Hannesh & Granato (2013) referem, diz respeito aos arquivos definitivos custodiados e colecionados que, muitas vezes, suportam a existência do próprio museu ou cujo conteúdo auxilia a compreensão do acervo museológico por serem conjuntos de documentação indissociáveis (AIM, 2017, p. 3).

O arquivo definitivo é entendido como:

Fundo ou núcleo constituído por documentos correspondentes a procedimentos administrativos ou judiciais já concluídos, depois de prescritas as respetivas condições de reabertura. (BNP & IPQ, 2010, p. 383)

Também, durante o processo da revisão de literatura, verificámos que a definição de “lugar” era diversa. Para alguns autores como Duranti (2007), C.G da Silva

(2016) e Silva (2016), o “lugar” do arquivo não se limita, apenas, ao espaço ocupado pelos arquivos nos museus que o custodiam, mas também à própria percepção que os museus, como entidade custodiante, têm em relação ao arquivo e da sua importância na afirmação museológica do próprio museu. Estas duas vertentes vêm ao encontro das considerações apresentadas por Silva (2016), que menciona a existência de uma ligação “estreita entre o conceito custódia e o conceito arquivo” (p. 57), uma vez que custódia “significa uma proteção responsável pelos documentos” (p. 57) e que é necessário que haja um lugar físico que se possa constituir no elemento, que assegure o valor legal e autêntico dessa documentação que, no caso em estudo, é o museu.

Como Silva (2016) refere, nesse lugar existe “a responsabilidade de manter as características originais dos documentos, como a autenticidade e o vínculo arquivístico, a fim de garantir o acesso e a disponibilidade dos documentos sob sua guarda” (p. 58).

O questionário enviado para os museus pretende responder, qualitativa e quantitativamente, a estas duas questões acerca do “lugar” do arquivo nos museus e, de igual forma, confirmar as hipóteses já aqui levantadas quando da construção da pergunta de partida. Com os resultados obtidos podemos, assim, atingir não só o objetivo principal como, também, os objetivos específicos.

Recordemos que o objetivo principal deste trabalho é o de realizar um levantamento dos arquivos custodiados existentes no museu e a sua posterior análise. Através desta operação será possível perceber qual o “lugar” dos arquivos no museu e responder aos objetivos específicos e ao objetivo principal como:

- Formas de articulação existente entre o museu e os seus diversos arquivos;
- O que se entende por “lugar” do arquivo no museu;
- Se o “lugar” do arquivo é como integrante da coleção museológica, como suporte documental à coleção do museu ou, se por si mesmo, ocupa um lugar independente como unidade de informação;
- E se a integração do arquivo responde à missão do respetivo museu ou à política de gestão da coleção, como já mencionámos em capítulos anteriores.

O questionário foi enviado para 38 museus, casas–museu e monumentos musealizados dos quais responderam 14, ou seja, 36,87% do total das instituições inquiridas (Apêndice 4.1.). No entanto, apesar do número baixo de respostas, as instituições que responderam têm tutelas diversas – administração central, local e privada – e são de tipo variado, incidindo no museu especializado, museu de arqueologia, museu de arte, monumentos musealizados e museu de história (*vide* Gráfico 1).

Os resultados, que mais adiante são analisados e discutidos, estão circunscritos aos questionários respondidos pelas entidades museológicas. As entidades não-respondentes foram excluídas desta discussão, apesar de algumas referirem, nos seus sítios eletrónicos a custódia de arquivos ou de coleções documentais arquivísticas.

Outra opção desta investigação foi a de não limitarmos as respostas a um determinado tipo de arquivo, como no trabalho de investigação de Pereira, publicado em 2018, e que focou, especificamente, os arquivos pessoais. A condição relativa aos arquivos que se contabilizaram através do questionário é a de serem arquivos em depósito, adquiridos, doados aos museus e que não constituem produção administrativa e de gestão da instituição questionada, mas que são formados por “records created by an individual, family or organization during their day to day activities, which have been selected for permanente preservation” (AIM, 2017, p. 3). Nesta opção, seguimos a linha de pesquisa do GT-SIM, em 2017, cujos resultados, em relação aos bens arquivísticos detidos pelos museus, contemplavam as diversas tipologias de arquivo. No entanto, alguns dos museus contêm arquivos definitivos decorrentes da produção pessoal de personalidades, enquanto colaboradores dessas entidades. Este facto, leva-nos a verificar que esses conjuntos documentais têm uma dupla valência de arquivos cujo lugar se situa “no” e “em museu” devido à impossibilidade de separação da produção de documentação do próprio museu da dos arquivos definitivos.

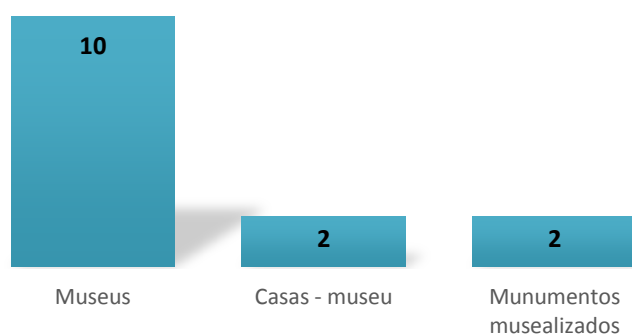


Gráfico 1. N.º de instituições que responderam ao questionário agrupadas por tipo (n=14), (Apêndice 3)
Fonte: Elaboração da autora

Quanto aos municípios da Grande Lisboa (NUTS II), que responderam ao questionário, foram os seguintes: Cascais, Lisboa, Loures, Mafra e Sintra, ficando em falta Oeiras e Vila Franca de Xira, por falta de resposta. Os municípios da Amadora e de Odivelas não foram contemplados neste estudo, porque nenhum dos seus museus integrava a RPM à data em que os dados foram recolhidos.

Freixo (2010) considera que as questões colocadas no questionário devem ser claras, concisas e pouco extensas, mesmo que este instrumento de recolha de dados se destine a ser preenchido por conhecedores da matéria em avaliação. Quando elaborámos o inquérito por questionário, colocámos a hipótese de este instrumento vir a ser preenchido por profissionais da área da ciência da informação, que seriam, também, os responsáveis pelos arquivos nas instituições museológicas, possibilidade que se veio a verificar.

Nas respostas recebidas das entidades museológicas²³, observámos que o preenchimento do questionário foi realizado por técnicos superiores, responsáveis pelos arquivos nos museus. As habilitações académicas destes técnicos variam entre licenciatura, pós-graduação e mestrado, incidindo o seu maior número na pós-graduação em ciências da documentação (5). Este dado indica uma aposta por parte dos museus em ter profissionais com conhecimentos técnicos, que permitam uma melhor gestão dos seus arquivos e, como consequência direta, uma gestão da informação mais eficiente e eficaz para os utilizadores destas entidades (*vide* Gráfico 2), (*vide* Apêndice 4.2).

²³ Nos inquéritos respondidos pela Câmara Municipal de Sintra não houve indicação da função e das habilitações académicas do responsável pelo seu preenchimento no questionário apesar de sabermos que o responsável pelo seu preenchimento foi o Chefe de Divisão da Cultura.

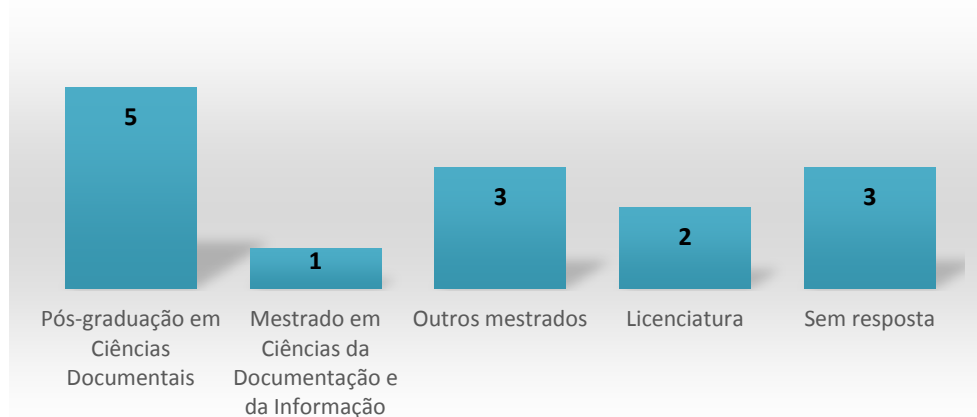


Gráfico 2. Habilitações académicas dos responsáveis pelo preenchimento do questionário (n=14).
 Fonte: Elaboração da autora

No levantamento realizado através do questionário, destinámos um grupo de questões ao contexto do arquivo em análise. Para caracterizar os arquivos custodiados pelos museus, solicitámos respostas acerca do produtor da informação e da datação da documentação constituinte do fundo. Todas as entidades museológicas responderam às questões de contextualização dos seus fundos, podendo observar-se que todas as entidades museológicas têm os seus arquivos identificados em relação à sua datação, produtor e conteúdo (*vide* Apêndice 4.3.1).

Quanto à designação dos conjuntos documentais, que se encontram custodiados pelas entidades museológicas, verificamos que, apesar da diversidade terminológica utilizada para os designar, foram recolhidas 16 referências a *arquivo* em que se incluem 3 especificações: arquivo fotográfico, arquivo definitivo e arquivo de família e pessoal; observamos 8 menções a *espólio* com 3 especificações: espólio documental, espólio epistolográfico e espólio pessoal; e, por fim, verificamos 1 menções a *acervo* com uma especificação de acervo documental.

A maior referência a arquivo representa uma estreita relação entre estes conjuntos documentais e os museus que os custodiam e a crescente assunção desta designação terminológica por parte daquelas organizações, correspondendo ao conceito estabelecido na NP 4041: 2005 (p 5) e aos conceitos de “arquivo estruturado” (AIM, 2017) e de arquivo “no” museu (Hannesh & Granato, 2013), como já aqui referimos (*vide* Gráfico 3), (*vide* Apêndice 4.3.2.).

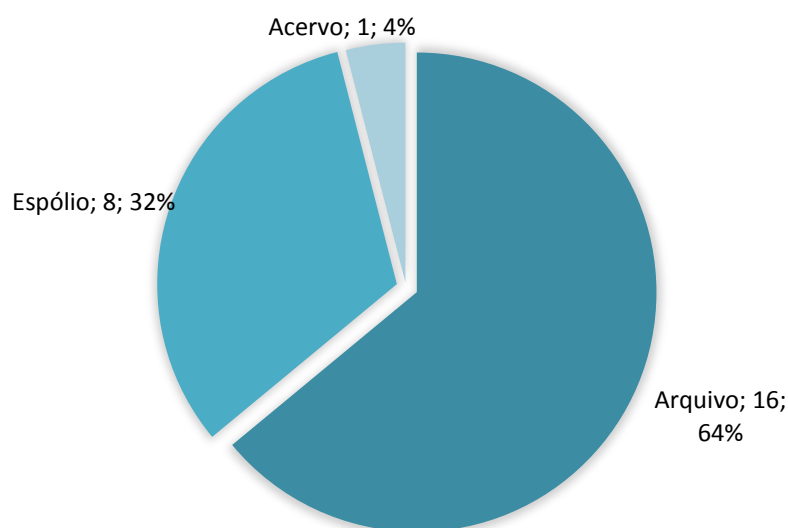


Gráfico 3. Designações dos conjuntos documentais nas entidades museológicas respondentes (n=14).

Fonte: Elaboração da autora

Na análise efetuada, encontrámos diversos processos de aquisição de arquivos nos museus custodiantes que, como sítios de memória, veem assim legitimadas partes das suas coleções ou acervos e, também, a sua razão de existência. Nos resultados obtidos, observamos que a maioria dos “arquivos” foi adquirida por doação dos próprios ou dos familiares e o menor número foi transferido de outras instituições que foram extintas ou reorganizadas (*vide* Gráfico 4), (*vide* Apêndice 4.3.2.).

Como exemplos deste eixo de identificação da história custodial e arquivística de cada conjunto documental depositado no museu, e como já aqui referimos, no MNA temos processos de aquisição mistos, uma vez que se encontram arquivos obtidos por testamento do próprio como o arquivo de José Leite de Vasconcelos, por aquisição a familiares, como é o caso do arquivo pessoal de Estácio Veiga, ou por depósito do próprio, devido à sua atividade como colaborador do museu, como é exemplo o arquivo de Félix Alves Pereira.

Também são exemplo de legitimação do próprio museu os três arquivos do Museu de Cerâmica de Santarém que participam, ativamente, na missão daquele, porque são constituídos por documentação relativa às fábricas de Loures em que o seu estudo, interpretação e investigação contribuem para a comunicação dos seus conteúdos para diversos públicos e para um conhecimento mais aprofundado do património industrial e

técnico. Nesta entidade museológica encontramos três formas de aquisição: recolha, legado e doação.

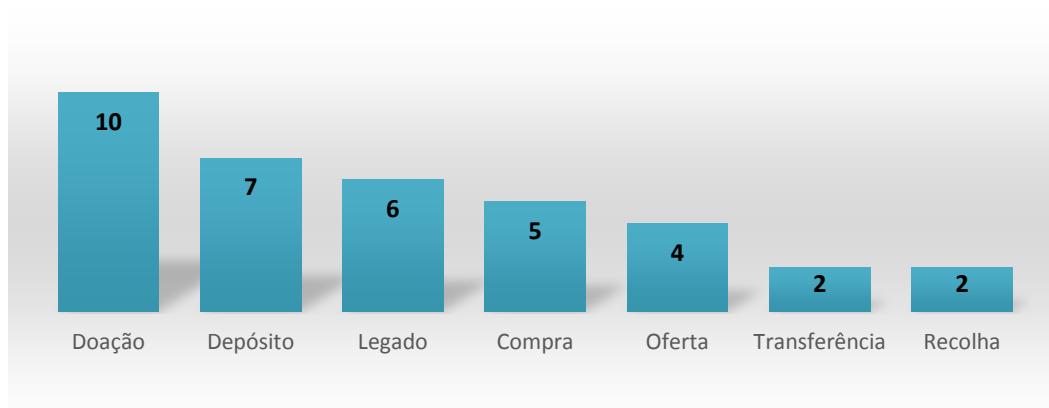


Gráfico 4. Formas de aquisição de arquivos pelas entidades museológicas respondentes (n=14).

Fonte: Elaboração da autora

Relativamente à dimensão dos arquivos existentes nos museus, contemplámos a possibilidade de a informação referir:

- o número de arquivos por entidade (*vide* Tabela 5), em que é possível observarmos que a maior percentagem de arquivos é a que diz respeito a um arquivo por entidade, exceção do MCS, que refere três arquivos, e do MNA que contabiliza treze arquivos. Também é possível verificar-se no Apêndice 4.3.2. que algumas das instituições englobam toda a documentação de arquivo existente num só arquivo, mesmo que aquela tenha diversas origens, seguindo a noção de arquivo como lugar e não a sua proveniência;
- o número de caixas, metros lineares, pastas e número de documentos. Algumas das instituições também fazem referência a unidades de instalação²⁴ nos seus diversos arquivos definitivos como o MCS e outras estabelecem

²⁴ Consideram-se unidades de instalação como: “Unidade básica de cotação, instalação e inventariação das unidades arquivísticas. São unidades de instalação: caixas, maços, livros, rolos, pastas, disquetes, bobinas, cassetes, cd`s, etc.” In Instituto Superior Técnico: Núcleo de Arquivo. (2019). *Glossário Técnico*. Disponível em: <https://narq.tecnico.ulisboa.pt/mais-sobre-arquivo/glossario-tecnico/#U>. Consultado em: 28-06-2019.

correspondências entre caixas e documentos ou metros lineares (*vide* Tabela 5). As unidades de medida mais referidas pelas instituições são o número de documentos e de unidades de instalação (caixas) (*vide* Apêndice 4.3.3.).

Tabela 5.

Distribuição de arquivos por entidades e suas dimensões.

	N.º de Arquivos	N.º de Documentos	N.º de caixas	Metros lineares	N.º pastas/ dossiers	Unidades de instalação
Palácio Nacional da Ajuda	1	10000				
Museu Nacional de Arte Contemporânea	2	526	5			
Museu Nacional de Arqueologia	13	20000	429		267	
Museu da Marioneta	1	3482			70	
Museu da Música Portuguesa	3	19564		210		
Palácio Nacional de Mafra	1	1000	100			
Museu de História Natural e de Ciência Natural	1			15		
Museu Nacional de Música	11	31000		140		
Museu de Cerâmica de Sacavém	3	193000				1929
Museu Nacional do Azulejo	1	1000	27			
Fundação Arpad Szenes-Vieira da Silva	1	8000	47	5		
Casa Museu Leal da Câmara	1	1937			16	
Museu Ferreira de Castro	1	20000	349			
Museu Anjos Teixeira	1	400	5			

Fonte: Elaboração da autora

A organização da documentação e o seu processamento é essencial para o conhecimento do seu conteúdo, para a recuperação e a difusão da informação existente. No questionário elaborado, as respostas acerca da inventariação, classificação, descrição e digitalização dos bens arquivísticos divergiram em dois eixos: um de cariz qualitativo em que a resposta era ‘Sim’ ou ‘Não’ ou ‘1’ ou ‘0’, respetivamente, e outro de cariz quantitativo, em que as instituições responderam com a quantidade de bens arquivísticos processados em cada categoria. Ao aceitarmos estas duas tipologias de resposta tínhamos presente que algumas das instituições inquiridas não expressam as quantidades

de documentos em unidades, mas em metros lineares ou caixas ou pastas, não sendo, assim, possível determinar as quantidades exatas de bens arquivísticos em cada categoria. No entanto, é possível extrair a informação que nas entidades museológicas, que responderam ao inquérito, se assiste a uma maior preponderância da inventariação (37%), seguindo-se a descrição (27%) face à classificação e à digitalização, que têm uma percentagem idêntica (17%) da totalidade da documentação custodiada podendo coexistir as quatro formas de organização da informação no mesmo “arquivo”. Os museus de tutela pública de administração local (Sintra, Loures, Lisboa e Cascais) são os que mais respondem de forma afirmativa às quatro categorias, bem como o museu de tutela privada. Nos museus de tutela pública de administração central, a maioria dos bens arquivísticos estão inventariados e descritos, encontrando-se alguns deles em processo de classificação e digitalização (*vide* Gráfico 5), (*vide* Apêndice 4.3.3.).

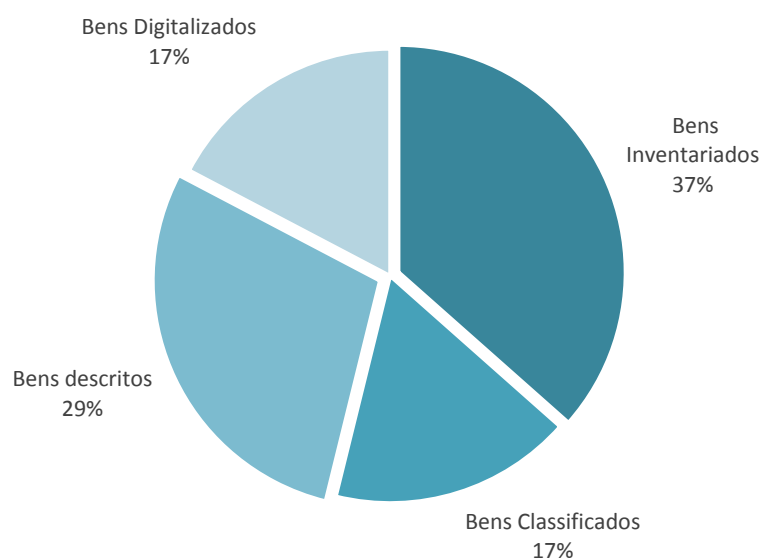


Gráfico 5. Valores percentuais relativos às formas de organização e tratamento dos bens arquivísticos.

Fonte: Elaboração da autora

No relatório final apresentado pelo GT-SIM acerca do Diagnóstico aos Sistemas de Informação nos Museus Portugueses, em maio de 2017, concluiu-se que os suportes documentais mais presentes nos arquivos custodiados pelos museus são o papel e os suportes especiais que abrangem desenhos, projetos de arquitetura, fotografia, filme, vídeo e os bens eletrónicos que incluem discos rígidos interno e externo, CD-Rom, DVD, Pen USB, entre outros.

Os resultados do nosso questionário foram muito similares aos apresentados pelo GT-SIM nesse diagnóstico: o papel é o suporte documental mais frequente, seguindo-se os suportes especiais e os outros suportes que no caso das entidades museológicas respondentes incluem documentação diversa como artigos escritos, recortes de jornais, fichas temáticas, relatórios de escavações, apontamentos, documentos variados, fotografias, resumos de comunicações e negativos em vidro (*vide* Gráfico 6), (*vide* Apêndice 4.3.5.).

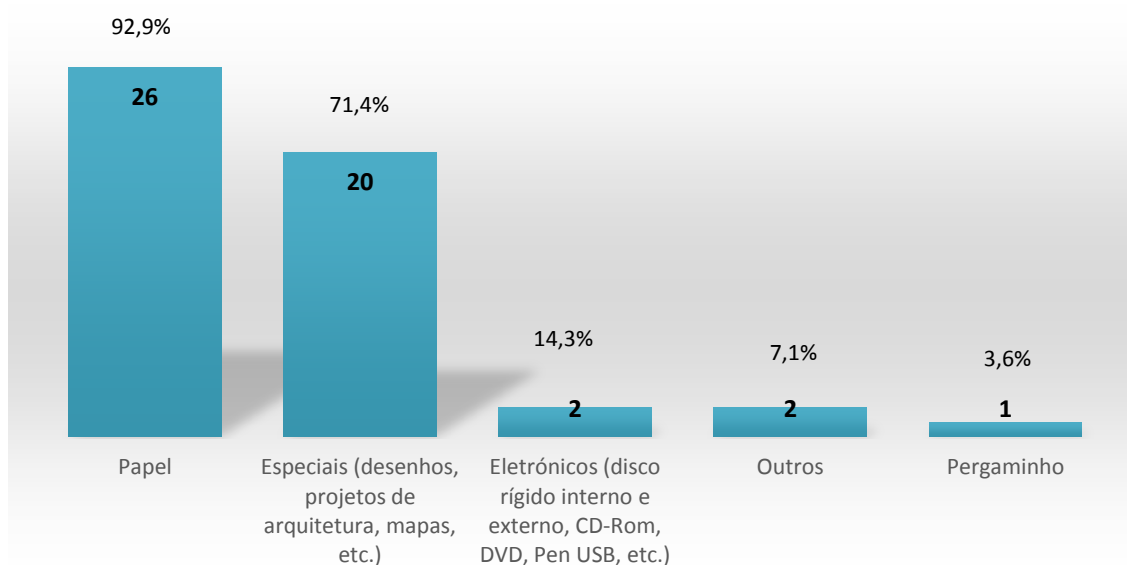


Gráfico 6. Tipologias de suportes documentais que constituem os arquivos custodiados (n=27).

Fonte: Elaboração da autora

O estado de conservação dos arquivos existentes nos museus pode ser uma condicionante para o seu estudo, difusão e acesso. Os museus da amostra em estudo foram questionados acerca do estado de conservação dos arquivos por si custodiados. Para que não houvesse respostas subjetivas apresentaram-se três hipóteses de “pergunta fechada de escolha múltipla” (Freixo, 2010, p. 200).

O estado de conservação²⁵ designado como bom corresponde a documentação que pode ser manuseada e consultada. O estado de conservação razoável adequa-se a documentação que pode ser manuseada e consultada com restrições. O mau estado de

²⁵ Considerámos aqui que o estado de conservação dos bens museológicos é obtido através de um diagnóstico das propriedades físico-químicas dos bens e consoante os resultados obtidos podem estabelecer-se os graus de conservação em que se encontram.

conservação é respeitante a toda a documentação que não pode ser manuseada e consultada pelos utilizadores externos à instituição.

Os resultados obtidos permitiram verificar que os arquivos existentes nas instituições questionadas se encontram, maioritariamente, em razoável estado de conservação e em bom estado de conservação. Nenhuma das instituições referiu que os seus arquivos se encontravam em mau estado de conservação, não sendo essa a razão principal da indisponibilização dos arquivos aos seus públicos (*vide* Gráfico 7), (*vide* Apêndice 4.3.6).

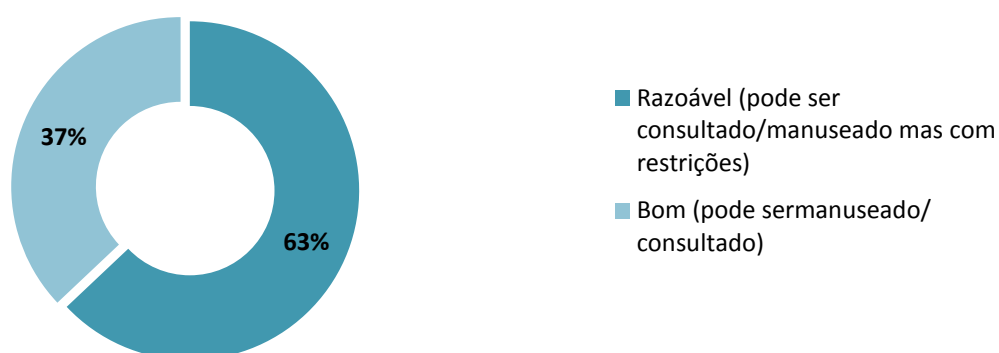


Gráfico 7. Estado de conservação dos arquivos custodiados (=27)
Fonte: Elaboração da autora

Para caracterizar a relação, que se estabelece entre o arquivo e o museu, também nos interessa verificar se os arquivos custodiados se encontram acessíveis ao público e se a difusão da informação contida nestes conjuntos documentais utiliza algumas ferramentas informáticas, utilizadas pelos museus na divulgação das suas coleções ou acervos.

Os resultados obtidos através do questionário foram ao encontro das hipóteses colocadas durante a sua formulação e, também, dos resultados da pesquisa nos sítios eletrónicos dos museus da amostra, em que verificámos que a maioria da informação contida nos arquivos não é disponibilizada ao público, em linha, nem se encontra disponível na base de gestão de objetos museológicos dos museus em estudo.

Nas respostas obtidas, por parte dos 14 museus que colaboraram, observamos que a sua maioria se encontra disponível ao público, à exceção dos arquivos do *Palácio Nacional da Ajuda* (depositados na Biblioteca), dos arquivos do *Museu Nacional de*

Arte Contemporânea – Museu do Chiado e dos quatro arquivos custodiados pelo Museu Nacional de Arqueologia.

Quanto à disponibilização dos documentos arquivísticos, através de aplicação informática de gestão e na base de gestão de objetos museológicos, apenas uma entidade museológica respondeu afirmativamente a estas duas questões: a *Fundação Arpad Szénes – Vieira da Silva*, de tutela privada (*vide* Gráfico 8), (*vide* Apêndice 4.3.4.).

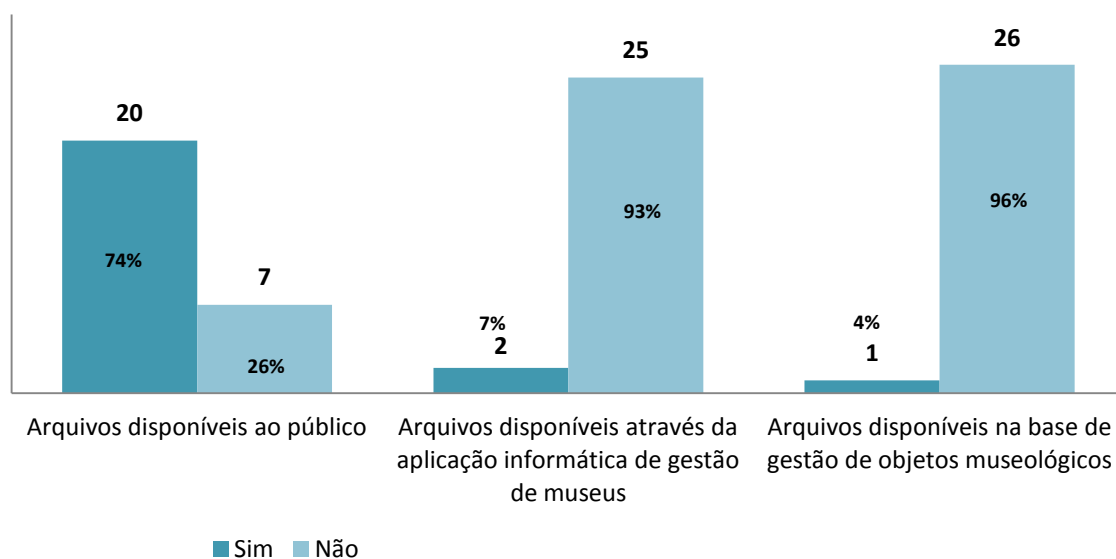


Gráfico 8. Acesso e difusão dos arquivos custodiados (n=27).
Fonte: Elaboração da autora

A maioria dos resultados apresentados até ao momento, que pode ser observada em detalhe no Apêndice 4, diz respeito aos dados coletados no levantamento, para a construção de um guia dos arquivos definitivos existentes nos museus nacionais.

Os dados obtidos através da aplicação do inquérito por questionário permitiram responder a algumas das questões enunciadas decorrentes da questão de partida e atingir os objetivos propostos.

Contudo, os resultados até aqui descritos não abordam diretamente a relação arquivo e museu nem respondem à nossa questão de partida inicial: Qual o “lugar” dos arquivos no museu e quais os traços que caracterizam essa relação? No entanto, através das respostas auferidas é possível esboçar alguns traços acerca desta relação. A inventariação dos arquivos, a sua disponibilização para consulta, o apontamento da história custodial e arquivística nos *sites* permitem perceber que, para as entidades

museológicas respondentes, o “lugar” dos arquivos no museu é uma referência importante para os seus programas museológicos.

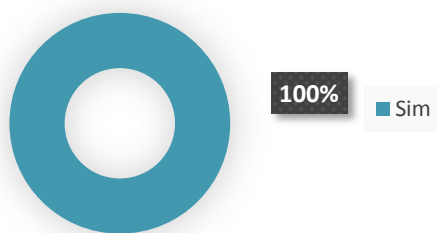
Os últimos grupos de questões do nosso questionário foram desenhados na perspetiva de se obterem respostas aos objetivos iniciais e, sobretudo, estabelecer quais os “traços” em que assenta a relação do arquivo com o museu.

Ao considerarmos que as entidades museológicas demonstram empenho e esforço na recuperação da informação contida nos arquivos através da sua inventariação, primeiro patamar do tratamento documental museológico, também constatamos que estes grupos documentais continuam a não integrar instrumentos informáticos de gestão de museus e de objetos museológicos. Esta diferença de tratamento, entre os chamados objetos da coleção e os documentos de arquivo, reporta-nos para a separação, ainda existente, entre os museus, os arquivos e as bibliotecas, como referimos na revisão de literatura. Cada um destes “lugares de memória” continua a operar individualmente, regendo-se por normativos e procedimentos próprios que não facilitam a sua relação.

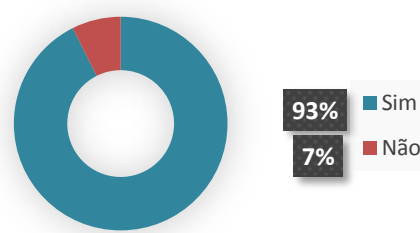
No entanto, ao analisarmos os resultados do último bloco de questões colocadas, percecionamos que, nos museus respondentes, os arquivos têm o seu “lugar”, quer como parte integrante da entidade museológica, no que concerne à gestão das atividades do museu e das suas coleções, quer no cumprimento da missão das próprias organizações.

No referente à adequação destes arquivos à identidade do museu e às suas coleções, verificamos que o total de respostas é afirmativa e, que em alguns casos, foram os próprios arquivos que deram origem ao projeto museológico como é o caso do Museu da Música Portuguesa – Casa Verdades de Faria, situado no município de Cascais; ou os legitimam como, por exemplo, o Museu Anjos Teixeira, situado no município de Sintra; ou, ainda, documentam a atividade museológica sem poderem ocupar outro “lugar” sem ser aquele onde se encontram como os arquivos de Leite Vasconcelos e de outros diretores cujos conteúdos não podem ser dissociados do Museu Nacional de Arqueologia, situado no município de Lisboa, onde se encontram depositados (*vide* Gráfico 9), (*vide* Apêndice 4.3.7.).

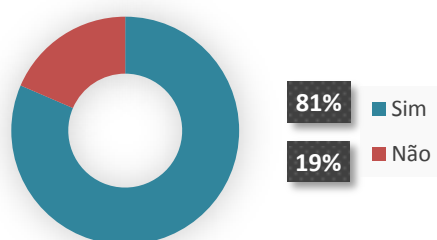
Conteúdo do fundo/ coleção arquivística
adequa-se à coleção museológica



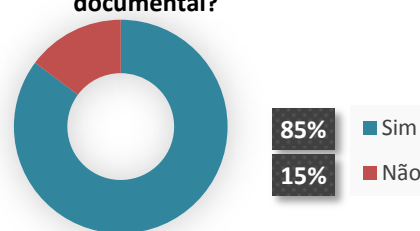
O fundo/ coleção arquivística é
contemplado na missão da entidade
detentora



Existe regulamento para consulta fundo/
coleção arquivística?



O fundo/ coleção arquivística é
contemplado no plano de gestão
documental?



Considera o fundo/ coleção arquivística
importante para as atividades do museu?

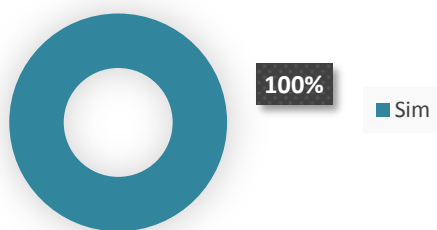


Gráfico 9. Justificação da existência do arquivo (n=27).

Fonte: Elaboração da autora

De forma idêntica, observamos que, na maioria dos museus respondentes, os arquivos são contemplados na sua missão, atingindo-se uma percentagem elevada nas respostas afirmativas (93%).

No tocante ao regulamento para consulta dos conjuntos documentais arquivísticos obtemos a menor percentagem (81%) de todas as respostas. Esta situação está, provavelmente, relacionada com o facto de os regulamentos dos museus contemplarem os seus arquivos como objetos integrados nas suas coleções e não como um núcleo de documentação à parte do restante projeto museológico.

Expostos os resultados obtidos através das respostas ao inquérito enviado, apercebemo-nos que os museus inquiridos consideram como arquivos custodiados o definido pela NP 4041:2005:

conjunto orgânico de documentos, independentemente da sua data, forma e suporte material, produzidos ou recebidos por uma pessoa jurídica, singular ou colectiva, ou por um organismo público ou privado, no exercício da sua actividade e conservados a título de prova ou informação. (BNP&IPQ, 2010, p. 379)

Estes conjuntos orgânicos podem incluir documentos legais, correspondência, desenhos técnicos, registos de atividades financeiras, material audiovisual e formatos especiais, entre outros e são considerados como elementos importantes para as atividades e projetos museológicos. Não só porque consubstanciam, muitas vezes, a missão dos museus, mas também porque legitimam a sua presença na sociedade. Casos como o MMP, cuja origem esteve na aquisição das coleções de Michel Giacometti ou o MNA, que tem em Leite Vasconcelos, seu diretor entre 1858-1941, um dos maiores produtores de documentação acerca das atividades de investigação alusivo à área de atuação deste museu e “que constitui o mais prestigioso legado existente no arquivo do Museu” (<http://www.museunacionalarqueologia.gov.pt/?p=3300>).

A designação de “arquivo” é a mais referida na classificação dos conjuntos documentais custodiados pelos museus, como observámos nos resultados. Esta designação frequente estabelece a importância de como estes conjuntos são vistos pelo museu. A formação dos respondentes, a maioria com pós-graduação em Ciências Documentais, é outro fator que estabelece o interesse que estes arquivos têm para os museus.

A principal forma de aquisição dos arquivos pelos museus é através da doação, seguindo-se a aquisição por legado e por depósito. Estas formas de aquisição demonstram que existe interesse por parte dos doadores, depositantes e herdeiros em que a produção intelectual dos criadores da documentação se encontre custodiada nos lugares que deram origem à sua produção ou cujos temas abordados pelos criadores estejam custodiados em locais de temática semelhante e que possam ser integrados nas atividades de investigação como, também, os museus reconhecem os benefícios que a aquisição dos arquivos traz para a sua afirmação e projeção na sociedade.

A maioria dos arquivos custodiados são compostos por papel e o seu estado de conservação é razoável. Este resultado, em conjunto com a inventariação e descrição documental, influencia a disponibilização destes conjuntos documentais aos utilizadores presenciais. Igualmente, observamos que existe um esforço na digitalização destes conjuntos para que o acesso direto à documentação seja evitado e para que sejam disponibilizados conteúdos *on-line*.

A resposta à questão de partida desta investigação, que relembramos – *Qual o “lugar” dos arquivos no museu e quais os traços que caracterizam essa relação?* – é-nos fornecida, sobretudo, pelos resultados obtidos no último grupo de questões que nos indicam que, efetivamente, o “lugar” que os arquivos ocupam no museu se divide em quatro eixos principais:

- 1) Os arquivos são considerados importantes para o desenvolvimento das atividades de investigação no museu que os custodia, uma vez que são documentos que foram selecionados para conservação permanente por serem evidências que permitem ao museu estabelecer a sua função e organização;
- 2) Os arquivos existentes em depósito no museu são considerados uma ferramenta de conhecimento, de legitimação e da sua missão;
- 3) Os arquivos custodiados mantêm a sua unidade como conjunto documental conservando, assim, a sua “archival bond” (Duranti, 2007) entre a produção e o seu criador. Este facto demonstra que o museu respeita a integridade do arquivo enquanto conjunto documental importante e de valor intelectual;
- 4) Os arquivos começam a ocupar um “lugar” cada vez mais importante nas coleções museológicas. Os traços da relação arquivos – museu são múltiplos e revestem-se de importância para a recuperação da informação e para a produção de conhecimento acerca das coleções dos museus e dos produtores dos conjuntos documentais.

3.4. Limitações e obstáculos respeitantes à investigação

Algumas limitações referentes à investigação realizada já aqui foram mencionadas. A seleção da amostra foi condicionada, geograficamente, à Grande

Lisboa (NUTS II), porque se ponderou efetuar entrevistas às entidades museológicas e, dessa forma, seria facilitada a nossa deslocação às entidades. Esta recolha de dados, que acabou por não se realizar, resultou na limitação dos resultados obtidos. Em março de 2019, na Grande Lisboa (NUTS II), só 38 museus é que pertenciam à RPM e, embora representassem 25,16% da totalidade de museus nacionais que pertenciam à rede, nesse período, o número de entidades museológicas respondentes atingiu 36,84% em relação à amostra selecionada. Consequentemente, consideramos os resultados obtidos como limitados, sendo imprudente a sua extrapolação para a realidade da RPM.

Outro obstáculo com que nos deparámos foi a dificuldade na obtenção de respostas. Após o primeiro prazo indicado para a resposta ao questionário – 31 de maio – prorrogou-se duas vezes o prazo para 15 e para 30 de junho. Após estas datas, contactámos telefonicamente as entidades museológicas não-respondentes a solicitar a sua colaboração. Nestes contactos observámos relutância na resposta direta ao questionário e, também, para a disponibilidade de entrevista.

Consideramos que seria uma mais-valia para a investigação e para o projeto futuro, que as entidades selecionadas não-respondentes tivessem retornado, porque a divulgação desta investigação poderá permitir a sensibilização das restantes entidades museológicas nacionais para a divulgação dos arquivos custodiados.

CONCLUSÃO

A presente dissertação pretende compreender a relação dos arquivos custodiados pelos museus com os próprios museus. Para alcançar os traços em que se estabelece esta relação e o “lugar” que estes arquivos ocupam nos museus estabelecemos como pergunta de partida para esta investigação: *Qual o “lugar” dos arquivos no museu e quais os traços que caracterizam essa relação?*

Esta questão decompõe-se em dois eixos principais de pesquisa: o “lugar” (importância e relevância) e os traços da relação. Para o primeiro eixo, a investigação levou-nos à constatação de que o “lugar” dos arquivos nos museus é, ainda, um tópico pouco abordado na literatura. Para o segundo eixo, a pesquisa tem como objetivo os traços da relação que se estabelece entre os arquivos e o museu custodiante, ou seja, quais os pontos em comum e divergentes que existem entre estas duas unidades de informação.

Decorrente desta questão, pretendemos entender e, também, responder a questões secundárias, que surgiram ao longo do plano de leituras realizado sobre os conceitos operatórios de arquivo, de museu e sobre as relações que se estabelecem entre estas unidades de informação. A revisão de literatura permitiu-nos observar que a relação entre os museus e os arquivos, dos pontos de vista patrimonial e informacional, não se encontra estudada de forma profunda.

A mesma questão de partida que enuncia o problema em investigação, e que corresponde aos três princípios de clareza, exequibilidade e pertinência indicados por Quivy e Campenhoudt (2008) origina outras questões secundárias. As respostas a estas questões, fornecidas a partir dos resultados, permitem atingir o objetivo geral – o levantamento dos arquivos definitivos nos museus nacionais – e os objetivos específicos que pretendem identificar o Museu e o conjunto documental ou arquivo; a forma de aquisição e a informação custodial e arquivística; o conteúdo e a organização da informação; as formas de acesso e de difusão da informação; e o estado de conservação dos arquivos.

Os estudos realizados, até à data, circunscrevem-se a recenseamentos sobre o número de arquivos pessoais e familiares existentes em museus, à forma de representação da informação arquivística no sistema informacional museológico, à caracterização dos arquivos e a sua ligação à documentação museológica (arquivos

estruturais e arquivos custodiados) e à forma como os arquivos são percebidos pelas equipas de curadores que os classificam, muitas vezes, como parte integrante das coleções museológicas.

Também o “lugar” dos arquivos tem sido discutido por diversos autores. Durante (2007), C.G. da Silva (2016) e Silva (2016) consideram que o “lugar” do arquivo não se limita, apenas, ao espaço ocupado pelos arquivos nos museus que os custodiam, mas também à própria percepção que o museu, como entidade custodiante, tem em relação ao arquivo e da sua importância na afirmação museológica do próprio museu. Estas duas aceções vêm ao encontro das afirmações apresentadas por Silva (2016), que menciona a existência de uma ligação “estreita entre o conceito custódia e o conceito arquivo” (p. 57), uma vez que custódia “significa uma proteção responsável pelos documentos” (p. 57) e que é necessário que haja um lugar físico que se possa constituir no elemento, que assegure o valor legal e autêntico dessa documentação que, no caso em estudo, é o museu. No entanto, não podemos deixar de referir que o próprio conceito de arquivo encerra, em si, o conteúdo de lugar como o “lugar de conservação da documentação que certificava direitos, garantias e privilégios, atestados por documentos escritos” (Silva, C.G., 2016, p.4).

No seguimento desta linha de pensamento, quando pesquisamos acerca dos traços da relação que se estabelece entre o museu e o arquivo, e qual o “lugar” deste naquela organização, verificamos que os arquivos nos museus são mais do que uma unidade de informação organizada. O arquivo constituído pela documentação produzida pelo museu proporciona a possibilidade de conservar a identidade do museu e de compreender as bases do pensamento que criou aquele museu (Torres, 2016, p. 4).

Os autores Hannesch e Granato, em 2013, consideram que os “arquivos em museus” (p. 9) incluem a documentação complementar às atividades de investigação e que suportam, muitas vezes, a missão do museu, bem como os arquivos custodiados e colecionados que auxiliam na interpretação do acervo museológico. Também a AIM, em 2017, traz a denominação de arquivos estruturados aos arquivos nos museus cujo produtor é o mesmo para todo o conjunto documental, separando esta tipologia de arquivos dos arquivos decorrentes das atividades do museu.

Na presente investigação, fizemos um levantamento dos arquivos definitivos custodiados pelos museus independentemente da sua tipologia. Também procuramos obter a percepção que os museus têm dos arquivos custodiados. Para a obtenção de

respostas, elaborámos um quadro metodológico de abordagem mista, qualitativa e quantitativa, que “emprega estratégias de investigação que envolvem coleta de dados simultânea ou sequencial para melhor entender os problemas de pesquisa” (Creswell, 2007, p. 35) e, como métodos, a investigação documental (C.G da Silva, no prelo) e o estudo de caso (Yin, 2010). A técnica de recolha de dados utilizada foi o inquérito por questionário, que enviámos às 38 entidades museológicas que constituem a Rede Portuguesa de Museus, em março de 2019. Os resultados recolhidos foram tratados de forma quantitativa, com a aplicação de métodos estatísticos, e de forma qualitativa. A sua análise permite-nos apreender qual a relação que os museus constituintes da amostra estabelecem com os arquivos por si custodiados e atingir o objetivo de levantamento que, desde o início desta investigação, nos propusemos atingir.

Com base nas respostas obtidas, observámos uma amostra constituída por 14 entidades museológicas respondentes, de distinto tipo e de tutelas diferenciadas, cujas respostas foram analisadas e permitem responder à nossa questão de partida.

O “lugar” dos museus ficou estabelecido com o grupo 3.8 de questões presentes no inquérito por questionário realizado através do *software* «Google Forms» e que é possível observar no Apêndice 2. A totalidade das entidades museológicas respondentes considera que a documentação existente no arquivo se adequa à coleção museológica e que é importante para as atividades de investigação, de educação e de fruição desenvolvidas pelo museu. A maioria das entidades também refere que os arquivos custodiados são contemplados na missão da instituição.

Estes dados são interessantes se tivermos em conta que a maioria dos arquivos custodiados tem como modalidade de incorporação a doação, seguindo-se, por ordem decrescente, o depósito e o legado. Assim, verificamos que a maioria das doações, depósitos e legados é direcionada para a temática do museu ou tem como origem a ligação entre o produtor da documentação e a entidade museológica custodiante, o que nos reporta ao conceito de “archival bond” explorado por Duranti, em 2007.

Mas, apesar da relevância que os arquivos custodiados têm para as entidades museológicas, observamos que o seu tratamento documental dista do tratamento e gestão de que são objeto as coleções museológicas. No apêndice 4.3.4. e no Gráfico 7, verificamos que a maioria dos arquivos não se encontra disponível através da aplicação informática de gestão de museus, nem disponível na base de objetos museológicos.

A disparidade de tratamento entre o arquivo custodiado e a coleção museológica também é observável no tocante à recuperação de informação e à disponibilização de conteúdos. A inventariação dos arquivos não atinge metade dos mesmos, atingindo o valor de 37%, a sua descrição atinge 29% e, apenas, 17% dos arquivos está classificado e digitalizado.

As respostas relativas à dimensão e suporte registam que a maioria dos arquivos tem como unidade de medida o documento e que o principal suporte que constitui a documentação arquivística é o papel.

Ao considerarmos, como estado razoável de conservação, a documentação que pode ser manuseada e consultada com restrições, verificámos que 64% dos arquivos se encontra nesse estado de conservação, 36% em bom estado de conservação (documentação manuseada e consultada sem restrições) e que nenhum dos arquivos se encontra em mau estado de conservação (documentação que não pode ser manuseada ou consultada).

Outro fator que mostra a relevância crescente dos arquivos custodiados nas entidades museológicas é o de serem geridos por profissionais de ciência da informação e não por curadores das coleções museológicas. Do grupo das 14 entidades museológicas respondentes, 5 delas tinham como responsáveis pelos arquivos profissionais com pós-graduação em Ciências Documentais, uma entidade cujo profissional responsável pelo arquivo tinha, como habilitação académica, o mestrado em Ciências da Documentação e da Informação e as restantes entidades, profissionais responsáveis com outra tipologia de mestrado e licenciatura. A aposta em quadros superiores, com conhecimentos técnicos que permitam uma melhor gestão dos arquivos custodiados, tem como consequência a gestão e recuperação da informação mais eficientes e eficazes para os utilizadores destas entidades. E é também o reflexo da necessidade de competências específicas no âmbito da disciplina arquivística, ausentes da formação em Museologia.

Este dado vai ao encontro das conclusões do relatório publicado, em 2017, pelo GT-SIM que, na sua referência aos bens arquivísticos nos museus nacionais, reforçam a ideia de que a relação entre os arquivos e o museu tem vindo a crescer em termos de importância e investimento. Em simultâneo, também observamos a tendência internacional para a convergência das unidades informacionais constituídas pelas bibliotecas, arquivos e museus, presentemente, conhecidas pela sigla LAM. Berry

(2018) afirma que as atuais “professional boundaries are becoming increasingly blurred, as institutions and budgets shrink in size and as new models for practice are developed in response” (p. 2), colocando a possibilidade de a desmaterialização das coleções museológicas e arquivísticas levarem à necessidade de novos procedimentos e de profissionais com competências em museologia e em arquivística.

Mas, de acordo com os resultados obtidos na nossa análise, verificamos que o “lugar” dos arquivos no museu ocupa dois planos: o plano físico, com a sua dimensão e suporte, e o plano intelectual, em que a informação trazida pelo arquivo é considerada da maior importância para as atividades museológicas e até para a afirmação do museu enquanto produtor de conhecimento.

Uma vez que a investigação aqui apresentada é um estudo exploratório acerca da relação entre o museu e o arquivo, uma das dificuldades, que sentimos, foi a disponibilidade por parte das entidades museológicas em responder ao inquérito por questionário. Assim, passámos de um universo que representava 25,17% dos museus integrantes da RPM, em março de 2019, para um universo de 9,27%, que não pode ser considerada representativo, para que se possam extrapolar as conclusões obtidas a toda a RPM, no mesmo período de tempo. Outra dificuldade acrescida foi a falta de cruzamento de informações, que seriam obtidas pela entrevista prevista. Nenhuma das entidades contactadas, por telefone, demonstrou disponibilidade para este tipo de inquérito e só algumas das instituições, que responderam ao inquérito, é que a aceitaram realizar, mas ressalvando que toda a informação pertinente e disponível já tinha sido mencionada no instrumento questionário. A entrevista que pretendíamos realizar era semiestruturada, em que o guião seria o do questionário, mas que poderia gerar novas informações que levassem a um redesenho do questionário. A nossa impossibilidade de tempo para as deslocações e a indisponibilidade por parte das entidades museológicas permitiram a realização de um estudo que, sendo relevante, ficou, ainda assim, aquém das nossas expectativas.

No entanto, apesar das limitações mencionadas, a nossa investigação destaca-se dos trabalhos de Pereira (2018) e do GT- SIM (2017) porque se debruçou sobre os dados extraídos de uma análise aos museus da RPM da área da Grande Lisboa (NUTS II), não focou o levantamento dos arquivos nos museus realizado a uma única tipologia de arquivos uma vez que não era o propósito desta análise e observámos a relação que se estabelece entre dois sistemas de informação: arquivo e museu.

Através da leitura crítica das fontes de investigação em que nos socorremos para estabelecer a pergunta de partida e da análise da informação obtida pela aplicação do inquérito por questionário conseguimos responder a esta questão. O arquivo para além de constituir um lugar, em si, também se constitui como elemento de legitimação do Museu e, por vezes, da sua missão. O arquivo torna-se, assim, identitário do próprio museu; lugar de investigação e conhecimento, que sustenta a coleção do Museu, quando não a integra; e, também, lugar de conservação, função partilhada entre o arquivo e o museu estabelecendo-se, desta forma, os traços de uma relação legitimadora e complementar.

Finalizando, consideramos que “ o lugar dos arquivos no museu: traços de uma relação” é uma investigação que traz uma perspetiva inovadora sobre a relação que se estabelece entre duas unidades de informação que, geralmente, se encontram separadas, não só pelo objeto de estudo, como pelas normas profissionais e códigos deontológicos que as regem. Ao longo desta pesquisa, observámos que são vários os pontos em comum entre o museu e o arquivo e que da parte do museu existe o entendimento de que o arquivo custodiado é um fator importante para as suas atividades, bem como para a promoção e a afirmação do museu na sociedade em que se insere.

No seguimento desta perceção, consideramos como proposta futura de investigação continuar a realizar o levantamento dos arquivos existentes na RPM, abrangendo todo o território nacional, numa primeira fase; seguindo-se os museus da DGPC, que não estão incluídos na RPM, e os museus de administração local, numa segunda fase; e, por fim, os museus privados. Para que os resultados fossem os mais abrangentes e completos possível, sugerimos uma parceria entre a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e a DGPC, que tem à sua responsabilidade a RPM. Com base na informação recolhida, poder-se-ia elaborar um guia dos arquivos custodiados pelos museus, contribuindo-se, dessa forma, para a difusão do conhecimento numa área que tem vindo a ganhar importância na sociedade atual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Legislação

Decreto-Lei n.º 16/93. Regime Geral dos Arquivos e do Património Arquivístico. Publicada no *Diário da República* n.º 19/1993, Série I-A de 1993-01-23. Portugal.

Lei n.º 47/2004. Aprova a Lei Quadro dos Museus Portugueses. Publicada no *Diário da República* n.º 195/2004, Série I-A de 2004-08-19. Portugal.

Ministério da Cultura, Despacho Normativo 3/2006. Publicado no *Diário da República*, I- Série B, 25 de Janeiro de 2006. Disponível em: http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/museus_e_monumentos/credenciação_de_museus/despacho_norm_3_2006_formularios_de_acreditação_o_museus.pdf

Normas

Ministério da Cultura. (2002). *ISAD(G): Norma geral internacional de descrição arquivística*. Lisboa, Torre do Tombo. Disponível em: https://act.fct.pt/wp-content/uploads/2014/05/ISADG_PORT.pdf

Biblioteca Nacional de Portugal e Instituto Português de Qualidade (2010). *NP 4041 – Informação e documentação. Terminologia arquivística. Conceitos básicos*. Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal.

Referências

Academia das Ciências de Lisboa. (2001). *Dicionário da língua portuguesa contemporânea* (2 vols.). Lisboa: Verbo.

APEX (2015). Disponível em: <http://www.apex-project.eu/index.php/en/>

ARCOMEM. (2017). Disponível em: https://cordis.europa.eu/project/rcn/97303_en.html

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação. (2018). Grupos de trabalho da ANCIB-2018. Disponível em: <https://www.ancib.org.br/menu-lateral/ancib-25-anos>

- Association of Independent Museums. (2015). *Successfully managing archives in museums*. Shropshire, England. Disponível em: <https://www.aim-museums.co.uk/wp-content/uploads/2017/03/Successfully-Managing-Archives-in-Museums-Basic-Interventive-Conservation-2017.pdf>
- Bell, J. (2010). *Como realizar um projeto de investigação*. Lisboa: Gradiva. (Obra original publicada em 1993)
- Berry, C. (2018). Editorial – Archives and museums. *Archives and Records*. 39 (1), 1-3. DOI: 10.1080/23257962.2018.1435412
- Biblioteca Nacional de Portugal. (2008). *Arquivo de cultura portuguesa contemporânea: um guia*. Lisboa, Portugal: Biblioteca Nacional de Portugal
- Câmara Municipal de Cascais. (2019). *Museu da Música Portuguesa – Casa Verdades Faria*. Disponível em: <https://www.cascais.pt/equipamento/museu-da-musica-portuguesa-casa-verdades-de-faria>
- Câmara Municipal de Sintra. (2018). *Casa – Museu Leal da Câmara: Historial*. Disponível em: <https://cm-sintra.pt/atuabilidade/cultura/museus-municipais-de-sintra/casa-museu-de-leal-da-camara>
- Câmara Municipal de Sintra. (2018). *Museu Ferreira de Castro: Breve Historial*. Disponível em: <https://cm-sintra.pt/atuabilidade/cultura/museus-municipais-de-sintra/museu-ferreira-de-castro>
- Cook, T. (1997). What is Past is Prologue: A History of Archival Ideas Since 1898, and the Future Paradigm. *Archivaria*, 43(Spring), 17–62.
- Creswell, J. (2007). *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Porto Alegre, Brasil: Artmed.
- Direção Geral de Património Cultural. (2018). *Rede Portuguesa de Museus*. Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/museus-e-monumentos/>
- Duranti, L. (1997). The Archival Bond. *Archives and Museum Informatics*, 11(3), 213-218. DOI: 10.1023/A:1009025127463
- Duranti, L. (2007). Archives as a Place. *Archives & Social Studies: A Journal of Interdisciplinary Research*, 1(0), 445–466. Disponível em:

https://archivo.cartagena.es/doc/Archivos_Social_Studies/Vol1_n0/07-duranti_archives.pdf

Duranti, L. & Franks, P. C. (2015). *Encyclopedia of Archival Science*. (P. C. Duranti, Luciana; Franks, Ed.). Lanham, Maryland: Rowman & Littlefield.

Ellet, W. (2018). *The case study handbook: a student's guide*. Boston, Massachusetts: Harvard Business Publishing, Education.

EU-LAC-Museums- Museums and Community: Concepts, Experiences and Sustainability in Europe, Latin America and the Caribbean. (2018). *Museums*. Disponível em: <https://eulacmuseums.net/index.php/partnership-2/museums-pt-2>

Europeana Collections. (2018). *Bem-vindo à Europeana Collections*. Disponível em: <https://www.europeana.eu/portal/pt/about.html>

Faria, M.I., & Pericão, M.G. (1999). *Novo dicionário do Livro – da escrita ao Multimédia*. Lisboa, Portugal: Círculo de Leitores.

Fernández Marcial, V., Gomes, L.I. e Marques, M. B. (2015). Perspetiva teórica e metodológica em sistemas de informação complexos. *Páginas a&b, 3a Série* (4), 3-21. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/298176137_Fernandez_Marcial_Vivian_a_Esteves_Gomes_Liliana_Isabel_MarquesMaria_Beatriz_2015_PERSPETIVA_TEORICA_E_METODOLOGICA_EM_SISTEMAS_DE_INFORMACAO_COMPLEXOS_Paginas_ab_3_Serie_n_4_3-21

Flick, U. (2013). *Métodos qualitativos na investigação científica*. Lisboa, Portugal: Monitor. (Obra original publicada em 2002)

Flip: dá a volta ao texto. *Dúvida linguística*. Disponível em: <https://www.flip.pt/Duvidas-Linguisticas/Duvida-Linguistica/DID/2609>

Freixo, M. (2010). *Metodologia científica: Fundamentos, métodos e técnicas*. Lisboa: Instituto Piaget. (Obra original publicada em 2009)

Fuster Ruiz, F. (1999). Archivística, archivo, documento de archivo... Necesidade de clarificar os conceitos. *Anales de Documentación*, (2), 103-120. Disponível em: <http://ucsj.redalyc.org/articulo.oa?id=63500207>

Graça Martins, M.E. (2014). *Levantamento*, *Rev. Ciência Elementar*, V2 (3), 217. Disponível em: <https://rce.casadasciencias.org/rceapp/art/2014/217/>

Grupo de Trabalho Sistemas de Informação em Museus (GT-SIM), (2017). *Diagnóstico aos sistemas de informação nos museus portugueses – relatório final*. Lisboa: Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas.

Hannesch, O.; Granato, M. (2013). Acervos arquivísticos em museus: património a ser preservado. In *ENANCIB 2013. XIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação*, GT 9-Museu, Patrimônio e Informação. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xivenancib/paper/viewFile/4598/3721>

Herrera Heredia, A. (2011). *Lenguage y Vocabulario Archivisticos*. Espanha: J. da Andalucía, Ed.

Instituto Superior Técnico: Núcleo de Arquivo. (2019). *Glossário Técnico*. Disponível em: <https://narq.tecnico.ulisboa.pt/mais-sobre-arquivo/glossario-tecnico/#U>

International Coalition of Sites of Conscience. (2018). *Interpretation of sites of memory*. Disponível em: https://www.google.pt/search?q=Interpretation+of+sites+of+memory.+Relat%C3%B3rio+UNESCO.&rlz=1C1XYJR_pt-ptPT766PT766&oq=Interpretation+of+sites+of+memory.+Relat%C3%B3rio+UNESCO.&aqs=chrome..69i57.2096j0j8&sourceid=chrome&ie=UTF-8

International Committee for Documentation (2010). *Who we are*. Disponível em: <http://network.icom.museum/cidoc/organisation/who-we-are/>

International Council on Archives. (2015). *Multilingual Archival Terminology*. Disponível em: <http://www.ciscra.org/mat/mat/term/1199>

International Council of Museums. (2017). *Estatutos*. Disponível em: https://icom.museum/wp-content/uploads/2018/07/2017_ICOM_Statutes_SP_01.pdf

International Council of Museums – Portugal. (2018). *Definições*. Disponível em: <http://icom-portugal.org/recursos/definicoes/>

Jones, M. (2018). From catalogues to contextual networks: reconfiguring collection documentation in museums. *Archives and Records*, 39 (1), 4-20. DOI: 10.1080/23257962.2017.1407750.

- Lapa, S. (2011). Georges-Henri Rivière na gênese do Museu Calouste Gulbenkian. Contributos para o estudo da colaboração entre o museólogo francês e a Fundação Calouste Gulbenkian. *Revista do Instituto de História da Arte*, 8, 89-109. Disponível em: <http://www.academia.edu/1400465/Georges-Henri-Riviere-na-genese-do-Museu-Calouste-Gulbenkian-Co-ntributos-para-o-estudo-da-colabora%C3%A7%C3%A3o-entre-o-muse%C3%B3logo-franc%C3%AAs-e-a-Funda%C3%A7%C3%A3o-Calouste-Gulbenkian>
- Lundin, I. (2016). *Metodologia de pesquisa em ciências sociais*. Maputo, Moçambique: Escolar Editora.
- Marques, S. (2016). *A organização arquivística – O fundo administração do concelho de Torres Vedras*. Lisboa, Portugal: Edições Colibri
- Mello e Silva, M. C. (2013). Arquivos de museus: características e funções. *Museologia & Interdisciplinaridade*, 11(4), 35–47. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/museu/>
- Morris, S. (2006). Starting from Scratch: How to Create a Museum Archives. *Libraries Research Publications*. Paper 45 (May). Disponível em: http://docs.lib.purdue.edu/lib_research/45
- Moura, P., Borges, L. (2015). *Gestão da informação em museus: uma contribuição para o seu estudo*. Lisboa, Portugal: Edições Greenlines.
- Museu Arqueológico do Carmo. (2016). *Arquivo*. Disponível em: <https://www.museuarqueologicodocarmo.pt/arquivo.html>
- Museu de Água. (2019). *Arquivo Histórico*. Disponível em: <https://www.epal.pt/EPAL/menu/museu-da-%C3%A1gua/arquivo-hist%C3%B3rico>
- Museu Nacional de Arqueologia (2018). *Arquivo Histórico*. Disponível em: <http://www.museunacionalarqueologia.gov.pt/?p=3300>
- Museu Nacional de Arte Antiga. *Biblioteca*. Disponível em: <http://www.museudearteantiga.pt/investigacao/biblioteca>
- Museu Nacional de Arte Contemporânea do Chiado. *Centro de Documentação*. Disponível em: <http://www.museuartecontemporanea.gov.pt/pt/museu/centro-de-documentacao>

- Museu Nacional de Etnologia. *Arquivo sonoro de Michel Giacometti no MNE*. Disponível em: <https://mnetnologia.wordpress.com/biblioteca-e-mediateca/arquivo-sonoro-de-michel-giacometti-no-mne/>
- Museu Nacional de História Natural e da Ciência. (2015). *Arquivo Histórico*. Disponível em: <https://museus.ulisboa.pt/pt-pt/colecao-arquivo-historico>
- Museu Nacional da Música. *Documentos Gráficos*. Disponível em: http://www.museunacionaldamusica.gov.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=50&Itemid=89&lang=pt
- Neves, J. S. (coord.), Alves dos Santos, J., Lima, M. J. (2013). *O panorama museológico em Portugal - os museus e a rede portuguesa de museus na primeira década do século XXI*. Lisboa: Direção-Geral do Património Cultural.
- Neuman, W. (2014). *Social research methods: qualitative and quantitative approaches*. Essex, England: Pearson Educated Limited.
- Nós cidadãos. (2014). *Nós, Cidadãos e grande Lisboa – região metropolitana*. Disponível em: <https://noscidadaos.pt/2014/10/05/nos-cidadaos-e-grande-lisboa-regiao-metropolitana/>
- Pearce-Moses, R. (2005). *A glossary of archival and records terminology*. Chicago, IL: The Society of American Archivists. Disponível em: <http://files.archivists.org/pubs/free/SAA-Glossary-2005.pdf>
- Pereira, Z. (2018). *O universo dos arquivos pessoais em Portugal: identificação e valorização* (Tese de doutoramento). Universidade de Évora, Évora, Portugal. Disponível em: <https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/23260/4/Doutoramento%20-%20Ci%C3%A7ncias%20da%20Informa%C3%A7%C3%A3o%20e%20Documenta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Z%C3%A9lia%20Maria%20Cruz%20Pereira%20-%20O%20universo%20dos%20arquivos%20pessoais%20em%20Portugal%20-%20vol.1....pdf>
- Petrucci, A. (1999). *Escritura de la memòria i memòires de l'escrit – De l'ordre dels objectes escrits al desordre de l'escritura virtual*. In *Seminari internacional d'estudis sobre la cultura escrita*. (pp.3-15). València, Departament d'Història de l'Antiguitat i de la Cultura Escrita.
- Ponte, A. (2013). *Casas Museu em Portugal*, (Dissertação de mestrado, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, Portugal) Disponível em: <http://antonioponte.files.wordpress.com/2008/05/microsoft-word-texto.pdf>

- Quivy, R. & Campenhoudt, L.C. (2008). *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa, Portugal: Gradiva. (Obra original publicada em 1995)
- RAMA (1994). Disponível em: https://cordis.europa.eu/project/rcn/14406_en.html
- Serôdio, C. (2018). Contributos para uma gestão integrada dos acervos nos museus portugueses». *MIDAS* [Online], 9. DOI: 10.4000/midas.
- Silva, A. M. da (2015). Arquivo, biblioteca, museu, sistema de informação: em busca da clarificação possível... *Cadernos BAD*, n^o1 (Jan-Jun), 103–124. Disponível em: https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/cadernos/article/view/1482/pdf_7
- Silva, C. G. (maio de 2016). O conceito de "arquivo" revisitado: com e sem adjetivação. In P. Penteadó (Presidente), *Archivos fora da caixa*. 1^{as} Jornadas realizadas por Delegação Regional Centro da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Arquivos, Coimbra.
- Silva, C.G. (no prelo). Investigação Documental. In P. S. Gonçalves, C. Marques (eds.), *Manual de Investigação Qualitativa*. Lisboa: Escolar Editora.
- Silva, M. da. (2016). A custódia como guarda e proteção aos arquivos: uma abordagem etimológica. *Acervo*, 29 (n.2, Jul/Dez.), 45–60.
- Society of American Archivists. (2004). *Museum archives: an introduction*. Chicago, EUA: Deborah Whyte.
- Society of American Archivists. (2018). *Museum Archives Section*. Disponível em: <https://www2.archivists.org/groups/museum-archives-section>
- Štefanac, T. (2017). *The conceptualization of archival materials held in museums*. (Tese de doutoramento). University of Zadar, Zadar, Croácia. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/1b3c/b6cbf26ff1b931fd3ad063bcd42b3d326968.pdf>
- Taylor, H. (1995). "Heritage" Revisited: Documents as Artifacts in the Context of Museums and Material Culture. *Archivaria*, 40. Disponível em: <https://archivaria.ca/archivar/index.php/archivaria/article/view/12094/13078>

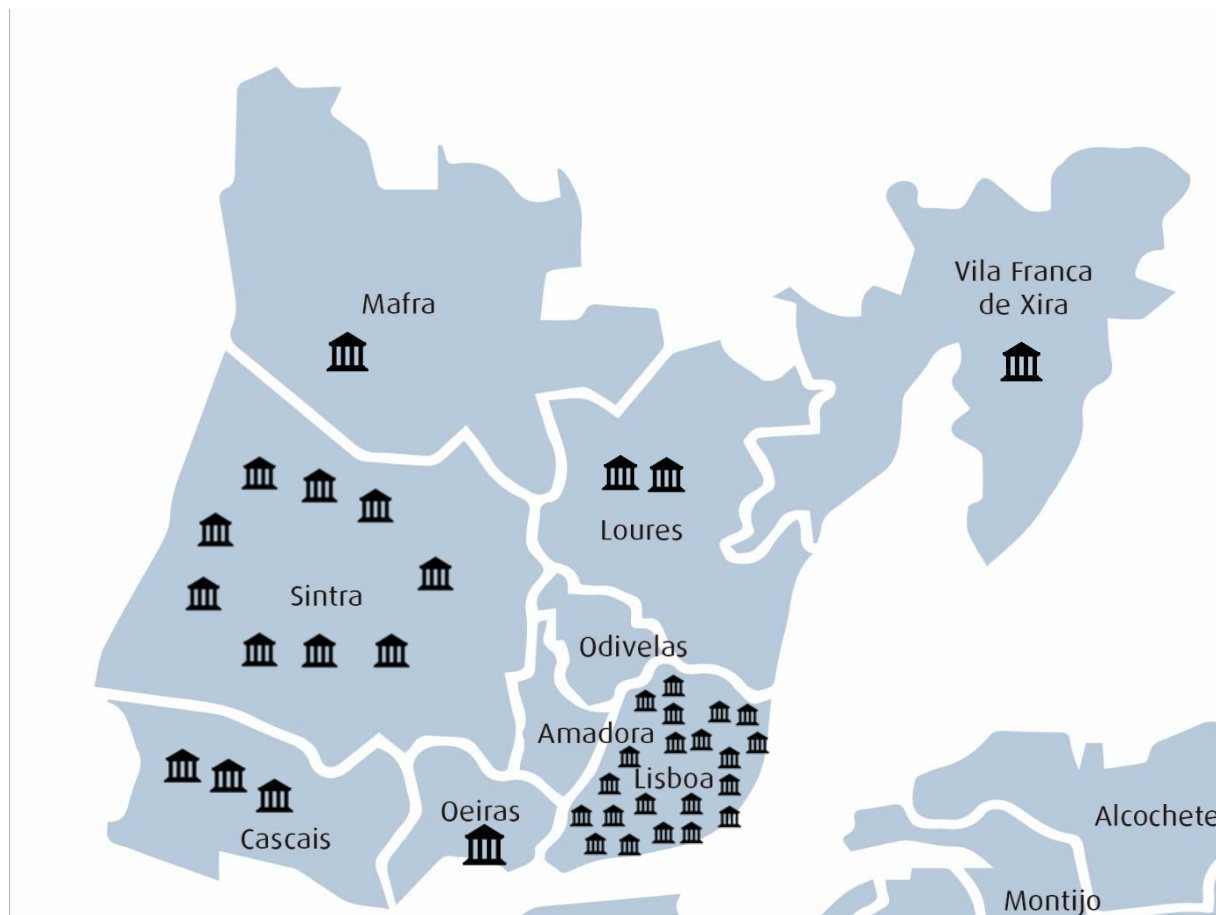
Tuckman, B. e Harper, B. (2012). *Conducting educational research*. Maryland, USA: Rowan and Littlefield Publishers Inc.

Yin, R. (2001). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre, Brasil: Bookman.

Yin, R. (2011). *Qualitative research from start to finish*. New York, USA: Guilford Press.

APÊNDICES

Apêndice 1 – Distribuição geográfica das entidades museológicas que constituem a amostra da dissertação



Fonte: adaptado de VIMECA Transportes. 2019. *Transportamos pessoas*. Acedido em: 4-08-2019. Disponível em: <https://lisboa.portugal2020.pt/np4/54.html> . Imagem trabalhada, posteriormente, pela autora.

Apêndice 2 – Questionário (Google Forms) enviado às 38 entidades museológicas.

FICHA DE RECOLHA DE DADOS REMETIDA ÀS ENTIDADES DETENTORAS

Arquivos e Coleções Documentais

Recolha de dados realizada no âmbito da Dissertação de Mestrado «O lugar dos Arquivos no Museu: traços de uma relação», Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Mestrado em Ciências da Documentação e da Informação.

Teresa Lança Ruivo

Instruções de preenchimento:

- Os campos não têm limites de caracteres.
- No caso de não haver resposta, aplique a letra N.
- Utilize, de preferência, um formulário para cada fundo ou coleção arquivística.

***Obrigatório**

1. **Endereço de email ***

1. IDENTIFICAÇÃO DO MUSEU

1. **Nome ***

2. **Concelho ***

3. **Tutela do Museu ***

4. **Correio Eletrónico**

5. **Página WEB**

2. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO

7. Nome

8. Cargo/ função

9. Formação

3. ACERVO ARQUIVÍSTICO

As questões colocadas dizem respeito à documentação que formam parte dos conjuntos documentais do(s) arquivo(s) de conservação permanente/fundo custodiados e que não foram produzidos pela instituição inquirida.

3.1 IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO/ FUNDO

10. Designação (arquivo, fundo, coleção, acervo ou espólio) *

11. Identificação/ Conteúdo *

12. Nota histórica/ biográfica (produtor da documentação) *

13. Dimensão(caixas, pastas, metros lineares, etc.) *

14. Identificação/ Conteúdo *

15. Nota histórica/ biográfica (produtor da documentação) *

16. Dimensão (caixas, pastas, metros lineares, etc.) *

3.2. MODO DE AQUISIÇÃO (assinalar opção/opções) *

Marcar tudo o que for aplicável.

- Doação
- Recolha
- Depósito
- Oferta
- Compra
- Legado
- Transferência
- Outra*

17. Outra*

3.3. CONTEÚDO E ORGANIZAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO

18. Datas de Aquisição *

19. Entidades a quem o arquivo foi adquirido *

20. Âmbito cronológico *

3.4. TOTAL DE BENS ARQUIVÍSTICOS (documentos de arquivo)

21 Total de documentos *

22 Inventariados *

23 Classificados *

24 Descritos *

25 **Digitalizados ***

26 **Unidade assinalada (assinale opção) ***

Marcar apenas uma oval.

- metros lineares
 documento unitário

3.5. ACESSO E DIFUSÃO DA INFORMAÇÃO (assinale opção): *

Marcar apenas uma oval por linha

.Sim Não

Fundo/ coleção
arquivística
disponível ao público

Fundo/ coleção arquivística
disponível através de
aplicação informática de
gestão de museus

Descrição do fundo/ coleção
arquivística disponível na
base de gestão de objetos
museológicos

3.6. TIPOLOGIA DE SUPORTES DOCUMENTAIS (assinale opção):*

Marcar tudo o que for aplicável.

- Papel
 Pergaminho
 Especiais (desenhos, projetos de arquitetura, fotografia, filme, vídeo, etc.)
 Eletrónicos (disco rígido interno e externo, CD-Rom, DVD, Pen USB, etc.)
 Outros*

27. **Outros***

3.7. ESTADO DE CONSERVAÇÃO (assinale opção): *

Marcar apenas uma oval.

- Mau (impossibilidade de manuseamento/ consultado)
 Razoável (pode ser manuseado/ consultado mas com restrições)

Bom (pode ser manuseado/ consultado)

3.8. JUSTIFICAÇÃO DA EXISTÊNCIA DO FUNDO/COLEÇÃO ARQUIVÍSTICA (assinale opção): *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Sim	Não
Conteúdo do fundo/ coleção arquivística adequa-se à coleção museológica	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O fundo/ coleção arquivística é contemplado na missão da entidade detentora	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Existe regulamento para consulta do fundo/ coleção arquivística	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O fundo/ coleção arquivística é contemplado no plano de gestão documental	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Considera o fundo/ coleção arquivística importante para as atividades do museu?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

4. OBSERVAÇÕES

5. Disponível para entrevista?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

Muito obrigada pela sua colaboração.

Após a recolha e tratamento da informação daremos conhecimento dos resultados obtidos às entidades que colaboraram.

- Pretendo receber uma cópia das minhas respostas.

Com tecnologia



Apêndice 3 – Lista dos museus contactados com data de envio/ receção do questionário e respetivos endereços eletrónicos.

Grande Lisboa (NUTS II)					
Concelho	Museu	Questionário data	Entrevista data	Receção questionário - data	Endereços eletrónicos
Cascais	Museu da Música Portuguesa – Casa Verdades Faria	25-Mar		22-04-2019 - 1 questionário	mmp@cm-cascais.pt
Cascais	Museu do Mar Rei D. Carlos	25-Mar			museumar@cm-cascais.pt
Cascais	Museu- Biblioteca Condes Castro Guimarães	25-Mar			mccg@cm-cascais.pt
Lisboa	Museu Nacional da Música	26-Mar		13-05-2019 - 1 questionário	geral@mnmusica.dgpc.pt
Lisboa	Museu Nacional do Teatro e da Dança	26-Mar			geral@mnteatroedanca.dgpc.pt
Lisboa	Museu Nacional do Traje	26-Mar			mntraje@mntraje.dgpc.pt
Lisboa	Museu Calouste Gulbenkian	26-Mar			museu@gulbenkian.pt
Lisboa	Casa Museu Anastácio Gonçalves	26-Mar			divulgacao@cmag.dgpc.pt
Lisboa	Museu Nacional de Etnologia	25-Mar			geral@mnetnologia.dgpc.pt
Lisboa	Museu Nacional de Arqueologia	26-Mar		02-04-2019 - 13 questionários	geral@mnaarqueologia.dgpc.pt
Lisboa	Museu Nacional dos Coches	26-Mar			diretora@mncoches.dgpc.pt
Lisboa	Palácio Nacional da Ajuda	25-Mar		26-03-2019 - 1 questionário	geral@pnajuda.dgpc.pt
Lisboa	Museu da Carris	26-Mar			museu@carris.pt
Lisboa	Museu Nacional de Arte Antiga	26-Mar			uismontalvao@mnaa.dgpc.pt
Lisboa	Museu da Fundação Arpad Szenes- Vieira da Silva	26-Mar		22-05-2019 - 1 questionário	fasvs@fasvs.pt
Lisboa	Museu Geológico	26-Mar			museugeol@lneg.pt
Lisboa	Museu Nacional de História Natural e da Ciência	26-Mar		06-05-2019 - 1 questionário	museus@campus.ul.pt
Lisboa	Museu de São Roque	26-Mar			info@museu-saoroque.com
Lisboa	Museu Arqueológico do Carmo	26-Mar			secretaria@arqueologos.pt
Lisboa	Museu Nacional de Arte Contemporânea do Chiado	25-Mar		28-03-2019 - 2 questionários	museuchiado@mnac.dgpc.pt
Lisboa	Museu das Comunicações	26-Mar			museu@fpc.pt
Lisboa	Museu Nacional do Azulejo	26-Mar		21-05-2019 - 1 questionário	geral@mnazulejo.dgpc.pt
Lisboa	Museu da Água	26-Mar			arquivohistorico.epal@adp.pt
Lisboa	Museu da Marioneta	26-Mar		03-04-2019 - 1 questionário	museu@museudamarioneta.pt
Loures	Museu de Cerâmica de Sacavém	26-Mar		14-05-2019 - 1 questionário	museu_ceramica@cm-loures.pt
Loures	Museu Municipal de Loures	26-Mar			dc@cm-loures.pt
Mafra	Palácio Nacional de Mafra	26-Mar		02-05-2019 - 1 questionário	teresaamaral@pnmafra.dgpc.pt
Oeiras	Museu da Pólvora Negra	26-Mar			museudapolvoranegra@cm-oeiras.pt
Sintra	Palácio Nacional de Queluz	26-Mar			info@parquesdesintra.pt
Sintra	Museu de História Natural de Sintra (Coleção Miguel Barbosa)	26-Mar			dbmu.museu.hnatural@cm-sintra.pt
Sintra	Palácio Nacional de Sintra	26-Mar			info@parquesdesintra.pt

Grande Lisboa (NUTS II)					
Sintra	Museu Anjos Teixeira	26-Mar		27-05-2019 - 1 questionário	museu.ateixeira@cm-sintra.pt
Sintra	Museu Ferreira de Castro	26-Mar		27-05-2019 - 1 questionário	museu.fcastro@cm-sintra.pt
Sintra	Palácio Nacional da Pena	26-Mar			info@parquesdesintra.pt
Sintra	Museu do Ar	26-Mar			museudoar@emfa.pt
Sintra	Casa Museu Leal da Câmara	26-Mar		27-05-2019 - 1 questionário	
Sintra	Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas	26-Mar			dbmu.masmo.direcao@cm-sintra.pt
Vila Franca de Xira	Museu Municipal de Vila Franca de Xira	26-Mar			museumunicipal@cm-vfxira.pt

Apêndice 4 – Quadro–resumo das respostas obtidas.

Apêndice 4.1 – Respostas obtidas no Bloco 1 do questionário – Identificação do museu

Entidade Museológica	Concelho	Tutela do Museu	Correio Eletrónico	Página WEB
PNA	Lisboa	DGPC	geral@pnajuda.dgpc.p	http://www.palacioajuda.gov.pt/
MNAC	Lisboa	DGPC	biblioteca-mnac@mnac.dgpc.pt	http://www.museuartecontemporanea.gov.pt/
MN Arqueologia	Lisboa	DGPC	cristinacoito@mnarqueologia.dgpc.pt	http://www.museunacionalarqueologia.gov.pt/
MM	Lisboa	EGEAC	museu@museudamarioneta.pt	https://www.museudamarioneta.pt/pt/
MMP	Cascais	CMC	Conceicao.correia@cm-cascais.pt	http://mmp.cm-cascais.pt
PNM	Mafra	DGPC	biblioteca@pnmafra.dgpc.pt	http://www.palaciomafra.gov.pt/
MNHNC	Lisboa	UL	museus@campus.ul.pt	https://www.museus.ulisboa.pt/
MNM	Lisboa	DGPC	geral@mnmusica.dgpc.pt	http://www.museunacionaldamusica.gov.pt
MCS	Loures	CML	dc@cm-loures.pt	https://www.cm-loures.pt/AreaConteudo.aspx?DisplayId=776
MN Azulejo	Lisboa	DGPC	geral@mnazulejo.dgpc.pt	www.museudoazulejo.gov.pt
FASVS	Lisboa	Privado	fasvs@fasvs.pt	http://fasvs.pt/
CMLC	Sintra	CMS	dtc@cm-sintra.pt	https://cm-sintra.pt/atualidade/cultura/museus-municipais-de-sintra/casa-museu-de-leal-da-camara
MFC	Sintra	CMS	dtc@cm-sintra.pt	https://cm-sintra.pt/atualidade/cultura/museus-municipais-de-sintra/museu-ferreira-de-castro
MAT	Sintra	CMS	dtc@cm-sintra.pt	https://cm-sintra.pt/atualidade/cultura/museus-municipais-de-sintra/museu-anjos-teixeira

Apêndice 4.2 – Respostas obtidas no Bloco 2 do questionário – Identificação do responsável pelo preenchimento do questionário

Entidade Museológica	Cargo/ função	Formação
PNA	Coordenadora da Biblioteca da Ajuda	Licenciada
MNAC	Técnico bibliotecário	Mestrado em Ciências Musicais
MN Arqueologia	Bibliotecária	Pós-graduação em Ciências Documentais
MM	Técnica Superior de Museologia e Património	Pós-Graduação em Ciências Documentais
MMP	Coord. Centro de Documentação	Técnico Superior
PNM	Bibliotecária	Licenciatura História/Ciências Documentais/ Doutoranda em História
MNHNC	Bolseiro de investigação	Mestrado em Ciências da Informação e da Documentação (FCSH-UNL)
MNM	Conservador	Mestrado Museologia
MCS	Responsável pelo acervo documental do Museu	Pós-graduação em Ciências Documentais
MN Azulejo	Técnica superior	Licenciatura em Línguas e Literaturas Modernas
FASVS	Documentalista	Licenciatura História; pós-graduação História da Arte; pós-graduação Ciências da Documentação - Bibliotecas (FL-UL)
CMLC	Chefe da Divisão de Bibliotecas e Museus Municipais	Licenciatura em História; Mestrado em Arte, Património e Teoria do Restauro; Doutoramento em Belas-Artes, na especialidade de Teoria da Imagem
MFC	Chefe da Divisão de Bibliotecas e Museus Municipais	Licenciatura em História; Mestrado em Arte, Património e Teoria do Restauro; Doutoramento em Belas-Artes, na especialidade de Teoria da Imagem
MAT	Chefe da Divisão de Bibliotecas e Museus Municipais	Licenciatura em História; Mestrado em Arte, Património e Teoria do Restauro; Doutoramento em Belas-Artes, na especialidade de Teoria da Imagem

Apêndice 4.3 – Respostas obtidas no bloco 3 do questionário

Apêndice 4.3.1. – Respostas ao bloco 3.1. do questionário – Identificação do Arquivo/ Fundo

Entidade Museológica	Designação	Identificação/ Conteúdo	Nota Histórica/ Biográfica	Dimensão
PNA	Arquivos de Família e Pessoais; Fundo - Monarquia; Secção - Casa Real Portuguesa; Subsecção - Administração Reais Palácios	Administração dos Palácios Reais; documentação pessoal	O Real Paço de Nossa Senhora da Ajuda foi mandado erguer por D. José I (1714-1777) no alto da colina da Ajuda. Este edifício, construído em madeira para melhor resistir a abalos sísmicos, ficou conhecido por Paço de Madeira ou Real Barraca. Substituiu o sumptuoso Paço da Ribeira que fora destruído no Terramoto que arrasou Lisboa em Novembro de 1755	Não determinada pois a mesma encontra-se em tratamento
MNAC	Acervo de José-Augusto França	Documentação variada sobre o movimento surrealista português, em particular sobre a exposição do Grupo Surrealista de Lisboa em 1949.	Importante historiador e crítico de arte, José-Augusto França integrou o Grupo Surrealista de Lisboa juntamente com O'Neill, Dacosta, António Pedro, Fernando de Azevedo, João Moniz Pereira, Fernando Lemos e Vespeira.	5 caixas arquivadoras.
	Espólio Joaquim Rodrigo	Documentação variada (parte da biblioteca pessoal e um conjunto de manuscritos correspondentes a esquemas e anotações relacionadas com as suas viagens e pinturas) do Pintor Joaquim Rodrigo.	Importante pintor português, Joaquim Rodrigo foi, juntamente com Paula Rego, o principal iniciador de uma «nova figuração», marcada pelo não naturalismo da representação.	Sem informação.
MN Arqueologia	Arquivo Estácio da Veiga	Arquivo pessoal	Foi adquirido à viúva de Estácio da Veiga e depositado no museu, em 1897, sendo constituído por 7 caixas com manuscritos do autor, correspondência recebida, fotografias e desenhos.	8 caixas
	Espólio José Leite de Vasconcelos	Espólio e biblioteca	O Doutor Leite de Vasconcelos, falecido em 1941, com 82 anos, deixou em testamento ao MNA, parte do seu espólio científico e literário, que constitui o mais prestigioso legado existente no arquivo	245 caixas

Entidade Museológica	Designação	Identificação/ Conteúdo	Nota Histórica/ Biográfica	Dimensão
			do Museu. Este fundo documental é formado pela livraria pessoal de J.L.V. (cerca de 9000 títulos), e um espólio documental de dimensão invulgar, constituído por 199 caixas de manuscritos e 46 de correspondência. Perfazendo um total de 245 caixas, pode ser considerado dos maiores, senão mesmo o maior espólio pessoal existente em bibliotecas portuguesas.	
	Arquivo Félix Alves Pereira	Arquivo pessoal	Félix Alves Pereira (1865-1936), Oficial e Conservador do Museu Etnológico Português, onde foi dedicado colaborador de José Leite de Vasconcelos.	4 caixas
	Arquivo Luís Chaves	Arquivo pessoal	Colaborador e antigo funcionário do MNA	11 caixas
	Arquivo Manuel Heleno	Arquivo pessoal	Colaborador e antigo funcionário do MNA	57 caixas
	Arquivo de D. Fernando de Almeida	Arquivo pessoal	O Prof. Doutor Fernando de Almeida, de seu nome completo, Fernando António de Almeida e Silva Saldanha, era natural do concelho do Fundão, onde nasceu a 28 de Novembro de 1903, tendo falecido em Lisboa a 29 de Janeiro de 1979. Diretor do MNA de 1967 a 1972.	15 caixas
	Arquivo de Fernando Castelo-Branco	Arquivo pessoal	Sem informação	2 caixas
	Arquivo de Bragança Gil	Arquivo pessoal	Fernando Bragança Gil, nasceu em Évora, a 12 de Dezembro de 1927. Desde os bancos da escola que Bragança Gil revelava um grande interesse pela História. Este interesse pela História e, em particular, pela Arqueologia, vai levá-lo a iniciar mais uma outra área de investigação, a aplicação de métodos físicos a problemas de Arqueologia. Publica vários trabalhos em que utiliza métodos de Física Nuclear para esclarecer problemas arqueológicos, colabora com arqueólogos e participa mesmo em escavações de algumas estações. Por outro lado, dá contributos importantes para o próprio estabelecimento destas técnicas e publica em algumas das mais prestigiadas revistas internacionais da especialidade, como por exemplo a “Archaeometry”.	6 caixas

Entidade Museológica	Designação	Identificação/ Conteúdo	Nota Histórica/ Biográfica	Dimensão
	Arquivo de Gustavo Marques	Arquivo pessoal	Arq. Gustavo Marques, responsável pela identificação do povoado calcolítico fortificado do Outeiro Redondo e autor dos primeiros trabalhos de exploração ali realizados.	47 caixas; 262 dossiers
	Arquivo de Jorge Pinho Monteiro	Arquivo pessoal	Especialista em pré-história.	8 caixas; 1 caixa de rolos fotográficos
	Arquivo do Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia	Arquivo institucional	O arquivo do IPAHE, que desde a sua fundação, em 1933, funcionou no museu e cujos membros fundadores pertenciam também à instituição, acabou por integrar o arquivo do MNA.	25 caixas; 5 dossiers
	Arquivo fotográfico	Arquivo institucional	Museu Nacional de Arqueologia	Sem informação
	Arquivo definitivo do Museu Nacional de Arqueologia	Acervo documental que acompanha toda a história administrativa da instituição desde a fundação até 1980.	Museu Nacional de Arqueologia	20043 docs
MM	Espólio documental	Documentação relacionada com o teatro de marionetas	Vários (investigadores/marionetistas)	70 pastas
MMP	Arquivo do Centro de Documentação do Museu da Música Portuguesa	O arquivo resulta da junção dos espólios de Michel Giacometti, Fernando Lopes Graça e Álvaro Cassuto. É constituído por um vasto conjunto de documentos, em diversos suportes, nomeadamente correspondência, fotografias, dossiers de imprensa, programas de concerto, recolhas etnográficas, autógrafos musicais e pelos Arquivos Sonoros que integram recursos audiovisuais variados.	<p>Fernando Lopes-Graça (Tomar, 1906 – Parede, 1994), grande compositor, pianista, pedagogo, crítico e ensaísta, deixou uma obra musical extensíssima a par de uma importante obra literária.</p> <p>Michel Giacometti (Ajaccio/Córsega, 1929 – Faro, 1990), etnólogo que em 1959 vem para Portugal e ao longo de 30 anos desenvolve o levantamento sistemático da música regional portuguesa. Funda em 1960 os Arquivos Sonoros Portugueses.</p> <p>Álvaro Cassuto (Porto, 17 de Novembro de 1938), maestro e foi diretor de várias orquestras portuguesas, nomeadamente Orquestra Sinfónica da RDP,</p>	210 metros lineares

Entidade Museológica	Designação	Identificação/ Conteúdo	Nota Histórica/ Biográfica	Dimensão
			<p>Nova Filarmónica Portuguesa, Orquestra Sinfónica Portuguesa, Orquestra do Algarve e Orquestra Metropolitana de Lisboa. Como compositor, afirmou-se como um dos compositores de destaque da vanguarda portuguesa dos anos 60.</p>	
PNM	Biblioteca do Palácio Nacional de Mafra	Alguns materiais de arquivo, relativo às vivências do palácio, despesas e fundo musical	<p>Mandado construir no século XVIII pelo Rei D. João V em cumprimento de um voto para obter sucessão do seu casamento com D. Maria Ana de Áustria ou a cura de uma doença de que sofria, o Palácio Nacional de Mafra é o mais importante monumento do barroco em Portugal.</p> <p>Construído em pedra lioz da região, o edifício ocupa uma área de perto de quatro hectares (37.790 m²), compreendendo 1200 divisões, mais de 4700 portas e janelas, 156 escadarias e 29 pátios e saguões. Tal magnificência só foi possível devido ao ouro do Brasil, que permitiu ao Monarca por em prática uma política mecenática e de reforço da autoridade régia. Decretado Monumento Nacional pelo Decreto de 10 -1-1907 e pelo Decreto de 16-6-1910, o Paço Real é transformado em museu, abrindo logo em 1911 com a designação de Palácio Nacional de Mafra que mantém até hoje.</p> <p>O Convento foi incorporado na Fazenda Nacional quando da extinção das ordens religiosas em Portugal, a 30 de maio de 1834 e, desde 1841 até aos nossos dias, foi sucessivamente ocupado por diversos regimentos militares, sendo actualmente sede da Escola das Armas.</p>	Cerca de 100 caixas
MNHNC	Espólio pessoal Armando Gibert	Documentação que resulta da atividade de investigação, elaboração de ensaios científicos, de artigos e na preparação de palestras (Manuscritos do autor); na comunicação com os seus	Armando Carlos Gibert nasce em Lisboa a 1 de agosto de 1914, onde viria a morrer a 6 de julho de 1985. Licenciado em Ciências Matemáticas pela FCUL, dedica-se ao ensino da Física na mesma faculdade de 1938 a 1945. Em 1947, é demitido compulsivamente das suas funções de docente na FCUL. Nos anos seguintes, passa pela Sociedade Corticeira Robinson Bros, e colabora com o Instituto	15,31 metros lineares

Entidade Museológica	Designação	Identificação/ Conteúdo	Nota Histórica/ Biográfica	Dimensão
		contemporâneos (correspondência); e todos os documentos colecionados pelo próprio (Documentos anexos), que inclui entre outros, fotografias, documentos de ensaios laboratoriais (diário de serviço, apontamentos, esboços de ensaios de produto), entre outros.	Português de Oncologia, o Laboratório Nacional de Energia Civil e com a Companhia Portuguesa de Eletricidade. Em 1958, fundou a Companhia Portuguesa de Indústrias Nucleares. Em 1974, é reintegrado na Universidade de Lisboa, aposentando-se me 1979. Criador da Gazeta de Física, foi Diretor da revista Energia Nuclear, propriedade do Fórum Atómico Português, e autor de inúmeros artigos em diversas revistas, nacionais e internacionais, entre as quais Engenharia Nuclear, Nature e Helvética Physica Acta.	
MNM	Acervo documental	O acervo documental do Museu Nacional da Música integra publicações periódicas e monografias sobre música e organologia, partituras manuscritas e impressas, libretos, programas de concertos, correspondência, fotografias e outros documentos dos espólios de Alfredo Keil; do seu colaborador e autor de obras de teatro ligeiro, Luís Filgueiras; de Michel'angelo Lambertini; Josefina Andersen; Pedro Prado; do cantor lírico Tomás Alcaide; do violinista Júlio Cardona e do seu pai Ferreira da Silva; da pianista Ella Eleanore Amzel; do maestro José de Sousa e do músico Virgílio Augusto Freitas e ainda de vários outros conjuntos documentais.	Sem informação	Estima-se que o acervo documental ocupe cerca de 140 metros lineares
MCS	Arquivo do Museu de Cerâmica de Sacavém	Os arquivos das Fábricas de Loures, documentação do património industrial e do design no concelho, mostram a arte e o conhecimento	A Fábrica de Loíça de Sacavém foi fundada por Manuel Joaquim Afonso (1804-1871). Um industrial que solicita e consegue “alvará de patente como introdutor do fabrico de cal hidráulica, cimento e pozzolanas artificiaes” em 14 de Maio de 1856, por um período de	910 unidades de instalação Arquivo Empresarial da Fábrica de Loíça de

Entidade Museológica	Designação	Identificação/ Conteúdo	Nota Histórica/ Biográfica	Dimensão
		<p>técnico na Fábrica de Loiça de Sacavém (1877-1990), Fábrica de Papel do Tojal (1899-1991), Fábrica Móveis Olaió (1918-1996), são da maior importância para cumprir a missão do Museu de Cerâmica de Sacavém. Documentação e informação, fundamentais ao estudo do papel das Fábricas: na comunidade, no país, na indústria, na economia portuguesa, no design, no gosto da época, e nas relações com outros países. O estudo, interpretação e investigação destes arquivos permite a comunicação do acervo aos públicos, a programação museológica e a salvaguarda deste Património Industrial e Técnico. De igual modo, o público investigador do património industrial, da história económica e social, e do design, encontra nestes arquivos excelentes fontes textuais e iconográficas para desenvolver os trabalhos académicos e profissionais, ou de deleite estético e cultural.</p>	<p>cinco anos. Em 1861, Manuel Joaquim Afonso vende a Fábrica à família Stott Howorth e a Fábrica cresce e diversifica os formatos e motivos decorativos, constroem-se novos fornos, instalam-se novas máquinas e o espaço da Fábrica é organizado em espaços diferenciados para cada sector de produção. James Gilman, da segunda família inglesa na gestão da Fábrica já em 1877, assina pela administração, e após a morte de John Stott Howorth, a Baronesa Howorth de Sacavém constitui com James Gilman, a firma Baronesa Howorth de Sacavém & C.^a. Em 1902 surge a Sociedade em Comandita a gerir a Fábrica - Gilman & Ct.^a. Nesta época James Gilman introduziu o fabrico de loiça sanitária e azulejos. Entre os muitos artistas da fábrica destaca-se Jorge Colaço (1868-1942) com os painéis artísticos tão conhecidos e ainda em situ. De registar um grande avanço tecnológico para a Fábrica, com o primeiro forno túnel para loiça doméstica, em 1912. Após a morte de James Gilman, Raul Gilman (filho) gere a fábrica acompanhado por Herbert Edward Over Gilbert, a terceira família inglesa a estar à frente da administração da Fábrica a partir de 1922, esta última família com três gerações, desenvolve a produção de azulejos, loiça sanitária, loiça doméstica e decorativa, a estatuária, até ao seu encerramento em 1994.</p>	<p>Sacavém (1877-1990) Arquivo Administrativo e Técnico; Desenhos de motivos decorativos de loiça doméstica e decorativa, de azulejos, de estatuária e de loiça sanitária; Plantas de desenho técnico, do interior da fábrica, maquinaria e fornos; Fotografias e diapositivos do processo produtivo, dos trabalhadores e administradores, do interior e exterior da fábrica, eventos sociais, desportivos e lazer; Recortes de Imprensa da vida desportiva e social da fábrica e seus trabalhadores. Diplomas atribuídos à Fábrica nas várias mostras nacionais e internacionais. Aguarelas ilustrando cenas de trabalho; Catálogos e Tabelas de preços da FLS;</p>

Entidade Museológica	Designação	Identificação/ Conteúdo	Nota Histórica/ Biográfica	Dimensão
				Publicações Técnicas; Biblioteca do Grupo Desportivo da Fábrica de Loiça de Sacavém; Arquivos e Coleções de Artistas da Fábrica de Loiça de Sacavém.
			A Fábrica de Papel da Abelheira, hoje Fábrica de Papel do Tojal – FAPAJAL, situa-se na margem esquerda do Rio Trancão em São Julião do Tojal, Loures, mais propriamente nos terrenos da Quinta da Abelheira comprada pelo Conde do Tojal, João Gualberto de Oliveira em 1835, após a extinção das Ordens Religiosas em Portugal. Em 1840 o Conde do Tojal manda construir a futura Fábrica de Papel da Abelheira, na tradição do fabrico de papel pelos Frades na mesma quinta, pertença do Mosteiro de S. Vicente. Em 1899, o proprietário vendeu a Abelheira: , propriedade e oficina fabril, à Casa Graham, estabelecida em Portugal desde 1809. As melhorias passaram pelo abastecimento de água pura, instalações fabris, maquinaria e técnicos, para melhorar a qualidade e diversidade do fabrico do papel, incluindo os sacos multifolhas. Em 1964 termina a gestão Graham da Fábrica de Papel da Abelheira e começa a gestão pelo Grupo Champalimaud. Em 1974 a Fábrica é nacionalizada e reabre como FAPAJAL, agora administrada pela PORTUCEL. Em 1999 a Fábrica de Papel do Tojal é privatizada e assim continua, hoje. A FAPAJAL deposita o Arquivo Empresarial Fábrica de Papel do Tojal no Museu de Cerâmica de Sacavém em 2004. A colaboração entre a Câmara Municipal de Loures e a Fábrica continua numa relação de proximidade, agora com a nova Administração que tomou posse em 2016.	876 unidades de instalação Arquivo Casa Graham em Portugal (1818-1968) Arquivo Empresarial da Fábrica de Papel do Tojal (1899-1991) Administração; Serviços administrativos; Correspondência; Contabilidade; Serviço de Pessoal; Produção; Desenhos para sacos; Fotografias; Plantas.
			A história da Fábrica Móveis Olaio tem início em 1886, quando José Olaio abre uma loja de vendas de móveis na Rua da Atalaia em Lisboa. Em 1918 José Olaio em sociedade com o seu filho Tomás José Olaio, forma a firma José Olaio & Cª (Filho), e começam as	143 unidades de instalação Arquivo Empresarial Fábrica Móveis Olaio

Entidade Museológica	Designação	Identificação/ Conteúdo	Nota Histórica/ Biográfica	Dimensão
			<p>Oficinas de Marcenaria no Bairro Alto, Lisboa. Mas de grande relevância futura é em 1937 a construção da Fábrica Móveis Olaio, na Bobadela, Loures (em Loures), com Projeto de Engenharia do Eng. Pedro Cavalleri Rodrigues Martinho. Em 1950 acontecem as visitas a fábricas e a congressos de marcenaria na Europa: Alemanha, Holanda, Suíça, Suécia e Dinamarca. Tomáz Olaio convida José Espinho para colaborar como Decorador e Projetista dos Móveis Olaio e este Designer incorpora na produção Olaio, o design escandinavo, e o engenheiro alemão Herbert Brehm que revolucionou a produção de pequena escala para a efetiva produção industrial em grande série. Agora há um Gabinete Técnico, a modernização das máquinas e do edifício, e a alteração da estrutura organizacional do trabalho com três grandes sectores fabris: Fábrica de Móveis planos, Fábrica de Cadeiras, Fábrica de Estofos. Em 1987, Antero Olaio vende a Firma Olaio – Indústria de Móveis, SARL a Mota Marques, e em 1998 a falência da Empresa Olaio – Indústria de Móveis, SA, é publicada em Diário da República.</p>	<p>(1918-1996) Desenhos de perspectiva (1947-1970); desenhos técnicos (1965-1996); fotografias de mobiliário e hotéis (1929-1968); livros de arquivo (1918-1931); Arquivo digital: fotografias, desenhos, livros de arquivo, revista Olaio, catálogos, na maioria espólio da família Olaio. Testemunhos da família Olaio e dos trabalhadores da Fábrica Móveis Olaio.</p>
MN Azulejo	Parte de espólio	Parte do espólio do engenheiro João Miguel dos Santos Simões	Estudioso da azulejaria e museólogo	27 caixas
FASVS	Arquivo	Livros, correspondência, documentação, fotografia, dos artistas Arpad Szenes e Vieira da Silva	<p>Arpad Szenes nasce em Budapeste, na Hungria, em 1897. Maria Helena Vieira da Silva nasce em Lisboa, em 1908. Ambos filhos únicos de famílias da alta burguesia, cedo contactam com o meio cosmopolita, intelectual e artístico. Arpad revela desde criança aptidão para o desenho e em 1918 frequenta a Academia Livre de Budapeste, orientado por Rippl Ronaï. Depois de percorrer as capitais artísticas da Europa, fixa-se em Paris em 1925. Vieira da Silva estuda desenho, pintura e escultura em Lisboa e em 1928 parte para Paris. Aí frequenta as aulas de escultura na Academia da Grande Chaumière, onde, em 1929, conhece Arpad Szenes, com quem casa, em 1930. Vieira da Silva perde a nacionalidade</p>	47 Caixas; 5 metros lineares

Entidade Museológica	Designação	Identificação/ Conteúdo	Nota Histórica/ Biográfica	Dimensão
			<p>portuguesa e, não tendo regressado nesse ano à Hungria, o casal torna-se apátrida. Em 1931, os dois artistas iniciam-se na técnica da gravura no Atelier 17 de Hayter, onde convivem com os surrealistas. Vieira da Silva revela desde cedo especial atenção ao espaço e à profundidade e em 1932 conhece a galerista Jeanne Bucher, que organiza a sua primeira exposição individual. Em Portugal, expõe pela primeira vez na Galeria UP, em 1935, pela mão do surrealista António Pedro e no ano seguinte expõe com Arpad Szenes no seu atelier das Amoreiras. Em 1939, a II Grande Guerra traz o casal a Lisboa, em busca da nacionalidade portuguesa, que lhes é recusada. Partem então para o Brasil em 1940. No Brasil, Szenes organiza um atelier de pintura para jovens artistas e colabora em várias publicações periódicas. Vieira da Silva faz algumas exposições no Brasil e, em 1946, Jeanne Bucher organiza a sua primeira exposição individual em Nova Iorque. No ano seguinte o casal regressa a Paris. A década de 50 traz a Vieira da Silva inúmeras exposições importantes, em França e no estrangeiro e a sua pintura assume-se no primeiro plano. Em 1956 Vieira da Silva e Szenes naturalizam-se franceses e, durante a década de 60, o Estado francês adquire obras suas e atribui-lhes várias condecorações. Vieira da Silva acumula vários prémios internacionais e, partir de 1958 organizam-se retrospectivas da sua obra, por toda a Europa. Arpad Szenes, tendo cumprido ciclos sucessivos de evolução na sua pintura, centra-se nas sensações da luz e na exploração da atmosfera, caracterizando-se por formatos estreitos, que revelam uma delicadeza espacial sugerida pela arte japonesa. A partir de 1970 são organizadas várias retrospectivas de ambos os artistas em França e em Portugal (Fundação Calouste Gulbenkian). Em 1983 Vieira da Silva é convidada pelo Metropolitano de Lisboa para decorar a estação da Cidade Universitária. Dois anos mais tarde Arpad morre em Paris. Em 1990, em Lisboa, é criada a Fundação Arpad Szenes-Vieira da Silva, mas a artista viria a morrer dois anos mais tarde, sem assistir à inauguração do seu museu, em 1994.</p>	

Entidade Museológica	Designação	Identificação/ Conteúdo	Nota Histórica/ Biográfica	Dimensão
CMLC	Espólio Epistolográfico	Correspondência entre vários autores portugueses e estrangeiros	Diversos autores	16 pastas de arquivo. 1937 documentos.
MFC	Espólio Epistolográfico	Correspondência entre vários autores portugueses e estrangeiros	Diversos autores	20.000 documentos. 349 Caixas de Arquivo
MAT	Espólio Epistolográfico	Correspondência entre vários autores portugueses e estrangeiros	Diversos autores	400 documentos. 5 Caixas de Arquivo

Apêndice 4.3.2. – Respostas aos blocos 3.2.e 3.3. do questionário – Modo de Aquisição; e Conteúdo e Organização da Informação

Entidade Museológica	Designação	Modo de Aquisição	Datas de Aquisição	Entidades a quem o arquivo foi adquirido	Âmbito cronológico
PNA	Arquivos de Família e Pessoais; Fundo - Monarquia; Secção - Casa Real Portuguesa; Subsecção - Administração Reais Palácios	Legado	Não adquirido	Não adquirido	Séc. XIX-XX
MNAC	Acervo de José-Augusto França	Doação	2001	José-Augusto França	1947-1999
	Espólio Joaquim Rodrigo	Doação	1999	Sofia Agrela (viúva do pintor)	1955-1996
MN Arqueologia	Arquivo Estácio da Veiga	Compra	1897	Adquirido à viúva	1828-1891
	Espólio José Leite de Vasconcelos	Legado	1941	A José Leite de Vasconcelos	1858-1941
	Arquivo Félix Alves Pereira	Depósito	1936	Ao próprio - funcionário do museu.	1865-1936
	Arquivo Luís Chaves	Depósito	1975	Ao próprio - funcionário do museu.	1889-1975
	Arquivo Manuel Heleno	Compra	1998	Ao próprio - funcionário do museu.	1894-1970
	Arquivo de D. Fernando de Almeida	Depósito	1972	Ao próprio	1967-1972
	Arquivo de Fernando Castelo-Branco	Doação	2006-2007	Sem informação	Sem informação
	Arquivo de Bragança Gil	Oferta	Posterior a 2009.	Oferta da sua viúva.	1927-2009
	Arquivo de Gustavo Marques	Doação	1997-2002	À sua família	1940- posterior a 1970
	Arquivo de Jorge Pinho Monteiro	Oferta	Sem informação	Sem informação	Posterior a 1970.
	Arquivo do Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia	Transferência	Após 1970.	Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia	1940- 1970

Entidade Museológica	Designação	Modo de Aquisição	Datas de Aquisição	Entidades a quem o arquivo foi adquirido	Âmbito cronológico
	Arquivo fotográfico	Depósito	Sem informação	Museu nacional de Arqueologia	Anterior ao século XX- posterior ao século XX
	Arquivo definitivo do Museu Nacional de Arqueologia	Depósito	Sem informação	Museu Nacional de Arqueologia	1893-1980
MM	Espólio documental	Doação/ Recolha/ Compra	desde 2001 até ao presente	Particulares	Séc. XX
MMP	Arquivo do Centro de Documentação do Museu da Música Portuguesa	Doação/ Compra/ Legado	1981 (Aquisição do fundo Michel Giacometti)/ 1994 (Legado do fundo Fernando Lopes-Graça)/ 2013 (Doação da obra de criação de Álvaro Cassuto)	Michel Giacometti/ Fernando Lopes-Graça/ Álvaro Cassuto	Séc. XX
PNM	Biblioteca do Palácio Nacional de Maфра	Depósito/ Oferta	Século XVIII, XIX, XX	Produção própria da instituição	Século XVIII, XIX, XX
MNHNC	Espólio pessoal Armando Gibert	Doação	2008	Filha do investigador	1938-1979
MNM	Acervo documental	Doação/ Transferência	1975-2019	Familiares e/ou amigos dos produtores da documentação	Séc. XX
MCS	Arquivo do Museu de Cerâmica de Sacavém	Doação/ Recolha/ Depósito	2000-2017	Família Clive Gilbert - Fábrica de Loiça de Sacavém/ Família dos artistas da Fábrica de Loiça de Sacavém/ Família Olaio e trabalhadores - Fábrica Móveis Olaio/ Administração da Fábrica de Papel do Tojal	1818-1996
MN Azulejo	Parte de espólio	Doação	Sem informação	Sem informação	Sem informação
FASVS	Arquivo	Doação/ Oferta/ Compra	Várias	Doação dos artistas	1900-1992
CMLC	Espólio Epistolográfico	Legado	1956	Legado dos próprios autores	Séc. XX

Entidade Museológica	Designação	Modo de Aquisição	Datas de Aquisição	Entidades a quem o arquivo foi adquirido	Âmbito cronológico
MFC	Espólio Epistolográfico	Legado	1973	Legado dos próprios autores	Séc. XX
MAT	Espólio Epistolográfico	Legado	1974	Legado dos próprios autores	Séc. XX

Apêndice 4.3.3. – Respostas ao bloco 3.4. do questionário – Total de bens arquivísticos

Entidade Museológica	Designação	Total de Documentos	Inventariados	Classificados	Descritos	Digitalizados	Unidade Assinalada
PNA	Arquivos de Família e Pessoais; Fundo - Monarquia; Secção - Casa Real Portuguesa; Subsecção - Administração Reais Palácios	10.000	5.700	5.700	5.700	Não	Documento unitário
MNAC	Acervo de José-Augusto França	233	Sim	Não	Sim	Não	Documento unitário
	Espólio Joaquim Rodrigo	293	Sim	Não	Sim	Não	Documento unitário
MN Arqueologia	Arquivo Estácio da Veiga	8	Não	Não	Sim	Não	Caixas
	Espólio José Leite de Vasconcelos	245	Sim	Não	Não	Não	Caixas
	Arquivo Félix Alves Pereira	4	Não	Não	Não	Não	Caixas
	Arquivo Luís Chaves	11	Não	Não	Sim	Não	Caixas
	Arquivo Manuel Heleno	23.000	Não	Não	Não	Não	Documento unitário
	Arquivo de D. Fernando de Almeida	15	Não	Não	Não	Não	Caixas
	Arquivo de Fernando Castelo-Branco	2	Não	Não	Não	Não	Caixas
	Arquivo de Bragança Gil	6	Não	Não	Não	Não	Caixas
	Arquivo de Gustavo Marques	47 cxs./ 262 dossiers	Sim	Não	Sim	Não	Caixas/ Dossiers

Entidade Museológica	Designação	Total de Documentos	Inventariados	Classificados	Descritos	Digitalizados	Unidade Assinalada
	Arquivo de Jorge Pinho Monteiro	8 cxs./ 1 cx. De rolos fotográficos	Não	Não	Não	Não	Caixas
	Arquivo do Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia	25 cxs./ 5 <i>dossiers</i>	Sim	Não	Não	Não	Caixas/ <i>Dossiers</i>
	Arquivo fotográfico	46.300	Sim	Não	Não	Não	Documento unitário
	Arquivo definitivo do Museu Nacional de Arqueologia	20.043	Sim	Não	Não	Não	Documento unitário
MM	Espólio documental	3.483	3.482	3.482	3.482	1.529	Documento unitário
MMP	Arquivo do Centro de Documentação do Museu da Música Portuguesa	19.564	19.544	19.544	361	7.971	Documento unitário
PNM	Biblioteca do Palácio Nacional de Mafra	1.000	1.000	1.000	Não	12	Documento unitário
MNHNC	Espólio pessoal Armando Gibert	15	15	Não	15	Não	Metros lineares
MNM	Acervo documental	31.000	26.600	Não	26.600	5.500	Documento unitário
MCS	Arquivo	193.000	193.000	193.000	9.000	9.000	Documento unitário
MN Azulejo	Parte de espólio	1.000	1.000	Não	Não	Não	Documento unitário
FASVS	Arquivo	8.000	2.215	8.000	2.215	2.215	Documento unitário
CMLC	Espólio Epistolográfico	1.937	Sim	Sim	Sim	Em processo	Documento unitário

Entidade Museológica	Designação	Total de Documentos	Inventariados	Classificados	Descritos	Digitalizados	Unidade Assinalada
MFC	Espólio Epistolográfico	20.000	Sim	Sim	Sim	Em processo	Documento unitário
MAT	Espólio Epistolográfico	400	Sim	Sim	Sim	Em processo	Documento unitário

Apêndice 4.3.4. – Respostas ao bloco 3.5. do questionário – Acesso e difusão da Informação

Entidade Museológica	Designação	Fundo/ coleção arquivística disponível ao público	Fundo/ coleção arquivística disponível através de aplicação informática de gestão de museus	Descrição do fundo/ coleção arquivística disponível na base de gestão de objetos museológicos
PNA	Arquivos de Família e Pessoais; Fundo - Monarquia; Secção - Casa Real Portuguesa; Subsecção - Administração Reais Palácios	Não	Não	Não
MNAC	Acervo de José-Augusto França	Não	Não	Não
	Espólio Joaquim Rodrigo	Não	Não	Não
MN Arqueologia	Arquivo Estácio da Veiga	Sim	Não	Não
	Espólio José Leite de Vasconcelos	Sim	Não	Não
	Arquivo Félix Alves Pereira	Sim	Não	Não
	Arquivo Luís Chaves	Sim	Não	Não
	Arquivo Manuel Heleno	Sim	Não	Não
	Arquivo de D. Fernando de Almeida	Sim	Não	Não
	Arquivo de Fernando Castelo-Branco	Sim	Não	Não
	Arquivo de Bragança Gil	Não	Não	Não
	Arquivo de Gustavo Marques	Não	Não	Não
	Arquivo de Jorge Pinho Monteiro	Não	Não	Não
Arquivo do Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia	Não	Não	Não	

Entidade Museológica	Designação	Fundo/ coleção arquivística disponível ao público	Fundo/ coleção arquivística disponível através de aplicação informática de gestão de museus	Descrição do fundo/ coleção arquivística disponível na base de gestão de objetos museológicos
	Arquivo fotográfico	Sim	Não	Não
	Arquivo definitivo do Museu Nacional de Arqueologia	Sim	Não	Não
MM	Espólio documental	Sim	Não	Não
MMP	Arquivo do Centro de Documentação do Museu da Música Portuguesa	Sim	Sim	Não
PNM	Biblioteca do Palácio Nacional de Mafra	Sim	Não	Não
MNHNC	Espólio pessoal Armando Gibert	Sim	Não	Não
MNM	Acervo documental	Sim	Não	Não
MCS	Arquivo	Sim	Não	Não
MN Azulejo	Parte de espólio	Sim	Não	Não
FASVS	Arquivo	Sim	Sim	Sim
CMLC	Espólio Epistolográfico	Sim	Não	Não
MFC	Espólio Epistolográfico	Sim	Não	Não
MAT	Espólio Epistolográfico	Sim	Não	Não

Apêndice 4.3.5. – Respostas ao bloco 3.6. do questionário – Tipologia de suportes documentais

Entidade Museológica	Designação	Papel	Especiais (desenhos, projetos de arquitetura, fotografia, filme, vídeo, etc.)	Eletrónicos (disco rígido interno e externo, CD-Rom, DVD, Pen USB, etc.)	Pergaminho	Outros
PNA	Arquivos de Família e Pessoais; Fundo - Monarquia; Secção - Casa Real Portuguesa; Subsecção - Administração Reais Palácios	X	X			
MNAC	Acervo de José-Augusto França	X	X			
	Espólio Joaquim Rodrigo	X	X			
MN Arqueologia	Arquivo Estácio da Veiga	X	X			
	Espólio José Leite de Vasconcelos	X	X			
	Arquivo Félix Alves Pereira	X	X			
	Arquivo Luís Chaves	X	X			
	Arquivo Manuel Heleno	X	X			
	Arquivo de D. Fernando de Almeida	X	X			
	Arquivo de Fernando Castelo-Branco		X			X
	Arquivo de Bragança Gil	X	X			
	Arquivo de Gustavo Marques	X	X			
	Arquivo de Jorge Pinho Monteiro	X	X			

Entidade Museológica	Designação	Papel	Especiais (desenhos, projetos de arquitetura, fotografia, filme, vídeo, etc.)	Eletrónicos (disco rígido interno e externo, CD-Rom, DVD, Pen USB, etc.)	Pergaminho	Outros
	Arquivo do Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia	X	X			
	Arquivo fotográfico	X	X			
	Arquivo definitivo do Museu Nacional de Arqueologia	X				
MM	Espólio documental	X	X			
MMP	Arquivo do Centro de Documentação do Museu da Música Portuguesa	X	X	X		
PNM	Biblioteca do Palácio Nacional de Mafra	X			X	
MNHNC	Espólio pessoal Armando Gibert	X	X			X
MNM	Acervo documental	X				
MCS	Arquivo	X	X	X		
MN Azulejo	Parte de espólio	X				
FASVS	Arquivo	X	X			
CMLC	Espólio Epistolográfico	X				
MFC	Espólio Epistolográfico	X				
MAT	Espólio Epistolográfico	X				

Apêndice 4.3.6. – Respostas ao bloco 3.7. do questionário – Estado de conservação

Entidade Museológica	Designação	Mau (impossibilidade de manuseamento/ consultado)	Razoável (pode ser manuseado/ consultado mas com restrições)	Bom (pode ser manuseado/ consultado)
PNA	Arquivos de Família e Pessoais; Fundo - Monarquia; Secção - Casa Real Portuguesa; Subsecção - Administração Reais Palácios		X	
MNAC	Acervo de José-Augusto França			X
	Espólio Joaquim Rodrigo			X
MN Arqueologia	Arquivo Estácio da Veiga		X	
	Espólio José Leite de Vasconcelos		X	
	Arquivo Félix Alves Pereira		X	
	Arquivo Luís Chaves		X	
	Arquivo Manuel Heleno		X	
	Arquivo de D. Fernando de Almeida		X	
	Arquivo de Fernando Castelo-Branco		X	
	Arquivo de Bragança Gil		X	
	Arquivo de Gustavo Marques		X	
	Arquivo de Jorge Pinho Monteiro		X	
	Arquivo do Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia			X

Entidade Museológica	Designação	Mau (impossibilidade de manuseamento/ consultado)	Razoável (pode ser manuseado/ consultado mas com restrições)	Bom (pode ser manuseado/ consultado)
	Arquivo fotográfico		X	
	Arquivo definitivo do Museu Nacional de Arqueologia		X	
MM	Espólio documental		X	
MMP	Arquivo do Centro de Documentação do Museu da Música Portuguesa			X
PNM	Biblioteca do Palácio Nacional de Mafra			X
MNHNC	Espólio pessoal Armando Gibert			X
MNM	Acervo documental		X	
MCS	Arquivo			X
MN Azulejo	Parte de espólio			X
FASVS	Arquivo		X	
CMLC	Espólio Epistolográfico			X
MFC	Espólio Epistolográfico			X
MAT	Espólio Epistolográfico			X

Apêndice 4.3.7. – Respostas ao bloco 3.8. do questionário – Justificação da existência do fundo/ coleção arquivística

Entidade Museológica	Designação	Conteúdo do fundo/ coleção arquivística adequa-se à coleção museológica	O fundo/ coleção arquivística é contemplado na missão da entidade detentora	Existe regulamento para consulta do fundo/ coleção arquivística	O fundo/ coleção arquivística é contemplado no plano de gestão documental	Considera o fundo/ coleção arquivística importante para as atividades do museu?
PNA	Arquivos de Família e Pessoais; Fundo - Monarquia; Secção - Casa Real Portuguesa; Subsecção - Administração Reais Palácios	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
MNAC	Acervo de José-Augusto França	Sim	Não	Não	Não	Sim
	Espólio Joaquim Rodrigo	Sim	Não	Não	Não	Sim
MN Arqueologia	Arquivo Estácio da Veiga	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
	Espólio José Leite de Vasconcelos	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
	Arquivo Félix Alves Pereira	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
	Arquivo Luís Chaves	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
	Arquivo Manuel Heleno	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
	Arquivo de D. Fernando de Almeida	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
	Arquivo de Fernando Castelo-Branco	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Arquivo de Bragança Gil	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	

Entidade Museológica	Designação	Conteúdo do fundo/ coleção arquivística adequa-se à coleção museológica	O fundo/ coleção arquivística é contemplado na missão da entidade detentora	Existe regulamento para consulta do fundo/ coleção arquivística	O fundo/ coleção arquivística é contemplado no plano de gestão documental	Considera o fundo/ coleção arquivística importante para as atividades do museu?
	Arquivo de Gustavo Marques	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
	Arquivo de Jorge Pinho Monteiro	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
	Arquivo do Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
	Arquivo fotográfico	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
	Arquivo definitivo do Museu Nacional de Arqueologia	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
MM	Espólio documental	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
MMP	Arquivo do Centro de Documentação do Museu da Música Portuguesa	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
PNM	Biblioteca do Palácio Nacional de Mafra	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
MNHNC	Espólio pessoal Armando Gibert	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
MNM	Acervo documental	Sim	Sim	Não	Não	Sim
MCS	Arquivo	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
MN Azulejo	Parte de espólio	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

Entidade Museológica	Designação	Conteúdo do fundo/ coleção arquivística adequa-se à coleção museológica	O fundo/ coleção arquivística é contemplado na missão da entidade detentora	Existe regulamento para consulta do fundo/ coleção arquivística	O fundo/ coleção arquivística é contemplado no plano de gestão documental	Considera o fundo/ coleção arquivística importante para as atividades do museu?
FASVS	Arquivo	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
CMLC	Espólio Epistolográfico	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
MFC	Espólio Epistolográfico	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
MAT	Espólio Epistolográfico	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

Apêndice 4.3.8. – Respostas ao bloco 4. do questionário – Observações

Entidade Museológica	Designação	Observações
PNA	Arquivos de Família e Pessoais; Fundo - Monarquia; Secção - Casa Real Portuguesa; Subsecção - Administração Reais Palácios	Sem observações
MNAC	Acervo de José-Augusto França	Sem observações
	Espólio Joaquim Rodrigo	Sem observações
MN Arqueologia	Arquivo Estácio da Veiga	Sem observações
	Espólio José Leite de Vasconcelos	Descrição do espólio em epistolário publicado
	Arquivo Félix Alves Pereira	Os documentos apresentados estão disponíveis no Centro de Documentação do Museu. Não foram contemplados os livros.
	Arquivo Luís Chaves	Sem observações
	Arquivo Manuel Heleno	Parte do Arquivo Pessoal de Manuel Heleno, cadernos de campo e relatórios, encontra-se disponível para consulta on-line em http://arquivo.patrimoniocultural.gov.pt/apinet/
	Arquivo de D. Fernando de Almeida	Sem observações
	Arquivo de Fernando Castelo-Branco	Sem observações
	Arquivo de Bragança Gil	Sem observações
	Arquivo de Gustavo Marques	Sem observações
	Arquivo de Jorge Pinho Monteiro	Sem observações
	Arquivo do Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia	Sem observações
	Arquivo fotográfico	Sem observações

Entidade Museológica	Designação	Observações
	Arquivo definitivo do Museu Nacional de Arqueologia	Sem observações
MM	Espólio documental	Sem observações
MMP	Arquivo do Centro de Documentação do Museu da Música Portuguesa	Sem observações
PNM	Biblioteca do Palácio Nacional de Mafra	Sem observações
MNHNC	Espólio pessoal Armando Gibert	Sem observações
MNM	Acervo documental	Sem observações
MCS	Arquivo	Sem observações
MN Azulejo	Parte de espólio	Sem observações
FASVS	Arquivo	Sem observações
CMLC	Espólio Epistolográfico	Sem observações
MFC	Espólio Epistolográfico	Sem observações
MAT	Espólio Epistolográfico	Sem observações

Apêndice 4.3.9. – Respostas ao bloco 5. do questionário – Disponível para entrevista?

Entidade Museológica	Disponível para entrevista	
	Sim	Não
PNA	X	
MNAC	Sem resposta	
MN Arqueologia	X	
MM	X	
MMP	X	
PNM	X	
MNHNC	X	
MNM	X	
MCS	X	
MN Azulejo		X
FASVS	X	
CMLC		X
MFC		X
MAT		X

